



RELATÓRIO DE GESTÃO 2008

SUMÁRIO

1. Identificação	4
2. Objetivos e metas institucionais	4
2.1. Papel da Unidade na execução das políticas públicas	4
2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas	4
2.3. Programas	6
2.3.1. Programa de Investimento em Infra-estrutura de Apoio (LOA)	6
2.3.2. Principais Ações do Programa	7
2.3.2.1. Gestão das ações	7
2.3.3. Resultados	8
2.4. Desempenho Operacional	9
2.4.1- Evolução de gastos gerais	12
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	Não se aplica
4. Restos a Pagar de Exercícios anteriores	Não se aplica
5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	Não se aplica
6. Previdência Complementar Patrocinada	Não se aplica
7. Fluxo financeiro de projetos ou programas	Não se aplica
8. Renúncia Tributária	Não se aplica
9. Declaração sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia	Não se aplica
10. Operações de Fundos	Não se aplica
11. Despesas com cartão de crédito	Não se aplica
12. Recomendações do Órgão de Controle Interno	13
13. Determinações e Recomendações do TCU	13
14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão	Não se aplica
15. Dispensas de Instauração de TCE	Não se aplica
16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos	14
17. Outras informações relevantes	Sem ocorrências
18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de Unidades afins	16
18.1. Demonstrativo da Remuneração paga aos Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal	16
18.2. Atas das Reuniões do Conselho de Administração	17

18.3. Atas das Reuniões do Conselho Fiscal	43
19. Informações Contábeis (Anexo III à Decisão Normativa TCU n.º 93/08)	79
19.1. Balanços Patrimoniais em 31/12/08	79
19.2. Demonstrações de Resultado do Exercício	81
19.3. Demonstrações das Mutações do Patrimônio	82
19.4. Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto	83
19.5. Notas Explicativas que acompanham as Demonstrações Contábeis	84
19.6. Demonstrativo da composição acionária do capital social	91
19.7. Parecer de Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis	92
19.8. Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações Contábeis	93
19.9. Parecer do Conselho de Administração sobre as Demonstrações Contábeis	94
19.10. Relatório de Administração	95
1. Mensagem aos Acionistas	95
2. Estrutura Organizacional	96
3. Dados Complementares	97
4. Composição da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal	98
5. Ações, Indicadores e Análise de Desempenho	100
5.1. Assessoria Técnica e Comercial	100
5.1.1. Planejamento	100
5.1.2. Tecnologia da informação	100
5.1.2.1. Programa e Dispêndios Globais - PDG	101
5.1.3. Jurídico	101
5.1.3.1 Do Dissídio Coletivo	101
5.1.3.2. Das Ações Não Decorrentes do Dissídio Coletivo de 1991	102
5.1.3.3. Das Ações Cíveis	103
5.2. Gerência Administrativa e Recursos Humanos	103
5.2.1. Administrativo	103
5.2.1.1. Ativo Patrimonial	103
5.2.1.2. Procedimentos Licitatórios	106
5.2.1.3. Investimentos no Ativo Imobilizado	107
5.2.1.4. PDG - Dispêndios Correntes	108
5.2.2. Recursos Humanos	108
5.3. Núcleo Comercial e Operacional	110
5.4. Gerência Financeira e Contábil	116
5.5. Auditoria Interna	120
6. Análise do Resultado	121

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Nome da Empresa: Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG

1.2. CNPJ: 17.186.370/0001-68

1.3. Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista

1.4. Vinculação Ministerial: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

1.5. Endereço: Rua dos Timbiras, 1754, 14º. e 15º. Andares – Lourdes, Belo Horizonte -MG

CEP: 30140-061

Fones: (31) 3272-2833

Fax: (31) 3272-2829

1.6. Endereço Internet: www.casemg.com.br

1.7. Normativos de criação, competência e estrutura organizacional: criada pela Lei Estadual nº. 1643, de 6 de setembro de 1.957, (DOU de 06/09/1957) a CASEMG foi federalizada como ente da Administração Pública Indireta da União mediante autorização contida na Lei Estadual nº. 12.422, (DOU de 27/12/1996) de 27 de dezembro de 1996 e Lei Federal nº. 9.496, de 11 de setembro de 1997, (DOU de 12/09/1997), vinculada ao Ministério da Agricultura através do Decreto 6.129 de 20/06/2007, (DOU 21/06/2007).

1.8. Código da UJ titular do relatório: "d" (conforme Art. 5º da DN TCU n.º 93/2008)

1.9 Códigos das UJ abrangidas: Não consolida outras unidades

1.10. Situação da unidade: Em funcionamento, a Companhia foi incluída no Programa Nacional de Desestatização - PND por força do Decreto nº 3.654, de 7 de novembro de 2000.

1.11. Função de governo: Agricultura

1.12. Tipo de atividade: Armazenar e ensilar produtos do agronegócio, comércio de produtos similares aos recebidos em depósitos, executando os serviços conexos e praticando atos pertinentes a essas finalidades, operando como Armazéns Gerais.

1.13 Unidades gestoras utilizadas no SIAFI: Não se aplica

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS

2.1. Papel da unidade na execução das políticas públicas

Dentro do contexto nacional, a CASEMG encontra-se no estado de Minas Gerais, e busca a atuação de suas atividades de acordo com sua missão e legislações pertinentes. No exercício, nos contratos de prestação de serviço, merecem destaque: as cooperativas, indústrias extratoras, setores de abastecimento, empresas diretamente ligadas ao agronegócio, adesão de pequenos, médios e grandes produtores, bem como parceria com disponibilização de área para empresa responsável pela Estação Aduaneira do Interior - EADI em Uberlândia, para importação e exportação.

Participação atuante da Companhia em feiras, exposições e palestras, fatores os quais foram significativos para a melhoria do conhecimento técnico dos funcionários.

2.2. Estratégia de atuação:

A CASEMG planejou para o exercício os seguintes objetivos e prioridades definidos no Programa de Dispêndios Globais - PDG e Plano Estratégico:

I - Programa de Investimento:

Previsão no Ativo Imobilizado de R\$1.300.000 mil em:

- 1.1. Manutenção e Adequação de Imóveis
- 1.2. Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos e Máquinas
- 1.3. Manutenção e Adequação de Ativos de Informática e Tele-processamento

A realização de investimentos, de apenas 56,15% (R\$ 730.079) do valor reprogramado e ainda superior ao exercício anterior, foi prejudicada principalmente pela não implantação do projeto de construção do silo na Unidade de Araguari, que após ser analisado pela equipe técnica da Companhia, não foi realizado o procedimento licitatório em função de tomada de decisão pela Diretoria de que a atividade fosse motivo de novo estudo de viabilidade de execução do transbordo, devido a crise financeira global ocorrida.

II - Equacionamento Econômico, Financeiro e Patrimonial

- a) Elevar a receita operacional para R\$ 17.150 mil anual

O objetivo só não foi plenamente atingido, com uma receita em 2008 de R\$15.842 mil, superior ao exercício anterior, devido ao contexto global que se instalou a nível mundial, ocorrendo redução das operações de transbordo na Unidade Armazenadora de Uberlândia no último trimestre de 2008.

- b) Reduzir o endividamento, equacionar o passivo trabalhista.

O endividamento total aumentou de R\$7.587 mil no encerramento de 2007 para R\$8.551 mil em 31/12/2008, sendo R\$5.906 mil correspondente ao saldo devedor REFIS; R\$2.597 mil referente às contingências trabalhistas e cíveis, e R\$48 mil referente ao parcelamento com a CEMIG . O total de ações trabalhistas em 31/12/2007 eram 64, com saldo de 61 em 31/12/2008. Apesar da redução da quantidade de ações, em 2008 o setor jurídico recomendou o aumento da provisão de contingências, em função da falta de probabilidade de êxito em alguns processos em andamento, principalmente das ações cíveis.

- c) Reduzir os dispêndios correntes

As medidas adotadas em 2007 já refletiram em 2008 com a obtenção de alguns resultados de economicidade de despesas. Os custos operacionais aumentaram apenas 0,89%, passando de R\$8.857 mil para R\$8.936 mil, destacando-se apenas para o aumento consubstancial na rubrica materiais e produtos devido a maior utilização de lenha e óleo BPF, face a presença de uma safra úmida.

O controle de energia elétrica se faz necessário, todavia, trata-se de um aspecto que, resultados virão com a modernização dos sistemas de automação dos quadros de comando das Unidades, bem como um trabalho de conscientização profissional dos funcionários. As providências adotadas para redução de despesas continuam sendo motivo de acompanhamento.

Os dispêndios correntes cresceram de R\$15.030 mil para R\$ 18.269 mil, representando uma aumento de 21%, originados principalmente pela provisão de contingências, custos com impostos e contribuições incidentes sobre a receita operacional em função do seu acréscimo; multas fiscais do Ministério Público do Trabalho relativo ao exercício de 2000; pela apropriação de juros de parcelamento com fornecedor e da dívida de INSS e FGTS de exercícios anteriores .

III - Modernização de Gestão

- a) Modernizar, integrar e otimizar todos os processos e ações operacionais com segurança e agilidade.

Embora não tenhamos realizado no exercício o total planejado para investimentos em informática, houve aplicação de recursos em tele-processamento e informática, com aquisição de 16 impressoras, 45 computadores, 42 licenças de Office e aquisição de direito de uso de software do sistema operacional para as Unidades Armazenadoras.

IV - Responsabilidade Social e Ambiental

a) Solucionar os problemas ambientais em todas as Unidades e ampliar a ação social da empresa.

A maioria das metas previstas de ação ambiental foram implementadas tais com:

- Implantação do sistema de combate de incêndio na Unidade Armazenadora de Uberlândia;
- Fechamento da moega para não emitir pó na atmosfera nas Unidades Armazenadoras de Patrocínio e Uberlândia;
- A construção de parte dos filtros de pó na Unidade Armazenadora de Uberlândia, não se iniciou em 2008, todavia prevista na previsão orçamentária pra 2009.

V - Otimização da Capacidade Instalada

a) Obter taxas médias de ocupação crescentes.

A média no exercício permaneceu constante, situou-se no patamar de 30 a 35%. Diante do resultado obtido, definiram-se metas para elevar a taxa de ocupação através de captação de clientes, buscando-se assim um equilíbrio operacional.

b) Elevar o volume transbordado nas UAN'S estruturadas para prestação desse serviço.

O objetivo, senão plenamente alcançado, esteve próximo de se atingir a meta do exercício anterior. Como fator preponderante destaca-se a frustação ocorrida no último trimestre do exercício. O volume transbordado atingiu 320 mil toneladas, inferior ao ano anterior, devido o contexto global ocorrido.

c) Girar em cada Unidade em operação no mínimo duas vezes a capacidade estática.

Considerando o volume de produtos armazenados e transbordados detecta-se um índice de rotatividade de 2,5.

VI - Ampliação das bases do negócio

a) Identificar e implantar novos negócios e serviços.

A Companhia iniciou no segundo semestre, estudos de ampliação para armazenagem de novos produtos e negócios.

b) Diversificar, ampliar e fidelizar a carteira de clientes.

A quantidade de clientes potenciais cadastrados manteve-se praticamente constante na faixa de 4.200 ao término de 2008.

2.3. PROGRAMAS

2.3.1. Programa de Investimento em Infra-estrutura de Apoio (LOA)

Importância: otimização na capacidade instalada, informatização e valorização do patrimônio.

2.3.1.1. Dados Gerais

2.3.1.1.1. Tipo de programa: Programa Finalístico – programa do qual resultam bens ou serviços ofertados diretamente à sociedade.

Objetivo Geral: ampliação do nível de competitividade da Companhia e da capacidade de recebimento, armazenagem e expedição.

Gerente do Programa: Diretor Presidente Técnico Operacional

Gerente Executivo: Gerente das Unidades Armazenadoras

Indicadores ou parâmetros utilizados: percentual de execução do orçamento.

Público- alvo (beneficiários): acionistas e clientes

2.3.2. Principais Ações do Programa

1- Equacionamento Econômico, Financeiro e Patrimonial

Importância: saneamento do passivo e solução dos problemas do patrimônio imobiliário.

2- Modernização de Gestão

Importância: atualização tecnológica e utilização intensiva de recursos de informática e teleprocessamento.

3- Otimização da Capacidade Instalada:

Importância: atendimento às demandas locais por armazenagem e diversificação da carteira de clientes.

2.3.2.1. Gestão das ações

2.3.2.1.1. Ação: Equacionamento Econômico, Financeiro e Patrimonial

Dados Gerais da ação

Tipo: Ação Orçamentária

Finalidade: valorização do patrimônio, tornando a Companhia auto-sustentável.

Descrição: evolução das receitas com prestação de serviços, comprometimento do ativo total com a dívida a longo prazo , evolução dos ativos totais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Diretor Administrativo e Financeiro

Unidades executoras: Gerência Financeira e Contábil - GEFIC

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução: Gerências dos Setores e Unidades Armazenadoras.

Coordenador nacional da ação: Não se aplica

Responsável pela execução da ação no nível local: Gerências dos Setores e Unidades Armazenadoras.

2.3.2.1.2 Ação: Modernização de Gestão

Dados Gerais

Tipo: Ação Orçamentária

Finalidade: racionalização, agilização e integração de processos administrativos e operacionais.

Descrição: disponibilidade de equipamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Diretor Administrativo e Financeiro

Unidades executoras: Sede Administrativa e Unidades Armazenadoras

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução: Gerências dos Setores e Unidades

Coordenador nacional da ação: Não se aplica

Responsável pela execução da ação no nível local: Gerências dos Setores e Unidades

2.3.2.1.3. Ação: Otimização da Capacidade Instalada

Dados Gerais

Tipo: Ação Não Orçamentária

Finalidade: atendimento à demanda por armazenagem e diversificação da carteira de clientes.

Descrição: volume médio armazenado em função da capacidade estática total, evolução da quantidade de clientes potenciais cadastrados.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Diretor Presidente Técnico-Operacional

Unidades executoras: Unidades de Armazenagem

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução: Gerências das Unidades Armazenadoras

Coordenador nacional da ação: Não se aplica

Responsável pela execução da ação no nível local: Gerências das Unidades Armazenadoras

2.3.3. Resultados

Os principais recursos envolvidos nas ações da Companhia foram em:

Recursos materiais: lenha, óleo combustível, expurgo, energia elétrica e manutenção e conservação de bens e equipamentos.

Recursos humanos: cessão de mão de obra com vigilância e limpeza, trabalhadores avulsos sindicalizados.

Os custos com diárias e passagens vinculados as ações totalizaram R\$154 mil no exercício.

I – Programa de Investimento em Infra-estrutura de Apoio - LOA

A redução de investimentos para R\$730 mil, ou 56,15% do valor previsto, foi prejudicada principalmente pela não implantação do projeto de construção do silo na Unidade de Araguari, que após ser analisado pela equipe técnica da Companhia, não foi realizado o procedimento licitatório em função de uma tomada de decisão prudente pela Diretoria de que a atividade fosse motivo de novo estudo de viabilidade de execução do transbordo, devido a crise financeira global ocorrida..

II - Equacionamento Econômico, Financeiro e Patrimonial

a) Receitas operacionais

Receitas Operacionais (Vendas e Serviços)	2008	2007
15.841.586	12.805.793	

As receitas brutas de vendas de serviços de mercadorias no total de R\$15.842 mil foram 23,7% maiores às obtidas em 2007, devido principalmente ao estabelecimento de tarifas promocionais, novos nichos de mercado, captação de novos clientes e a boa movimentação de transbordo.

b) Endividamento a Longo Prazo Geral e Ativo Total

O índice de endividamento a longo prazo ao final do exercício é de 0,17 em relação ao ativo total.

A dívida do REFIS mantém praticamente inalterada, tendo em vista que a amortização é de apenas 1,5% sobre receita, com atualização da dívida pela TJLP- Taxa de Juros de longo prazo. Registra-se também dívida de R\$734 mil junto à Prefeitura Municipal de Frutal originada de ISSQN e IPTU, em processo de negociação com vistas à compensação com os créditos contratuais da CASEMG no valor de R\$888 mil.

c) Ativo Circulante, Ativo Realizável a Longo Prazo e Ativo Imobilizado

	2008	2007
Ativo Circulante	3.059.579	2.741.737
Ativo Realizável a Longo Prazo	5.180.409	4.718.359
Ativo Imobilizado	29.753.504	32.177.259
Soma	37.993.492	39.637.355

Em relação aos saldos de 31/12/2007, verifica-se aumento de 11,6% no Ativo Circulante, de R\$2.741 mil para R\$3.059 mil, em função, principalmente do acréscimo das Disponibilidades e do acordo de precatório.

O aumento do Realizável a longo prazo de 9,79%, de R\$4.718 mil para R\$5.180 mil tem por causa principal o aumento do saldo da conta Créditos e Valores, relativo ao acordo de precatório parcelado e pela reversão da provisão para devedores duvidosos.

O decréscimo de 7,53% do Ativo Imobilizado, de R\$32.177 mil para R\$29.753 mil, origina-se da depreciação de bens e nas baixas efetuadas no período, relativas à alienação de imóvel e bens móveis obsoletos.

III - Modernização de Gestão

Os trabalhos de modernização de gestão tecnológica da Cia. foram intensificados em 2008 com a atualização das instruções normativas, aquisição de equipamentos de informática, adequando as estruturas de hardwares da Sede Administrativa e Unidades Armazenadoras.

O softwares foram atualizados, todavia, pela própria complexidade técnica operacional, o estudo de definição de um novo sistema integrado da Sede e Unidades foi postergado para o exercício de 2009.

IV – Otimização da Capacidade Instalada

a) Volume mensal médio armazenado em relação à capacidade estática total.

O índice de ocupação médio alcançou 34% capacidade estática total.

b) Quantidade de clientes potenciais cadastrados

A quantidade de clientes potenciais cadastrados manteve-se praticamente constante em relação a 2007, 4.200 ao término do exercício. A movimentação foi de 740 clientes no exercício, considerando os contratos de adesão.

2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL:

Indicadores de desempenho

I - Programa de Investimento em Infra-estrutura de Apoio (LOA)

a) Utilidade: Volume de recursos efetivamente alocados na manutenção e adequação de bens móveis, imóveis e de informática e tele-processamento.

b) Tipo: Indicador de Efetividade

c) Fórmula de cálculo: Percentual de execução do orçamento

d) Método de aferição: Relação entre os montantes efetivamente gastos e os valores orçados, por subitem.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Diretoria Administrativa e Financeira

f) Resultado do indicador no exercício: R\$ 730.079

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador.

Embora houvesse a presença de recursos financeiros, a Gestão optou pela cautela na implantação do projeto de expansão da Unidade de Araguari.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis

A não realização do projeto de expansão de Araguari, prevê já na previsão orçamentária de 2009 a possibilidade de implantação diante de novo estudo de viabilidade.

Responsável: Diretor Técnico-Operacional e Diretoria Administrativa e Financeira

II - Equacionamento Econômico, Financeiro e Patrimonial

a) Utilidade: Evolução das receitas com prestação de serviços; Comprometimento da dívida líquida em relação ao Ativo e Evolução dos ativos totais.

b) Tipo: Indicador de Eficiência

c) Fórmula de cálculo: Faturamento anual; Dívida a longo prazo em relação ao Ativo e Ativos Totais.

d) Método de aferição: Somatório das receitas operacionais; Correlação entre Dívida a Longo Prazo e Ativo Geral; Somatório do Ativo Circulante, Ativo Realizável a Longo Prazo e Ativo Permanente.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Diretoria Administrativa e Financeira

f) Resultado do indicador no exercício: O Faturamento das vendas e serviços de R\$15.841 mil foi 23,7% superior a 2007. O índice de endividamento a longo prazo ao final do exercício é de 0,17 em relação ao ativo total. Os Ativos Totais reduziram-se 4,14% em relação ao ano anterior, tal fato decorre do menor nível de investimento no Ativo Permanente, o qual vem sendo sistematicamente reduzido em função do elevado valor da depreciação dos bens imóveis.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

O objetivo de evolução das receitas esteve próximo de ser alcançado. O índice de endividamento de 0,29 em relação ao Ativo Total é satisfatório. O não alcance do objeto de elevação dos Ativos Totais tem origem estrutural: os valores extremamente elevados de depreciação.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis

Elevação de receita, investimento no Ativo Imobilizado, minimização dos processos de alienação de imóveis.

Responsável: Diretor Administrativo e Financeiro, Diretor Presidente Técnico - Operacional.

III - Modernização de Gestão

a) Utilidade: Disponibilidade de equipamentos e acessos a sistemas legados.

b) Tipo de indicador: Indicador de Eficácia

c) Fórmula de cálculo: Disponibilidade de equipamentos e acessos a sistemas legados.

d) Método de aferição: Relação entre o número de empregados administrativos e a quantidade de microcomputadores.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Diretoria Administrativa Financeira

f) Resultado do indicador no exercício:

	2008	2007
Quantidade de Equipamentos	153	115
Funcionários Administrativos	98	89
Percentual	156%	129%

A Companhia possui um microcomputador para cada empregado administrativo, e com aquisição de novos micros, a substituição dos equipamentos obsoletos já começam a ocorrer.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

O objetivo foi plenamente alcançado.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

O objetivo foi plenamente alcançado.

Responsável: Diretoria Administrativa e Financeira.

IV - Otimização da Capacidade Instalada

a) Utilidade: Evolução de clientes, volume médio armazenado em função da capacidade estática operacional, volume de transbordo.

b) Tipo: Indicador de Eficiência e Efetividade

c) Fórmula de cálculo: Volume médio armazenado e de transbordo em função da capacidade estática total; Evolução da quantidade de clientes potenciais cadastrados.

d) Método de aferição: Volume médio armazenado e de transbordo em função da capacidade estática total; Evolução da quantidade de clientes potenciais cadastrados.

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Diretor Presidente Técnico-Operacional

f) Resultado do indicador no exercício: O índice de ocupação médio alcançou 35% da capacidade estática total e a quantidade de clientes potenciais cadastrados manteve-se praticamente constante correspondente 4.200 ao término de 2008.

g) Descrição das disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador: Embora apresentando elevação, o índice de ocupação médio encontra-se ainda baixo, devido o custo de produção elevado, manutenção de preços de produtos em patamares acima da média facilitando comercialização rápida, dificuldades de infra-estrutura e logística, limitação de equipamentos na área de recepção, presença de concorrência e um trabalho ainda incipiente na captação de novos clientes.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis: Busca de maior competitividade, participação ativa de uma gestão eficiente e integrada, utilização e aproveitamento dos serviços de armazenagem, modernização gradativa na estrutura de recepção das Unidades, tendo em vista uma safra crescente em curto prazo reduzindo a colheita a cada ano, estabelecimento de tarifas promocionais, busca de novos nichos de mercado. Trata-se de um trabalho de médio prazo em que, paulatinamente a Cia. norteia por si próprio a sua estabilidade no contexto de mercado.

Responsável: Diretor Presidente Técnico-Operacional.

2.4.1.- Evolução dos gastos gerais (R\$ 1,00)

Descrição	Ano 2006	Ano 2007	Ano 2008
1-PASSAGENS	89.124	61.533	65.288
2-DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE VIAGENS	318.492	291.327	228.116
3-SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1-Publicidade- (publicações oficiais)	75.078	50.502	49.069
3.2- Vigilância, Limpeza e Conservação	639.493	531.925	429.711
3.3-Tecnologia da Informação			
3.4-Outras Terceirizações	2.641.270	2.670.556	2.462.878
3.5-Suprimento de Fundos			
4-CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO			
TOTAIS	3.763.457	3.605.843	3.235.062

Item 3.1- Referem-se às publicações oficiais. Não houve despesa com publicidade;

Item 3.4- Outras terceirizações: Compõe as outras rubricas do balancete contábil: "Serviços de Terceiros" ou seja: estagiários, serviços especializados, Alimentação(PAT), Transporte, Seguro Incêndio, Assistência médica, fretes, e serviços avulsos sindicalizados

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS E RECURSOS

Não se aplica à natureza jurídica da Unidade - (Item 3 – Anexo II – DN TCU NR. 93/08- Quadro II - A.1)

4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Não se aplica à natureza jurídica da Unidade - (Item 4 – Anexo II – DN TCU NR. 93/08- Quadro II - A.1)

5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

Não se aplica à natureza jurídica da Unidade - (Item 5 – Anexo II – DN TCU NR. 93/08- Quadro II - A.3)

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Não se aplica à natureza jurídica da Unidade - (Item 6 – Anexo II – DN TCU NR. 93/08- Quadro II - A.3)

7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS

Não se aplica à natureza jurídica da Unidade - (Item 7 – Anexo II – DN TCU NR. 93/08- Quadro II - A.4)

8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Não se aplica à natureza jurídica da Unidade - (Item 8 – Anexo II – DN TCU NR. 93/08- Quadro II - A.5 à Quadro II – A.11)

9. DECLARAÇÃO DE SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA

Não se aplica à natureza jurídica da Unidade

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS

Não se aplica à natureza jurídica da Unidade - (Item 10 – Anexo II – DN TCU NR. 93/08)

11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

Não se aplica à natureza jurídica da Unidade - (Item 11 – Anexo II – DN TCU NR. 93/08)

12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

12.1. - Nº do Relatório: 208210

a) Recomendação n.º 1: A Controladoria Geral da União recomendou a CASEMG “enviar esforços para regularizar os seis imóveis da entidade pendentes de averbações e registros”.

a.1) Setor Responsável: Gerência Administrativa e de Recursos Humanos

a.2) Providências adotadas pela entidade: A Companhia fixou prazo limite de 30/06/2009 para regularização dos seis imóveis relacionados, sendo que o de Araguari já foi regularizado.

b) Recomendação n.º 2: “Ausência de registro dos contratos celebrados pela CASEMG no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.”

b.1) Setor responsável: Assessoria Técnica e Comercial

b.2) Providências adotadas pela entidade: A CASEMG fez a solicitação junto ao Ministério do Planejamento, para credenciamento da Companhia e cadastramento de usuários no SIASG. As solicitações foram atendidas e os contratos estão sendo incluídos no SIASG desde Outubro de 2008.

c) Recomendação n.º 3: “Ausência de providências efetivas para cobrança de valores junto a clientes inadimplentes.”

c.1) Setor responsável: Gerência Financeira e Contábil

c.2) Providências adotadas pela entidade: A GEFIC – Gerência Administrativa e Financeira tem cumprido rigorosamente os prazos para envio de carta cobrança conforme INFIC-03 – “Faturamento e Cobrança” e formalizado processo de leilão para os débitos oriundos de mercadorias armazenadas por mais de 180 dias e ainda mantendo-as até o pagamento dos serviços.

d) Recomendação nº 4; “Ajuizar uma nova ação ordinária de cobrança contra o Banco do Brasil.”

d.1) Setor responsável: ASTEC- Assessoria Técnica e Comercial

d.2) Providências adotadas pela entidade: A CASEMG ajuizou nova ação contra o Banco do Brasil em 25/11/08.

13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

13.1.) Nº do Acórdão :Nº 1866/2008 – TCU- 1ª Câmara

a) Determinação n.º 1- O Tribunal de Contas da União determinou a CASEMG – Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais que observe o inciso VI do art. 38 da Lei 8.666/93, tendo em vista a jurisprudência do TCU ser firme no sentido de que os pareceres técnicos ou jurídicos são necessários nos processos licitatórios.

a.1) Setor responsável: GERAH- Gerência Administrativa e de Recursos Humanos

Avaliação sobre o atendimento: Atendida

a.2) Providências adotadas pela entidade: Desde setembro de 2007, todos os processos licitatórios passaram a conter o parecer jurídico na abertura do processo (escolha da modalidade) ; na homologação; e adjudicação, em cumprimento a norma legal vigente.

b) Determinação n.º 2: O Tribunal de Contas da União determinou a CASEMG – Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais que planeje adequadamente os procedimentos da empresa (relacionados ou não a licitação), de modo a não permitir atos improvisados e informais que desrespeitem os princípios da Administração Pública, dentre os quais os da legalidade, impessoalidade e publicidade (art. 37 da CF-88, art.º 3 da Lei 8.666/93), evitando-se, assim, ocorrências semelhantes às verificadas no Pregão Presencial n.º 001/2005, segundo o item 3.2.1.1 do Relatório de Auditoria da CGU/MG n.º 189.377, referente às contas da empresa - exercício de 2006.

Os atos informais e improvisados contribuíram para o descumprimento dos seguintes dispositivos da Lei nº 8666/93:

- aumento do preço contratado sem acréscimo do objeto (art. 65, inciso I, alínea “b”);

- descumprimento de cláusula contratual no que se refere à forma de pagamento da contratada (art.66);
 - acompanhamento e fiscalização inadequados de contrato (art.67)
 - falta de clareza na definição da forma de pagamento da contratada na realização de contrato de risco (art.54, § 1º);
 - taxa superior ao valor contratado (art.54, inciso III);
- b.1)** Setor responsável: GERAH- Gerência Administrativa e de Recursos Humanos

b.2) Providências adotadas pela entidade: A Companhia fez revisão da Instrução Normativa de Compras e Materiais e Contratação de Obras e Serviços, no intuito de solicitar o cumprimento dos requisitos básicos de um contrato, visando à clareza, objetividade, ao preço e às condições de pagamento; enviou Circular eletrônica nº 1194, reforçando a necessidade da observância do art.66 e 67 da Lei 8666/93.

14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO

Não se aplica à natureza jurídica da Unidade - (Item 14 – Anexo II – DN TCU NR. 93/08)

15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE

Não se aplica à natureza jurídica da Unidade - (Item 15 – Anexo II – DN TCU NR. 93/08)

16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Obs.: Qtde – Posição em 31/12/08 ; Despesa total incorrido no exercício.

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa* R\$	Qtde	Despesa* R\$	Qtde	Despesa* R\$
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade.	-	-	-	-	-	-
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade.	168	3.540.665,46	158	5.104.737,62	158	4.767.557,24
Total Pessoal Próprio	168	3.540.665,46	158	5.104.737,62	158	4.767.557,24

A CASEMG é uma empresa de economia mista e seus funcionários são regidos pela CLT.

Despesa*: Total Pessoal e Encargos Sociais.

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa R\$	Qtde	Despesa R\$	Qtde	Despesa R\$
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo.	-	-	-	-	-	-

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa R\$	Qtde	Despesa R\$	Qtde	Despesa R\$
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	-	-	-	-	-	-

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa R\$	Qtde	Despesa R\$	Qtde	Despesa R\$
Pessoal Terceirizado Vigilância / Limpeza ¹	38	639.492,63	30	531.925,21	30	429.711,04
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo ²	3	10.249,64	2	23.321,08	4	34.121,56
Pessoal Terceirizado Outras atividades.	-	-	-	-	-	-
Estagiários	16	243.680,89	10	102.874,77	19	159.931,99
Total Pessoal Terc. + Estag.	57	893.423,16	42	658.121,06	53	623.764,59

Foram utilizados os valores brutos para apuração das despesas com limpeza e segurança.

Pessoal Terceirizado Vigilância / Limpeza¹: Incluídos não somente os gastos com pessoal, mas também todas as despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, despesas comerciais (como taxa de administração), seguro, entre outros.

Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo²: Despesas correspondentes à soma dos salários mais os encargos sociais

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa R\$	Qtde	Despesa R\$	Qtde	Despesa R\$
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus.	-	-	-	-	-	-
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus.	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade.	-	-	-	-	-	-

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa R\$	Qtde	Despesa R\$	Qtde	Despesa R\$
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus.	23	783.070,16	3	165.674,53	3	241.722,37
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus.	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal cedido pela Unidade.	23	783.070,16	3	165.674,53	3	241.722,37

Obs.: Para o cálculo da despesa, foram somados os totais de vencimentos (mensais) de cada empregado cedido. Ao final de cada ano, foram acrescidos os encargos estimados: 72,51%.

Descrição	2008	
	Qtde	Despesa R\$
Pessoal envolvido em ações finalísticas da Unidade ¹	154	3.161.849,11
Pessoal envolvido em ações de suporte da Unidade ²	60	2.471.195,09
Total Geral	214	5.633.044,20

Pessoal envolvido em ações finalísticas da Unidade¹: Empregados e Estagiários lotados nas Unidades de Armazenagem e Negócios e Pessoal Terceirizado para a prestação de serviços de vigilância, limpeza e apoio administrativo nas Unidades da CASEMG.

Pessoal envolvido em ações de suporte da Unidade²: Empregados e Estagiários lotados na Sede Administrativa; Pessoal Terceirizado para a prestação de serviços de vigilância, limpeza e apoio administrativo na Sede da CASEMG.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES (Não houve ocorrências)
18. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS (CONFORME ITEM B DO ANEXO II DA DN-TCU- 93/2008)
18.1. DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO PAGA AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL.

DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO PAGA AOS MEMBROS DOS CONSELHOS - CASEMG														2008
CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO														
Nome	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	
Célio Brovino Porto	755,63	755,63	755,63	755,63	902,97	808,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.978,08	
Célio Gomes Floriani	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	4.041,10	
Danuza B. F. Cameiro	755,63	755,63	755,63	755,63	902,97	774,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.944,44	
Eduardo Michel Jehá	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	4.849,32	
Euler de Paula Veloso	755,63	755,63	755,63	755,63	902,97	808,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.733,71	
Milton Elias Ortolan	0,00	0,00	755,63	755,63	846,12	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	8.014,92	
Rafael Souza Pena	755,63	755,63	755,63	755,63	902,97	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	9.583,03	
Silas Brasileiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Subtotal	3.022,52	3.022,52	3.778,15	3.778,15	4.458,00	4.007,46	2.424,66	3.232,88	3.232,88	3.232,88	3.232,88	3.232,88	35.166,52	
CONSELHO FISCAL														
Nome	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	
Cleide Edvirges Santos Laia	755,63	755,63	755,63	755,63	902,97	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	9.583,03	
Elias Jacó Santos	755,63	755,63	755,63	755,63	902,97	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	9.583,03	
Gustavo Pereira Silva Filho	755,63	755,63	755,63	755,63	902,97	808,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.978,08	
Hugo Vasconcelos	755,63	755,63	755,63	755,63	902,97	808,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.978,08	
José Augusto Vicarone	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
José Carlos de Andrade	755,63	755,63	755,63	755,63	902,97	808,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.978,08	
Manuel Vitorino Souza Neto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	4.041,10	
Osvaldo Toller Júnior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	4.041,10	
Ricardo Cardoso A. Meireles	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	808,22	808,22	808,22	808,22	808,22	4.041,10	
Subtotal	3.778,15	3.778,15	3.778,15	3.778,15	4.514,85	4.041,10	1.616,44	4.041,10	4.041,10	4.041,10	4.041,10	4.041,10	43.223,60	
Total	6.800,67	6.800,67	7.556,30	7.556,30	8.972,85	8.048,56	4.041,10	7.273,98	7.273,98	7.273,98	7.273,98	7.273,98	78.390,12	

18.2. ATAS DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



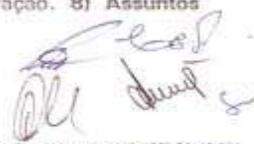
ATA DA 89ª. REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE

ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG

CNPJ: 171863700001-68

NIRE: 3130004269-3

Aos 30 dias do mês de janeiro de 2008, às 9 horas e 30 minutos, foi realizada a 89ª Reunião do Conselho de Administração, na sede administrativa da CASEMG, situada na Rua dos Timbiras, 1754, 15º andar, Belo Horizonte/MG, com a presença dos Senhores Rafael Souza Pena, Euler de Paula Veloso, Célio Brovino Porto e Danuza Bias Fortes Carneiro. Estiveram ausentes justificadamente os Senhores Silas Brasileiro e Wagner Gonçalves Rossi. Presente, também, a Coordenadora da Assessoria Jurídica, Karla Renata França Carvalho, convidada para secretariar os trabalhos. A Reunião foi iniciada com a apreciação dos assuntos constantes da pauta: 1) Abertura da Reunião e considerações iniciais do Presidente e Conselheiros; houve a impossibilidade do comparecimento do Presidente do Conselho, visto ter sido convocado pelo Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na data de ontem para representá-lo em seu nome em outra reunião no presente dia. Assim, a Conselheira Danuza Bias Fortes, assume a Presidência da presente reunião, iniciando a leitura da Pauta. 2) Leitura e comentário das atas do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva: Foram apresentadas as Atas 95ª, 96ª e 97ª da Diretoria Executiva e a Ata 83ª do Conselho Fiscal e ao tomar conhecimento o Conselheiro Rafael efetuou o questionamento acerca do item 10 da Ata do Conselho Fiscal, sendo informado que o débito da Segurada Generalis foi quitado, bem como do Convênio do Banco do Brasil, estando ainda em aberto e em vias de parcelamento o débito com a CEMIG, na ordem de R\$ 530.000,00. 3) Relatórios da Auditoria Interna: leitura e eventuais recomendações: apresentado o relatório da Auditoria Interna, o Conselho solicita que as pendências constantes do relatório sejam apresentadas por ordem decrescente de importância, não havendo mais nada a ser destacado. 4) Demonstrativo de pendências decorrentes das auditorias do controle interno e externo: a Diretora-Presidente informou que foram intensificado os esforços para regularização dos imóveis da Companhia, posto ser a única pendência ainda não sendo constante do demonstrativo decorrente do Controle interno e externo. 5) Demonstrativo da Execução Orçamentária – Custo/Investimento – posição de dezembro de 2007: o Conselho recomenda, com base na própria explanação feita pela Diretora-Presidente na reunião anterior, em que as perspectivas são boas para o exercício de 2008, sejam elevados esforços no sentido de aumentar a receita operacional da Companhia. 6) Balancete e Demonstrações Contábeis – dezembro de 2007: análise e comentários: O balancete de dezembro, não foi apresentado, visto não ter sido concluído. Quanto ao balancete de novembro, pendente de análise na reunião anterior, os Conselheiros tomaram conhecimento e manifestaram preocupação quanto a evolução das receitas e despesas da Companhia, embora os esforços sejam verificados, o Conselho recomenda que a Diretoria Executiva continue tomando medidas no sentido de buscar um resultado econômico positivo. 7) Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2008: foi apresentado o Plano Anual de Atividades de Interna para o exercício de 2008 que após analisado o Conselho deliberou pela aprovação. 8) Assuntos



Rua dos Timbiras, 1754, 14º e 15º andares - Lourdes - Belo Horizonte - MG - CEP 30140-061
Fone: (31) 3272-2883 - Fax: (31) 3272-2943 - e-mail: casemg@casemg.com.br - site: www.casemg.com.br



Gerais: 8.1) o Conselho recebeu a Carta PRESI 047/2008 do Conselheiro Wagner Gonçalves Rossi, brasileiro, casado, professor universitário, portador da carteira de identidade 2.670.122, expedida por SSP/SP, inscrito no CPF: 031.203.258-72, natural de São Paulo/SP, residente e domiciliado em Brasília/DF na Sosw 305, bloco G, apto: 315, setor sudeste, manifestando seu desligamento do Conselho por motivos de caráter pessoal e privado e registra seus agradecimentos. Os Conselheiros, na oportunidade, também registrando a relevância de sua participação enquanto membro deste colegiado e agradecem o trabalho desenvolvido, desejando-lhe votos de sucesso. 8.2) A Diretora-presidente informa que até a presente data o Diretor Administrativo-Financeiro o Senhor Nacib Duarte Bechir eleito para o exercício da função não tomou posse, posto que está aguardando a assinatura do Termo de Cessão do funcionário, pelo IBGE. Não sendo suscitados outros temas para apreciação, a reunião foi encerrada, da qual foi lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. Belo Horizonte, 30 de janeiro de 2008.

Danuza Blas Fortes Carneiro

Euler de Paula Velloso

Rafael Souza Pena

Célio Brovino Porto

Karla Renata França Carvalho
Coordenadora Jurídica



Rua dos Timbiras, 1754, 14º e 15º andares - Lourdes - Belo Horizonte - MG - CEP 30140-061
Fone: (31) 3272-2883 - Fax: (31) 3272-2943 - e-mail: casemg@casemg.com.br - site: www.casemg.com.br



**ATA DA 90^a. REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE ARMAZÉNS E
SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG**
CNPJ: 171863700001-68
NIRE: 3130004269-3

Aos 27 dias do mês de março de 2008, às 11 horas e 30 minutos, foi realizada a 90^a Reunião do Conselho de Administração, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na Esplanada dos Ministérios, 9º andar - Brasília/DF, referente aos assuntos do mês de fevereiro de 2008, com a presença dos Senhores Silas Brasileiro, Danuza Bias Fortes Carneiro, Célio Brovino Porto, Rafael Souza Pena, Euler de Paula Veloso e ausente justificadamente o conselheiro Milton Elias Ortolan. Presente, também, a Coordenadora da Assessoria Jurídica, Karla Renata França Carvalho, convidada para secretariar os trabalhos. A Reunião foi iniciada com a apreciação dos assuntos constantes da pauta: 1) **Abertura da reunião e considerações iniciais do Presidente e Conselheiros:** O Presidente do Conselho deu boas vindas aos pares e passou a palavra aos demais, que procederam os cumprimentos de praxe e iniciaram a apreciação da pauta. 2) **Leitura e comentário (se houver) das atas do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva:** Foram recebidas as Atas 98^a e 99^a da Diretoria Executiva, que nada manifestaram; bem como a Ata 85^a Reunião do Conselho Fiscal, em que o colegiado corroborou com o posicionamento do CONFIS para que a Empresa continue elevando esforços no atendimento das pendências da Auditoria Interna e da Controladoria Geral da União – CGU. 3) **Relatórios da Auditoria Interna: leitura e eventuais recomendações;** relatório recebido sem nenhum destaque. 4) **Demonstrativo da Execução Orçamentária – Custo/Investimentos – posição de dezembro de 2007;** demonstrativo apresentado, e o colegiado nada manifestou. 5) **Balancete e Demonstrações Contábeis – janeiro/2008-análise e comentários:** foi apresentado a Nota Técnica da Gerência Financeira 004/2008, de 26 de março de 2008, justificando a ausência do balancete e das Demonstrações Contábeis referente ao mês de janeiro/2008, devendo ser apreciado na próxima reunião. 6) **Pauta da Assembleia Geral dos Acionistas:** O Colegiado tomou conhecimento da Pauta da Assembleia Geral Ordinária que será realizada em 11 de Abril de 2008: 1- Exame e Votação do Relatório dos Administradores; Balanço e demais Demonstrações Contábeis relativos aos exercícios de 2007; 2 - Eleição dos membros efetivos e suplentes para o Conselho Fiscal e fixação da remuneração; 3 - Fixação da remuneração dos administradores. O Conselho solicitou que após realizada a AGO, sejam encaminhados as deliberações. Não sendo suscitados outros temas para apreciação, a reunião foi encerrada, da qual foi lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. Belo Horizonte, 27 de março de 2008.

Danuza Bias Fortes Carneiro

Célio Brovino Porto

Euler de Paula Veloso

Rafael Souza Pena

Silas Brasileiro

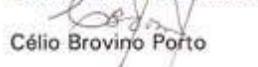
Karla Renata França Carvalho
Secretária

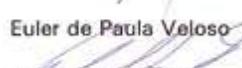


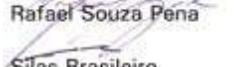
**ATA DA 91^a. REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE
ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG**
CNPJ: 171863700001-68
NIRE: 3130004269-3

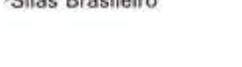
Aos 27 dias do mês de março de 2008, às 11 horas e 30 minutos, foi realizada a 91^a Reunião do Conselho de Administração, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na Esplanada dos Ministérios, 9º andar - Brasília/DF, referente aos assuntos do mês corrente, com a presença dos Senhores Silas Brasileiro, Danuza Bias Fortes Carneiro, Célio Brovino Porto, Rafael Souza Pena, Euler de Paula Veloso e ausente justificadamente o conselheiro Milton Elias Ortolan. Presente, também, a Coordenadora da Assessoria Jurídica, Karla Renata França Carvalho, convidada para secretariar os trabalhos. A Reunião foi iniciada com a apreciação dos assuntos constantes da pauta: 1) Abertura da reunião e considerações iniciais do Presidente e Conselheiros: sem manifestação dos Conselheiros.2) Leitura e comentário da ata do Conselho Fiscal: não foram apresentadas atas da Diretoria Executiva, posto ainda não realizada. A Ata 86^a do Conselho Fiscal realizada na presente data, deverá ser apresentada juntamente com a Ata 92^a de Reunião da Diretoria Executiva para apreciação na próxima reunião.3) Análise e aprovação das demonstrações Financeiras da CASEMG – ano base 2007: O Colegiado no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após ter examinado o Balanço Patrimonial da CASEMG, as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Origens e Aplicações de Recursos, as Notas Explicativas e o Relatório de Gestão, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, e tendo por base os pareceres da Auditoria Interna e dos Auditores Independentes, aprova as contas anuais referente ao exercício de 2007, e recomenda relativamente as provisões de contingências do ativo e passivo da Companhia, sejam quantificadas em observância aos princípios da contabilidade em especial da prudência, conforme Resolução CFC 750/93 de 29 de dezembro de 1993. Não sendo suscitados outros temas para apreciação, a reunião foi encerrada, da qual foi lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. Belo Horizonte, 27 de março de 2008.


Danuza Bias Fortes Carneiro


Célio Brovino Porto


Euler de Paula Veloso


Rafael Souza Pena


Silas Brasileiro


Karla Renata França Carvalho
Coordenadora Jurídica



PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CASEMG

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CASEMG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após ter examinado o Balanço Patrimonial da CASEMG, as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Origens e Aplicações de Recursos, as Notas Explicativas e o Relatório de Gestão, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, e tendo por base os pareceres da Auditoria Interna e dos Auditores Independentes, manifesta-se pelo encaminhamento da documentação à Assembléia Geral dos Acionistas, observadas as recomendações constantes de sua Ata da 91^a Reunião, realizada nesta data, por entender que as demonstrações refletem, em todos os aspectos relevantes, as situações patrimoniais, financeira e de gestão da Empresa.

Brasília(DF), 27 de março de 2008.

Silas Brasileiro

Célio Brovino Porto

Danuza Bias Fortes Carneiro

Euler de Paula Veloso

Rafael Souza Peña

Rua dos Timbiras, 1754, 14º e 15º andares – Lourdes – Belo Horizonte – MG – CEP: 30140-061
Fone: (31)3272.2883 – Fax(31)3272.2943 - e-mail: casemp@casemp.com.br - site: www.casemp.com.br



ATA DA 92ª. REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG

CNPJ: 171863700001-68

NIRE: 3130004269-3

Aos 24 dias do mês de abril de 2008, às 10 horas, foi realizada a 92ª Reunião do Conselho de Administração, na sede administrativa da CASEMG, localizada na Rua dos Timbiras, nº 1754, 15º andar, Bairro de Lourdes, Belo Horizonte/MG, referente aos assuntos do mês corrente, com a presença dos Senhores Silas Brasileiro, Danuza Bias Fortes Carneiro, Célio Brovino Porto, Rafael Souza Pena, Milton Elias Ortolan e ausente justificadamente o conselheiro Euler de Paula Veloso. Presente, também, a Coordenadora da Assessoria Jurídica, Karla Renata França Carvalho, convidada para secretariar os trabalhos. A Reunião foi iniciada com a apreciação dos assuntos constantes da pauta: 1) Abertura da reunião e considerações iniciais do Presidente e Conselheiros: A Diretora Presidente deu boas vindas ao novo Conselheiro o Sr. Milton Elias Ortolan e afirmou que certamente sua participação como membro do Conselho em muito contribuirá para o bom andamento das atividades da atual gestão da Companhia. O Conselheiro Rafael Souza Pena solicitou que os documentos sejam encaminhados com antecedência de forma a não comprometer a análise prévia. 2) Leitura e comentário da ata da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal: foram apresentadas as Ata 100ª Reunião da Diretoria Executiva, realizada em 31 de março e a Ata 86 Reunião do Conselho Fiscal realizada em 24 de março e nada manifestaram. 3) A Balancete e Demonstrações Contábeis – janeiro de 2007 (não apresentada em Reunião anterior) – Item 5 da Ata 90ª Reunião do CONSAD: o colegiado tomou conhecimento do Balancete e Demonstrações contábeis referentes aos meses de janeiro e fevereiro do corrente ano e solicitou que o Informe Contábil seja nas próximas reuniões acompanhado de Nota Explicativa analítica, a fim de facilitar a análise dos dados fornecidos, ficando sua apreciação prejudicada no momento. 4) Ata da Assembléa Geral Ordinária – 11 de Abril de 2008: os Conselheiros receberam a Ata da Assembléa Geral Ordinária, em que foram reconduzidos os membros do Conselho Fiscal, sendo eleita apenas o representante suplente do Tesouro Nacional Sr. Laira carneiro Curado. Cientificaram-se a redução da remuneração global a ser paga aos administradores no período compreendido entre abril de 2008 e março de 2009, no montante de R\$ 295.600,00, conforme Ofício nº 200/2008/MP/SE/DEST, de 7 de abril de 2007, face a redução do número de diretores da companhia o que reflete consubstancialmente no valor de remuneração global. 5) Acordo Judicial – Precatório Município de Muriaé: A Diretora Presidente da Cia, deu ciência aos demais Conselheiros do acordo a ser homologado em julzo e aprovado pela diretoria Executiva, referente a quitação do precatório em Ação de Cobrança, tendo em vista os fundamentos apresentados pela Assessoria Técnica Comercial através da Nota Técnica nº 019/2008. 6) Imunidade Tributária/ IPTU dos imóveis da Companhia; Tendo em vista constar na Ata da 100ª Reunião da Diretoria, o item 3 – Imunidade

Rua dos Timbiras, 1754, 14º e 15º andares - Lourdes - Belo Horizonte - MG - CEP 30140-061
Fone: (31) 3272-2893 - Fax: (31) 3272-2940 - e-mail: casemg@casemg.com.br - site: www.casemg.com.br



Tributária acerca do Imposto Territorial Urbano incidente nos imóveis da Companhia, o conselho tomou conhecimento da decisão administrativa da CASEMG, em consonância da Assessoria Técnica através da Nota Técnica nº 017/2008, em não utilizar da Imunidade Tributária para suspender o pagamento do referido Imposto.
Outros assuntos: Não se endo suscitados outros temas para apreciação, a reunião foi encerrada, da qual foi lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. Belo Horizonte, 24 de abril de 2008.

Silas Brasileiro

Danuza Bias Fortes Carneiro

Célio Brovino Porto

Milton Elias Ortolan

Rafael Souza Peña

Karla Renata França Carvalho

Coordenadora Jurídica

**ATA DA 93^a. REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE
ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG**
CNPJ: 171863700001-68
NIRE: 3130004269-3

Aos 29 dias do mês de maio de 2008, às 9 horas e 30 minutos, foi realizada a 93^a Reunião do Conselho de Administração, no Edifício sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na Esplanada dos Ministérios, 9º andar - Brasília/DF, referente aos assuntos do corrente mês, com a presença dos Senhores Silas Brasileiro, Danuza Bias Fortes Carneiro, Célio Brovino Porto, Rafael Souza Pena e Milton Elias Ortolan. E ausente justificadamente Euler de Paula Veloso. Presente, também, a Coordenadora da Assessoria Jurídica, Karla Renata França Carvalho, convidada para secretariar os trabalhos. A Reunião foi iniciada com a apreciação dos assuntos constantes da pauta: 1) **Abertura da reunião e considerações iniciais do Presidente e Conselheiros:** A Conselheira Danuza Bias Fortes, visando analisar os primeiros cinco meses de 2008, e perspectivas futuras, promoveu alguns apontamentos de sua gestão, tais como: a) **Evolução de Receita:** A receita total acumulada nos quatro primeiros meses de 2008 perfaz um montante de R\$ 5.946.996,70, o que corresponde a um acréscimo, comparativo com o mesmo período de 2007, de 34%, sendo que apenas no mês de abril a arrecadação atingiu a cifra de R\$ 2.383.211,65; b) **Evolução de Custos:** Tanto os custos operacionais quanto as despesas administrativas têm, ao longo da atual gestão, alcançado gradativa redução, sendo que no primeiro trimestre atingiu o patamar de 5,14%; c) **Passivo Civil e Trabalhista:** Desde o início da gestão, sem aporte de capital específico para pagamento de passivo trabalhista oriundo de dissídio coletivo, utilizando de faturamento próprio, e no intuito de evitar o preceamento das maiores unidades de armazenagem, de julho de 2007 até a presente data, a Companhia cumpriu com o pagamento de R\$ 2.978.255,53; d) **Acordo Judicial de Pagamentos de Precatórios:** Ao longo de inúmeras gestões a Companhia tem administrado ações judiciais que resultaram na constituição de precatórios municipais, que sem uma atuação sistemática e eficiente não teria sido concluído acordo na vara de precatórios, a exemplo da homologação ocorrida em maio do corrente ano, em que a Companhia, além de ter retomado o imóvel ao ativo imobilizado, receberá, a título de resarcimento aproximadamente R\$ 2.000.000,00, por sua utilização pelo Município de Muriaé. Trata-se de ação que tramitava há mais de 10 anos no Tribunal Justiça de Minas Gerais. Nos mesmos moldes, a CASEMG estará firmando acordo com o Município de Ipanema para pagamento também de precatórios; e) **Acordo Coletivo – Maio de 2008:** Pela primeira vez, nos últimos anos, a Companhia firmou acordo Coletivo com o Sindicato da Categoria de trabalhadores dentro do mês de data-base, diferentemente dos anos anteriores, evitando-se assim pagamentos retroativos e transtornos com possíveis dispensas ocorridas nos interregnos entre o efetivo pagamento, a data-base e a data da dispensa de empregados. Isto foi possível, sem comprometer o orçamento da Empresa adotando-se o índice da variação legal do INPC, conforme orientação do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST; f) **Perspectivas de Resultado:** Considerando o ritmo de faturamento e a redução de custos, especialmente a adequação de pessoal, estima-se um resultado financeiro positivo de R\$ 3.500 mil, para o exercício de 2008, e investimento no ativo imobilizado de R\$ 1.400 mil. 2) **Leitura e comentário da ata da Diretoria Executiva:** O colegiado tomou conhecimento da Ata da 101^a Reunião da Diretoria Executiva e nada

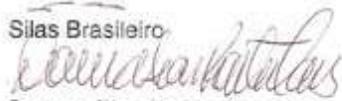


manifestou. 3) Assembléia Extraordinária – 06 de junho de 2008: conforme Ofício n° 1066/PGFN/CRE, de 19 de maio de 2008, foi solicitada a convocação de Assembléia Geral Extraordinária para 06 de junho de 2008, objetivando, eleição de membros dos conselhos de administração e fiscal, sendo providenciada a convocação dos acionistas em conformidade com a legislação vigente. 4) Acordo Judicial – Precatório Município de Muriaé: A Conselheira Danuza relata sobre o acordo assinado e distribuído na Vara de Precatórios do Tribunal de Justiça de Minas Gerais para homologação e inicio de cumprimento para julho de 2008. 5) Negociação Precatório de Ipanema: A Conselheira relatou também, que nos mesmos moldes de conciliação promovida pelo Tribunal de Justiça, a Assessoria Técnica Comercial - ASTEC promoveu reunião com o Prefeito do Município de Ipanema para pagamento de Precatório, sendo apresentada proposta pela CASEMG de devolução do imóvel objeto da desapropriação não efetivada. A Procuradoria daquele Município irá promover avaliação do imóvel e apresentar contra proposta para próxima reunião. Uma vez definidas as tratativas, será firmado acordo a ser apresentado ao Conselho e se aprovado, será homologado nos autos do processo de constituição do precatório. 6) Acordo Coletivo – Maio de 2008: O Conselho de Administração tomou conhecimento que seguindo a orientação do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, a CASEMG firmou acordo coletivo com o Sindicato dos Empregados da Categória, com aplicação do INPC acumulado, garantida a data base de maio de 2008 de 5,04%, estando aguardando, a aprovação daquele órgão em resposta ao Ofício nº 041/2008/PRESI de 27 de maio para efetivar o registro junto à Delegacia Regional do Trabalho para fins de valer contra terceiros e surtir todos seus efeitos. 7) Assuntos Gerais: A Diretora Presidente da Companhia é membro nata do Conselho, a Senhora Danuza Bias Fortes Carneiro, apresentou ao Presidente do Conselho Ofício nº 042/2008/PRESI em que solicita seu desligamento do Cargo de Diretora Presidente Técnica Operacional, a partir de 03 (três) de junho, em cumprimento a Resolução nº 22.579 do Tribunal Superior Eleitoral e considerando os prazos de desincompatibilização para fins de concorrer as eleições municipais de 2008, visto a possibilidade de concorrer, por seu Partido Político, ao cargo de Prefeita de sua cidade natal Barbacena. O Presidente e Conselheiro Silas, em nome dos demais, manifestou os sentimentos de orgulho e satisfação de ver uma mulher de tamanha coragem, e história política, que tem demonstrado eficiência de gestão administrativa à frente da Casemg nos últimos 10 meses, sendo eleita, o que poderá fazer pelo município de Barbacena, a exemplo do que tem feito pela Companhia. Sem dúvida que esse fato a fará crescer, aumentando sua importância, enquanto Município no cenário mineiro. Assim, tendo em vista as atribuições constantes no artigo 142, inciso II da Lei nº 6.404/76 em que compete ao Conselho de Administração: "eleger e destituir os diretores da companhia e fixar-lhes as atribuições", observado o que dispuser o estatuto e considerando a eventualidade de vacância do cargo de Diretor-Presidente Técnico Operacional para possível disputa eleitoral – "*Eleições Municipais 2008*", considerando ainda o que dispõe o artigo 15, parágrafo 5º, alínea "a" do Estatuto Social da Companhia e em razão da expressa aprovação do Conselho para substituição provisória durante o período de vacância, o voto do Presidente do Conselho é pela indicação e eleição do empregado Eduardo Michel Jeha, brasileiro, divorciado, portador de CPF: 070.451.406-06, Carteira de Identidade: M9 7754- SSP/MG, residente e domiciliado na Rua: Barbosa Resende, n 262, apto: 101, Bairro: Grajaú, - Belo Horizonte/MG, engenheiro civil, ex-presidente da Companhia, que em gestões anteriores exerceu atribuições gerenciais e de assessoria nas áreas operacionais e administrativas desde o período em que a

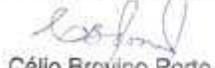


Companhia compunha o governo do Estado de Minas Gerais e em especial nesse momento em que se têm buscado, tornar a CASEMG uma empresa eficiente e competitiva. Esse voto foi acompanhado por unanimidade pelos presentes. Também, foi apresentada ao Presidente do Conselho carta de desligamento do Diretor Administrativo-Financeiro Nacib Duarte Bechir, pelos mesmos motivos manifestados pela Diretora Presidente Técnico Operacional, visto, que o mesmo irá concorrer as eleições municipais para o cargo de Prefeito em sua cidade natal de Campo Belo. Assim, a fim de se evitar vacância do cargo de Diretor Administrativo-Financeiro, o Conselho, aprova a indicação feita pela Diretora – Presidente, em conformidade com o artigo 15, parágrafo 5º alínea "a" do Estatuto Social da CASEMG, do nome da Coordenadora da ASTEC, Karla Renata França Carvalho, brasileira, divorciada, advogada, portadora de CPF: 009.551.876-21, Carteira de Identidade: M-6 147.346, residente e domiciliada na Rua Professor Nardelli Benfica nº 334, apto: 102, Bairro: Fernão Dias, Belo Horizonte/MG, em razão de sua experiência no desenvolvimento das atividades na assessoria jurídica e assessoria técnica comercial, ao longo da anterior e da atual gestão. Não sendo suscitados outros temas para apreciação, a reunião foi encerrada, da qual foi lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. Brasília/DF, 29 de maio de 2008.

Silas Brasileiro



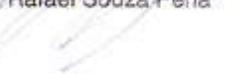
Danuza Bias Foros Carmelo



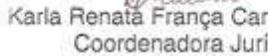
Célio Brovino Porto



Milton Elias Ortolan



Rafael Souza Pena



Karla Renata França Carvalho
Coordenadora Jurídica



**ATA DA 94^a. REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE****ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG****CNPJ: 171863700001-68****NIRE: 3130004269-3**

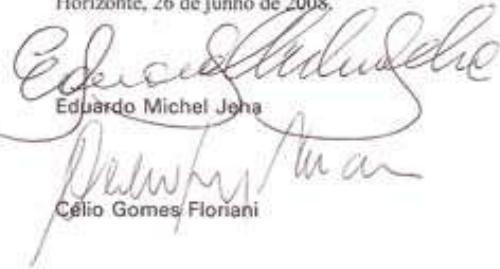
Aos 26 dias do mês de junho de 2008, às 11 horas e 30 minutos, foi realizada a 94^a Reunião do Conselho de Administração, na sede da CEASA/MINAS, na Rodovia BR 040, km 688 – Bairro Guanabara - Contagem/MG, referente aos assuntos do mês corrente, com a presença dos Senhores Eduardo Michel Jeha, Célio Gomes Floriani, Euler de Paula Veloso e Milton Elias Ortolan. Ausentes justificadamente por motivo de cumprimento de agenda em nome do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e compromisso anteriormente assumido dos Conselheiros Silas Brasileiro e Rafael Souza Pena, respectivamente. Presente, também, Karla Renata França Carvalho, convidada para secretariar os trabalhos. A Reunião foi iniciada com a apreciação dos assuntos constantes da pauta: 1) **Abertura da reunião e considerações iniciais dos Conselheiros:** O colegiado da boas vindas ao novo Conselheiro Célio Gomes Floriani, ao tomar posse que conforme Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 06 de junho de 2008, foi eleito para complementar o mandato do ex Conselheiro Célio Brovino Porto até a reunião da Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2009. Tendo em vista ter sido Diretor-Presidente da Companhia nos anos de 2003 a 2007, em muito irá contribuir com o desenvolvimento dos trabalhos do Conselho, visto conhecer consideravelmente à realidade da Empresa, em consonância com sua vasta experiência profissional no Campo do Agronegócio Nacional. Na oportunidade, o CONSAD agradece a participação do Conselheiro Célio Brovino Porto, que em muito enalteceu os trabalhos do Conselho no período em que esteve representando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Dada a palavra ao Conselheiro Eduardo Michel Jeha, atual Diretor-Presidente da CASEMG, ele agradeceu a oportunidade de estar à frente da Companhia na qual trabalha mais de 26 anos e, em especial neste momento em que se busca torná-la uma empresa viável, sob o ponto de vista estrutural, competitiva e que possa resgatar sua importância no cenário do agronegócio mineiro. Agradeceu também o voto de confiança depositado na atual Diretoria Administrativa e Financeira. E, como inicio de sua atuação como membro do Conselho, o Diretor-Presidente sugeriu aos demais conselheiros presentes, no intuito de se evitar transtornos e atrasos nos envio de documentos para análise do Conselho, seja, no final de cada reunião definida Pauta para a próxima, no sentido da Companhia ter agilidade em providenciar a documentação exigida com antecedência suficiente. O Conselho registrou também agradecimento ao ex Conselheiro Fiscal Hugo Vasconcelos, pela maestria em que conduziu os trabalhos na qualidade de presidente do CONFIS e a consequente contribuição de direcionamento dada à Companhia durante todos os seus mandatos, acerca do desenvolvimento eficiente das atividades, respeitados os princípios da Administração Pública. 2) **Leitura e comentário da ata da Diretoria Executiva, Ata do Conselho Fiscal e Assembléia Extraordinária – 06 de junho de 2008:** O Colegiado tomou conhecimento da Ata da 103^a Reunião de Diretoria realizada em 23 de junho e da Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 06 de junho de 2008 e em nada destacou. 3) **Receita realizada e despesas executadas, global e por Unidade Operacional, até maio/2008:** Foi apresentado ao Conselho Demonstrativo Sintético de Resultados das Unidades Armazenadoras da CASEMG de janeiro a maio de 2008, em que se pode auferir que o resultado operacional alcançado entre receitas e despesas perfaz um montante de R\$ 1.369.086,86, ressaltando que, nesse resultado não estão incluídas as rubricas: Ganho (perda) de Capital e Depreciação. 4) **Balancete do mês de maio/2008:** após análise do Informe Contábil referente a maio de 2008, o Conselho registrou que as informações são suficientes, não havendo manifestações a serem registradas. 5) **Programa de Dispêndios Globais – PDG: custeio e investimentos realização até maio/2008:** Foi apresentado o PDG – DICOR (Discriminação das Origens de Recursos e após análise, apenas cientificou acerca dos dados). 6) **Outros aspectos relevantes de Gestão:** 6.1 alienação de imóveis: a Companhia em seu Orçamento previu as alienações dos imóveis de Gurinhã, Frutal, Ipiraú e Iturama, sendo que o primeiro teve sua alienação realizada via procedimento licitatório – modalidade Concorrência Pública no último dia 18, com pagamento de R\$179.856,00 a vista; já o segundo que é objeto de transação extrajudicial, poderá retornar ao ativo immobilizado da Companhia, visto que a minuta de escritura pública foi encaminhada ao Procurador, e o período em que o imóvel foi utilizado pela Prefeitura,

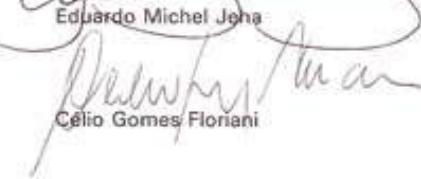


Rua dos Timbiras, 1754, 14º e 15º andares - Lourdes - Belo Horizonte - MG - CEP 30140-061
Fone: (31) 3272-3883 - Fax: (31) 3272-2943 - e-mail: casemg@casemg.com.br - site: www.casemg.com.br



será definido valor a ser aplicado em isenção de IPTU e ISSQN dos imóveis da Companhia naquele Município; Ipiraú esta sendo estudada a possibilidade de remanejamento do armazém para a Unidade de Sacramento e finalmente, Iturama esta sendo analisada, pela Diretoria Executiva, a viabilidade de retomar a atividade de armazenagem. **6.2) área Administrativa-Recursos humanos:** por intermédio da apresentação do Diretor-Presidente os Conselheiros tomaram conhecimento dos números relacionados a atual estrutura funcional da Companhia que perfazem o quantitativo de 184, estando incluídos estagiários, diretores e Conselheiros; a evolução custo/folha de pagamento comparativa 2007 e 2008, onde entre os meses de junho de 2007 a maio de 2008 houve uma redução de 9,63%, entre junho e dezembro 2007, essa redução se acentuou em 15,86%, por vários fatores, dentre eles a redução de 173 para 155 empregados no final do exercício de 2007. Entretanto, aplicando-se o reajuste de 5,04% do Acordo Coletivo 2008, ainda sim, o valor da folha de pagamento reduziu de aproximadamente R\$ 262.000,00 de junho de 2007 para R\$ 237.000,00 em maio de 2008. **6.3) situação das demandas na área Jurídica:** conforme apresentação, os Conselheiros tomaram conhecimento da atual situação do passivo cível e trabalhista da CASEMG. Observou-se que para pagamento das ações decorrentes de Dissídio Coletivo de 1991, para o ano de 2008, o dispêndio previsto gira em torno de R\$ 775.049,00. Quanto as ações de não Dissídio, ou seja, ações individualizadas, levando-se em conta que em sua maioria encontram-se em fase de conhecimento, o dispêndio previsto para 2008 corresponde aproximadamente a R\$ 132.268,10. **6.4) despesas com energia:** após análise de custos acumulados até maio de 2008, referente à utilização da energia elétrica em especial nas Unidades de Armazenagem e Negócios, a Diretoria Executiva, no intuito de minimizar tal custo, promoveu estudo para cada Unidade Armazenadora dentro do orçado para essa rubrica e através da Circular nº 001/2008/PRESI, encaminhou para que seja prioridade dos Gerentes e Supervisores Técnicos o controle efetivo do uso da energia elétrica em toda a Empresa. **7) Análise das pendências:** **7.1) Oriundas de relatórios da Auditoria Interna:** O Conselho tomou conhecimento do Relatório da Unidade de Auditoria Interna dos Trabalhos desenvolvidos no exercício de 2008 e irá acompanhar os encaminhamentos para solução das pendências. **7.2) Decorrentes das auditorias/relatórios dos órgãos de controle interno e externo – CGU/TCU:** com base no Relatório de pendências da Auditoria Interna, recomendações da CGU e determinações do TCU, o Conselho, tendo em vista o prazo acordado entre a Companhia e a Controladoria Geral da União, sobre a regularização de imóveis, nos mesmos moldes do item anterior, acompanharia as medidas a serem adotadas. **8) Fluxo de caixa projetado para o exercício de 2008:** o conselho tomou conhecimento do fluxo de caixa – projeção para 2008, que se apresentou sob a ótica de uma visão moderada dos resultados da Companhia, e nada manifestou. **9) Assuntos Gerais:** Não sendo suscitados outros temas para apreciação, a reunião foi encerrada, da qual foi lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. Belo Horizonte, 26 de junho de 2008.


 Eduardo Michel Jona


 Célio Gomes Floriani

Euler de Paula Veloso


 Milton Elias Ortolan


 Karla Renata França Carvalho



ATA DA 95ª. REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE

ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG

CNPJ: 171863700001-68

NIRE: 3130004269-3

Aos 31 dias do mês de julho de 2008, às 09 horas, foi realizada a 95ª Reunião do Conselho de Administração, na sede da Casemg, na Rua Timbiras, 1754 15º andar – Bairro funcionários – Belo Horizonte, referente aos assuntos do mês corrente, com a presença dos Senhores Silas Brasileiro, Eduardo Michel Jeha, Célio Gomes Floriani, Milton Elias Ortolan e Rafael Souza Pena. Ausente justificadamente Euler de Paula Veloso por motivo de desligamento do Conselho. Presente, também, Karla Renata França Carvalho, convidada para secretariar os trabalhos. A Reunião foi iniciada com a apreciação dos assuntos constantes da pauta: 1) **Abertura da reunião e considerações iniciais dos Conselheiros:** No dia 24 do corrente mês o Conselheiro Euler de Paula Veloso, através de Ofício endereçado ao Presidente da Companhia, comunicou nos mesmos moldes feitos ao Presidente do Conselho de Administração e ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, sua renúncia ao Cargo de Conselheiro. Tal decisão causou tristeza aos demais membros, visto ter desenvolvido a atividade de Conselheiro com grande dedicação o que significativamente representou considerável contribuição e crescimento aos trabalhos do Conselho enquanto órgão gestor da CASEMG. O Conselho na oportunidade registra votos de sucesso e os sinceros agradecimentos. Aberta a palavra aos Conselheiros, o Diretor-Presidente da CASEMG teceu comentários acerca da intensa capitação do café nas Unidades de Armazenagem e Negócios de Araguari; Monte Carmelo e Patrocínio, bem como a capitação do sorgo nas Unidades de Armazenagem e Negócios em Conceição das Alagoas e Uberaba. Agradeceu o Ofício encaminhado a Companhia Vale pela Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que solicitou atenção daquela Empresa no sentido de viabilizar a disponibilidade de vagões para atendimento do serviço de transbordo na Unidade de Armazenagem e Negócios de Araguari, ensejando a abertura de negociações e adequações para atendimento da demanda naquela Unidade de Armazenagem e Negócios, visto já ter sido agendada reunião para próxima semana para fins de conclusão das tratativas. O Conselheiro Célio agradeceu a indicação do cargo e registra sua responsabilidade, posto ter exercido a função de Diretor-Presidente da CASEMG até meados de 2007, e espera com base em sua experiência de gestão contribuir no encaminhamento das atividades da Companhia. Milton, registra sua satisfação de estar fazendo parte do Conselho e ao longo das reuniões em que participou pode perceber a evolução gradativa e positiva da Cia, nos aspectos de controle e retorno de receitas. O Presidente do Conselho reforçou sua credibilidade nos trabalhos que estão sendo conduzidos pela atual diretoria, face os resultados percebidos até a presente data e o comprometimento da gestão. 2) **Leitura e comentário da ata da Diretoria Executiva, Ata do Conselho Fiscal.** O Colegiado tomou conhecimento da Ata 104 da Diretoria Executiva e da Ata 89 do Conselho Fiscal e recomendou que seja revisto Programa de Dispêndio Global Custeio/Investimentos, conforme dispõe manifestação do Conselho Fiscal, no item 8 de sua Ata. Na oportunidade, o CONSAD, solicita esclarecimentos acerca dos pagamentos de multa oriundas da Delegacia Regional do Trabalho – DRT e os juros constantes dos pagamentos da CEMIG. 3) **Orçamento 2008 – Programa de Investimento:** O Diretor-Presidente da Companhia através de sua explanação via "data show", enfatizou os investimentos programados para o atual exercício, bem como enumerou os já realizados e quais são as expectativas para o segundo semestre, com as justificativas pontuais de cada investimento. 4) **Dispêndios x Receita Operacional até Junho de 2008:** Após a apresentação do Diretor-Presidente da CASEMG, o Conselho observou especificamente no quadro de "Faturamento por Unidade",

Rua dos Timbiras, 1754, 14º e 15º andares - Lourdes - Belo Horizonte - MG - CEP 30140-061
Fone: (31) 3272-2883 - Fax: (31) 3272-2943 - e-mail: casemg@casemg.com.br - site: www.casemg.com.br



que nas Unidades armazenadoras de café, seja feito um estudo visando revisar os contratos de depósito de forma que durante o período que o armazém estiver vazio no aguardo do armazenamento da safra, haja pagamento de sua manutenção a ser incluída no faturamento quando da efetiva prestação se serviço de armazenamento. Assim, haverá diminuição dos custos de manutenção e maior equilíbrio financeiro entre os períodos de uso e não uso dos armazéns pelos Contratantes.

5) **Programação Orçamentária de 2009 – Investimento:** Foi apresentada a Programação Orçamentária de 2009, especificamente no item Investimento, em que conforme consta no Item 3 da presente Ata, a CASEMG, através das explicações e justificativas do Diretor-Presidente pontuou cada investimento a ser realizado no exercício de 2009.

6) **Assuntos Gerais:**

6.1) O Conselho foi informado acerca da pendência relacionada a Petrobrás, conforme consta do acompanhamento do Conselho Fiscal, no item 4 da Ata da 89 Reunião realizada em 27 de junho e diante do entrave criado acerca do pagamento da braçagem por parte daquela Empresa, a Diretoria Executiva registra sua preocupação e diante do histórico do débito, tentará viabilizar em instância superior ao atual responsável da Petrobrás uma negociação dentro do contrato de depósito em vigor. Não sendo suscitados outros temas para apreciação, a reunião foi encerrada, da qual foi lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. Belo Horizonte, 31 de julho de 2008.

Silas Brasileiro

Eduardo Michel Jeha

Célio Gomes Floriani

Rafael Souza Pena

Milton Elias Ortolan

Karla Renata França Carvalho

**ATA DA 96ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE****ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG**

CNPJ: 171863700001-68

NIRE: 3130004269-3

Aos 28 dias do mês de agosto de 2008, às 9 horas e 30 minutos, foi realizada a 96ª Reunião do Conselho de Administração, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na Esplanada dos Ministérios, 9º andar - Brasília/DF, referente aos assuntos do mês corrente, com a presença dos Senhores Silas Brasileiro, Eduardo Michel Jeha, Célio Gomes Floriani, Rafael Souza Pena, e Milton Elias Ortolan. Presente, também, Karla Renata França Carvalho, convidada para secretariar os trabalhos. A Reunião foi iniciada com a apreciação dos assuntos constantes da pauta:

1) Abertura da reunião e considerações iniciais do Presidente e Conselheiros: O Presidente do Conselho cumprimentou os presentes e na oportunidade, foi dada a palavra ao Presidente da Companhia, que explanou acerca do faturamento obtido no mês de julho, com expectativas positivas para o corrente mês. Informou ainda, que está sendo feita aplicação financeira para fins de investimento, cujo montante atual, perfaz a quantia de R\$530.000, 00 (quinhentos e trinta mil reais). Comentou ainda da necessidade de reduzir o quadro funcional da sede, com vistas à adequação de dimensionamento, priorizando-se a qualidade na prestação de serviços realizados nas Unidades de Armazenagem e Negócios e a efetiva expectativa funcional de cada uma delas. Afirmando que está sendo estudada a redução e consequente adequação do quadro de pessoal, na área operacional, como cronograma de contratação já definida, a partir de setembro próximo até fevereiro de 2009. Para tanto, estima-se um quantitativo de 30 (trinta) novos concursados, a serem efetivados, para prestação de serviços nas Unidades Armazenadoras. Em sua fala, o Conselheiro Milton colocou-se à disposição no que for necessário e registrou sua satisfação quanto à condução dos trabalhos pela atual gestão e os resultados apresentados. Já o Conselheiro Célio, mencionou que ações de regularização, referentes aos imóveis, vêm sendo tomadas de gestão a gestão. Entretanto, pelo fato de não terem sido ainda concluídas, tais regularizações foram apontadas pela Controladoria Geral da União – CGU, em seu relatório referente ao exercício de 2007, gerando recomendações no sentido de se que sejam elevados esforços pela Diretoria, a fim de sanarem essas pendências. Assim, sugere, para garantia das ações tomadas pela atual diretoria, sejam formalizadas todas as tratativas administrativas, para regularização de cada um dos imóveis.

2) Leitura e comentário da Ata de Reunião da Diretoria Executiva e Ata de Reunião do Conselho Fiscal: Foram apresentadas as Atas 89 e 90 das Reuniões do Conselho Fiscal, realizadas em 27 de junho e 25 de julho do corrente ano, e ao tomarem conhecimento o Colegiado no que se refere ao assunto da Petrobras, corroborou também sugerindo que sejam esgotadas as possibilidade de solução administrativa e não sendo possível equacioná-lo, seja utilizada das vias judiciais para tal. Ao analisarem a Ata 105 da Diretoria Executiva, realizada em 26 de agosto, o Conselho solicita acompanhamento da Diretoria Executiva no que se refere ao item 4 – Relatório de Auditoria Anual de Contas – Processo n 00210.0000890/2008-40 – Controladoria Geral da União – CGU. Sem nada mais a ser registrado.

3) Dispêndios X Receita Operacional até julho de 2008; o Conselho, após análise do Demonstrativo Sintético de Resultados das Receitas e Despesas das Unidades Armazenadoras, acumulados de janeiro a julho de 2008, verificou-se um resultado operacional total de 2.540.373,00 (dois milhões, quinhentos e quarenta mil e trezentos e setenta e três reais). Foi observado também, que 62% das Receitas foram realizadas, com relação aos dispêndios de investimentos, foram realizados 23%. Tomando por base essa última rubrica, fica registrado que uma empresa que prima pela modernização de equipamentos através de investimentos pontuais, se solidifica no mercado, tornando-se mais competitiva, provando assim, sua viabilidade.

4) Orçamento 2008 – Orçado e Realizado até julho de 2008: Foram apresentadas a Discriminação das Origens dos Recursos – DICOR e a Discriminação das Aplicações dos Recursos – DICAR e,

Rua dos Timbiras, 1754, 14º e 15º andares - Lourdes - Belo Horizonte - MG - CEP 30140-061
Fone: (31) 3272-2883 - Fax: (31) 3272-2943 - e-mail: casemg@casemg.com.br - site: www.casemg.com.br



após a análise, os Conselheiros manifestaram a preocupação quanto ao pagamento de multas, porém verificou-se, nesse diapasão, a redução de valores. Quanto aos valores anteriormente pagos, estão sendo levantadas suas origens, para fins de identificação de responsabilidades.

5) Relatório CGU: a Companhia recebeu no dia 13 do corrente mês Ofício nº1022/2008/SE- MAPA que se refere ao Certificado de Auditoria de Avaliação da Gestão, exercício 2007, emitida pela Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU, cuja conclusão foi pela Regularidade com Ressalvas da Gestão. Na oportunidade foram elaborados Ofícios respostas nº 059/2008/PRESI e 060/2008/PRESI, ao Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao Assessor Especial de Controle Interno também do Ministério respectivamente, em que a CASEMG manifesta sobre os apontamentos e recomendações da Controladoria-Geral da União. O Conselho, com base nas justificativas da Companhia, ratifica a recomendação do Conselheiro Célio, constante no item 1 da presente ata.

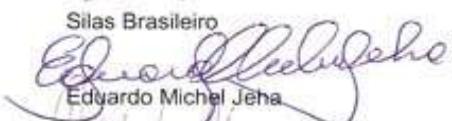
6) Reavaliação quanto à estrutura de gestão e de órgãos colegiados da Companhia: Dada a palavra ao Conselheiro Rafael, este lembrou que no exercício anterior, sob a justificativa de corte de custos, frente à situação financeira da empresa, houve a decisão de se reduzir o número de diretorias da Companhia de quatro para duas, sendo que naquela oportunidade tanto ele quanto o Conselheiro Euler Veloso registraram votos diversos ao dos demais conselheiros, visto que, apesar de concordarem com a necessidade de redução do número de diretorias, foram favoráveis a três diretorias, ao invés de duas, pois sob o aspecto de governança corporativa com apenas dois diretores, o poder de decisão estaria concentrado, na prática, apenas nas mãos do Diretor Presidente Técnico Operacional, uma vez que o mesmo possui o voto de qualidade nas decisões da diretoria. O Conselho solicitou então, em razão da nova composição dos Conselhos Fiscal e de Administração da Empresa e tendo em vista a melhora nos resultados financeiros da Companhia, que no primeiro semestre de 2008 apresentou lucro, que o assunto seja rediscutido com o intuito de se desmembrar a Diretoria Administrativa e Financeira em duas, passando-se a ter três diretorias na CASEMG. Propôs, também, que havendo o desmembramento da referida Diretoria, seja solicitado ao Ministério da Fazenda indicação de um técnico para ocupar a vaga da Diretoria Financeira a ser criada. Segundo o Conselheiro isso seria importante para que se recrudesça o processo de controle das finanças da Companhia, tendo em vista que a CASEMG está inserida no Programa Nacional de Desestatização – PND e foi federalizada para pagamento de dívida do Estado de Minas Gerais com a União. O Conselheiro conclui sua fala propondo ainda que, consoante a política de redução de despesas adotada pela Companhia, seja estudada pelo CONSAD a possibilidade de redução do número de Conselheiros, pois, no seu entendimento, não se justifica a existência de seis Conselheiros de Administração e de cinco Conselheiros Fiscais em uma empresa do porte da CASEMG. Neste caso, sua proposta é para a redução do número de Conselheiros de Administração de seis para cinco e do número de Conselheiros Fiscais de cinco para três. Aberta a discussão, o Conselheiro Milton manifestou que a redução se deu em um contexto de política de diminuição de custos e ao verificar os resultados atuais não há que se falar em mudança de reestruturação, visto tornar-se sem efeito os trabalhos positivamente realizados, que estão dando certo, assim registrou seu voto contrário no momento, podendo em outra oportunidade, ressaltou ele, estudar uma reestruturação após o resultado de definição do Conselho Nacional de Desestatização – CND, no qual a CASEMG encontra-se inserida. Ao manifestar o Conselheiro Célio, ponderou ser prudente, tendo em vista nova reunião do CND em outubro, que este assunto seja reavaliado após sua realização. Recomendou, ainda que tão logo se defina a privatização ou não, seja realizado um estudo de reestruturação mais profunda. O Presidente do Conselho registrou, depois de ouvidos os demais Conselheiros, que deverá ser promovida uma reestruturação geral e como não há definição quanto à privatização ou não da Empresa, não se faz necessário se discutir a criação de uma nova diretoria, ficando determinado que o assunto será objeto de nova análise, após obtida essa definição.

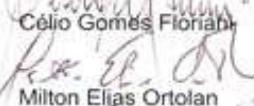
7) Informações sobre a Reunião do Conselho Nacional de Desestatização – CND, realizada no dia 19 de agosto de 2008: o Presidente do Conselho informou que com sucesso, foi possível encaminhar uma solicitação de

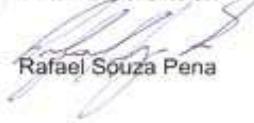
Rua dos Timbiras, 1754, 14º e 15º andares - Lourdes - Belo Horizonte - MG - CEP 30140-061
Fone: (31) 3272-1883 - Fax: (31) 3273-2943 - e-mail: casemg@casemg.com.br - site: www.casemg.com.br



reavaliação da situação de privatização da CASEMG. Para tanto foi criada uma Comissão de estudos com participação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, sendo designados os servidores: Natália Ciscotto e Gustavo Pereira da Silva Filho, representantes do MAPA, a fim de ser elaborado um relatório com dados da Empresa, em especial o grau de endividamento atual e a projeção para os próximos três anos. Além dos números relacionados a possíveis ações judiciais no campo trabalhista e cível; levantamento do ativo imobilizado atual. Ficando decidido ainda, que será solicitada a Casa Civil um responsável para acompanhar toda a avaliação da Companhia, com o objetivo até de convalidar o resultado dos trabalhos dessa Comissão. Evitando, assim gastos de contratação de empresas para realização da avaliação e levantamento do patrimônio da CASEMG. Todos os dados levantados serão objeto de apresentação na próxima reunião do referido Conselho em outubro do corrente ano. **Assuntos Gerais:** Não sendo suscitados outros temas para apreciação, a reunião foi encerrada, da qual foi lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. Brasília(DF), 28 de agosto de 2008. Próxima reunião dia de 30 de setembro as 09h30min.

Silas Brasileiro

Eduardo Michel Jeha

Célio Gomes Floriano

Milton Elias Ortolan

Rafael Souza Pena



Karla Renata França Carvalho

**ATA DA 97ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG**

CNPJ: 171863700001-68

NIRE: 3130004269-3

Aos 30 dias do mês de setembro de 2008, às 9 horas e 30 minutos, foi realizada a 97ª Reunião do Conselho de Administração, na sede administrativa da CASEMG, localizada na Rua dos Timbiras, nº 1754, 15º andar, Bairro de Lourdes, Belo Horizonte/MG, referente aos assuntos do mês corrente, referente aos assuntos do mês corrente, com a presença dos Senhores Silas Brasileiro, Eduardo Michel Jeha, Célio Gomes Floriani, Rafael Souza Pena, e Milton Elias Ortolan. Presente, também, Karla Renata França Carvalho, convidada para secretariar os trabalhos. A Reunião foi iniciada com a apreciação dos assuntos constantes da pauta: **1) Abertura da reunião e considerações iniciais do Presidente e Conselheiros:** Dada a palavra ao Diretor-Presidente da Companhia, foi informado a respeito da necessidade de elaborar o planejamento estratégico da CASEMG, para os próximos 3 anos, tomando por base sua atual situação econômica-financeira, as medidas pontuais adotadas, com o objetivo de definir as diretrizes de ações e metas a serem alcançadas partindo de uma reflexão integrada de mercado e precipuamente de otimização nos procedimentos administrativos e operacionais, tornando motivador o desenvolvimento das atividades em todas as áreas, de forma a tornar a prestação de serviços de armazenagem diferenciada, eficaz e competitiva. Na oportunidade, também foi relatado aos demais Conselheiros, as dificuldades enfrentadas pelas áreas financeira, contábil e de recursos humanos, face aos lançamentos e levantamentos de dados inerentes ao Sistema Integrado de Gestão – LOGIX, o que tem comprometido o envio prévio dos dados para realização das reuniões mensais dos Conselhos. Preocupada com o relatado anteriormente, a Diretoria Executiva contatou o Conselheiro Milton Ortolan, através da Diretora Administrativa-Financeira, no intuito de que, diante dos entraves do Sistema Integrado, vivido pela atual gestão fosse designado um profissional da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, para avaliação do referido sistema e principalmente do parque tecnológico da Companhia, que se encontra necessitando de suporte de atualização técnica e revisões de rede. Em atendimento à solicitação, foi encaminhado o técnico daquela Companhia, Sr. Paulo Lobão, que após permanecer na Sede Administrativa, identificou a premente necessidade de realização do planejamento de gestão estratégica, com vistas à adaptar a Tecnologia da Informação – TI, de maneira que atenda com eficiência todas as áreas da empresa, concomitante à análise de viabilidade na manutenção ou não do atual Sistema LOGIX. **2) Leitura e comentário da Ata de Reunião da Diretoria Executiva e Ata de Reunião do Conselho Fiscal:** Foram apresentadas as Ata 91ª Reunião do Conselho Fiscal, realizada em 22 de agosto, bem como a Ata 106ª Reunião da Diretoria Executiva, realizada no dia 19 de setembro do corrente ano e ao tomarem conhecimento o Colegiado no que se refere ao assunto de atrasos de pagamentos mencionado no item 10, dessa última ata, foi apresentado a relação das multas dedutíveis e indedutíveis, que a Companhia efetuou o pagamento, com identificação dos empregados responsáveis com o imediato resarcimento à área financeira, com o efetivo desconto em folha de pagamento. Dessa forma, não será admitido negligenciamento quanto aos atrasos relacionados a recolhimento de impostos, bem como de obrigações em que a Companhia seja devedora. E havendo reincidência, além do efetivo resarcimento, serão aplicadas as penalidades constantes no Regulamento de Pessoal – INR 01 de 13/04/06. **3) Dispêndios X Receita Operacional até agosto de 2008:** O Conselho, após análise do Demonstrativo Sintético de Resultados das Receitas e Despesas das



Rua dos Timbiras, 1754, 14º e 15º andares - Lourdes - Belo Horizonte - MG - CEP 30140-061
Fone: (31) 3272-2883 - Fax: (31) 3272-2943 - e-mail: casemg@casemg.com.br - site: www.casemg.com.br



Unidades Armazenadoras, acumulados de janeiro a agosto de 2008, verificou-se um resultado operacional total de R\$5.838.234,66.4) **Informe Contábil – Posição agosto de 2008:** Foram apresentadas a Discriminação das Origens dos Recursos – DICOR e a Discriminação das Aplicações dos Recursos – DICAR e, após a análise, os Conselheiros registraram o resultado acumulado de R\$958.602,00.5) **Planejamento – Prazo médio de 03 anos:** Em complementação das considerações iniciais, tanto o Conselheiro Milton Ortolan, quanto Célio Gomes Floriani enfatizaram a necessidade de se contratar empresa ou instituição externa que, possa contribuir a título de assessoramento na elaboração do Planejamento Estratégico da CASEMG, buscando interagir áreas e idéias de todo quadro funcional, no intuito de repensar e delinear objetivos e metas a serem alcançados, para os próximos 3 anos. Na oportunidade, o representante da CONAB, mencionou que coloca à disposição técnico específico para colaborar e acompanhar a implantação do Plano Estratégico. Foi sugerido ainda, que a Diretoria Executiva verificasse a possibilidade da Fundação Dom Cabral participar da elaboração do referido planejamento. 6) **Reprogramação Orçamentária 2008:** apresentada a Reprogramação Orçamentária, o Colegiado ao tomar conhecimento, nada registrou. 7 – **Treinamento:** o Conselho foi informado através do quadro de cursos e treinamento, que a CASEMG, face à expressiva renovação de empregados admitidos via concurso público, se fez necessário, na atual gestão promover o planejamento para a realização de cursos e treinamentos tanto da sede administrativa quanto da área operacional com vistas a qualificar e aperfeiçoar os procedimentos, conforme cronograma apresentado com identificação nominal dos empregados, cursos, carga horária e valores de investimentos. 8 – **Linha de Investimento:** foi apresentado para conhecimento dos demais Conselheiros a Previsão de Investimento até 31/12/2008, menção do Objeto do investimento, a modalidade de procedimento licitatório adotada, previsão de realização dos certames e valor de abertura individualizada, e total previsto de R\$ 829.318,22. 9 - **Assuntos Gerais:** o Conselheiro Célio Gomes Floriani, sugeriu que fosse avaliada a possibilidade de se promover debates com os profissionais na Fundação Universidade de Viçosa – UFV, da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB; a Companhia de Entrepótos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP e Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – CASEMG, sobre os avanços tecnológicos do setor de armazenamento, certificação dos armazéns, mercado externo dentre outros temas relacionados. Não sendo suscitados outros temas para apreciação, a reunião foi encerrada, da qual foi lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. Brasília(DF), 30 de setembro de 2008. Próxima reunião dia de 30 de outubro as 09h30min.

Silas Brasileiro

Eduardo Michel Jeha

Célio Gomes Floriani

Milton Elias Ortolan

Rafael Souza Pena

Karla Renata França Carvalho



**ATA DA 98ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE
ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG**

CNPJ: 171863700001-68

NIRE: 3130004269-3

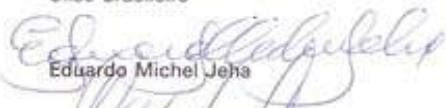
Aos 30 dias do mês de Outubro de 2008, às 11 horas, foi realizada a 98ª Reunião do Conselho de Administração, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na Esplanada dos Ministérios, 9º andar – Brasília/DF, referente aos assuntos do mês corrente, com a presença dos Senhores Silas Brasileiro, Eduardo Michel Jeha, Célio Gomes Floriani, Rafael Souza Pena, e Milton Elias Ortolan. Presente, também, Karla Renata França Carvalho, convidada para secretariar os trabalhos. A Reunião foi iniciada com a apreciação dos assuntos constantes da pauta: 1) Abertura da reunião e considerações iniciais do Presidente e Conselheiros: Após os cumprimentos iniciais, o Presidente do Conselho abriu a Reunião concedendo a palavra ao Conselheiro Eduardo Jeha. Este, de forma objetiva, reforçou que os esforços pontuais continuam sendo implementados pela atual Diretoria Executiva como: 1) contratação de concursados em cumprimento ao dimensionamento definido para atendimento das necessidades das Unidades de Armazenagem e Negócios; 2) treinamento para desenvolvimento dos trabalhos de escritórios nas Unidades realizado por empregados que dominam os procedimentos específicos, além do treinamento e reciclagem dos Supervisores Técnicos; 3) levantamento das ações trabalhistas cujo valor homologado em juízo permite proceder a acordos com margem de negociação favorável à Companhia; 4) início do estudo de planejamento com levantamento de diagnóstico profundo com definição de metas e medidas de sustentabilidade de forma integrada para os próximos 3 anos; 5) início de negociação com a Prefeitura de Uberaba, com o Prefeito reeleito visando o pagamento de desapropriação amigável em razão de utilização de área da Unidade de Armazenagem e Negócios para construção de Trevo da Rodovia que dá acesso àquela Cidade, sendo parte em pecúnia e investimento em obras na própria Unidade de Armazenagem e Negócios. E, por fim, informou ainda, que o orçamento programado de receitas e despesas está evoluindo dentro da previsão até a presente data. Os investimentos estão sendo custeados pelo próprio faturamento mensal, sem necessidade de utilizar o valor atualmente aplicado. Na oportunidade, foi relatada a dificuldade vivida no corrente mês, visto ter havido interrupção do sistema de rede relacionado aos servidores tanto do sistema integrado - LOGIX, quanto o de dados - Atenas, consequentemente somente no início desta semana foram saneado e reimplantados os respectivos sistemas, o que ocasionou comprometimento no envio de dados e e-mails para os Conselheiros. Na sequência, o Conselheiro Célio, fez uma análise de evolução de endividamento da CASEMG, explicitando que quando do seu ingresso como Diretor-Presidente em 2003 o índice era de 159%, que após a sua saída em 2007 houve uma significativa redução para 40% e nos dias atuais corresponde um índice de 23%, sendo que o endividamento de curto prazo é de 7% do faturamento. 2) Leitura e comentário da Ata de Reunião da

Rua dos Timbres, 1754, 14º e 15º andares - Lourdes - Belo Horizonte - MG - CEP 30140-061
Fone: (31) 3271-2883 - Fax: (31) 3271-2943 - email: casemg@casemg.com.br - site: www.casemg.com.br



Diretoria Executiva e Ata de Reunião do Conselho Fiscal: recebida a Ata da 107ª Reunião da Diretoria Executiva realizada em 13 de outubro do corrente mês, os Conselheiros tomaram conhecimento e nada manifestaram. Quanto à Ata da 93ª Reunião do Conselho Fiscal não foi apresentada visto que sua realização será dia 31/10/2008. **3) Dispêndios X Receita Operacional até setembro de 2008:** Foram apresentadas a Discriminação das Origens dos Recursos – DICOR e a Discriminação das Aplicações dos Recursos – DICAR e, após a análise, os Conselheiros registraram o resultado acumulado de R\$ 876.392,00 , na ocasião foi, também, apresentado o Informe Contábil - Posição setembro de 2008 em que o faturamento acumulado é de R\$13.369.792,45; **4) Demonstrativo Sintético de Resultados da Unidades Armazenadoras – 2008:** O Conselho, após análise do Demonstrativo Sintético de Resultados das Receitas e Despesas das Unidades Armazenadoras, acumulados de janeiro a setembro de 2008, verificou um resultado operacional total de R\$ 2.995.404,15; **5) Linha de investimento:** Foi apresentado quadro com a Previsão de Investimento até 31/12/2008 totalizando um montante de R\$867.595,58 para conhecimento e acompanhamento.**6) Proposta de Exclusão da CASEMG do PND – Ofício nº 1290/SE:** A CASEMG recebeu em 17/10/2008, o Ofício nº 1290/SE em que foi solicitado a apresentação de dados da Empresa para fins de compor a Proposta de Exclusão da CASEMG do Programa Nacional de Desestatização. Ao tomar conhecimento foi definido grupo interno para catalogar os referidos dados e concomitantemente, foi entregue na presente data Ofício PRESI, nº 072/2008 de 20 de outubro de 2008, em que foram indicadas as pessoas que acompanharão juntamente com o MAPA a elaboração da Proposta a ser enviada ao Conselho Nacional de Desestatização - PND.**7) Assuntos Gerais:** Não sendo suscitados outros temas para apreciação, a reunião foi encerrada, da qual foi lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. Brasília(DF), 30 de outubro de 2008. Próxima reunião dia de 20 de novembro as 09h30min.

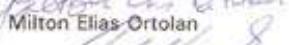
Silas Brasileiro



Eduardo Michel Jea



Célio Gomes Floriani



Milton Elias Ortolan



Rafael Souza Pena

Karla Renata França Carvalho

**ATA DA 99ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG**

CNPJ: 171863700001-68

NIRE: 3130004269-3

Aos 26 dias do mês de novembro de 2008, às 09:30 horas, foi realizada a 99ª Reunião do Conselho de Administração, na Sede Administrativa da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – CASEMG, localizada na Rua dos Timbiras, nº 1754, 15º andar – Belo Horizonte/MG, referente aos assuntos do mês corrente, com a presença dos Senhores Silas Brasileiro, Eduardo Michel Jeha, Célio Gomes Floriani, Rafael Souza Pena, e Milton Elias Ortolan. Presente, também, Karla Renata França Carvalho, convidada para secretariar os trabalhos. A Reunião foi iniciada com a apreciação dos assuntos constantes da pauta: **1) Abertura da reunião e considerações iniciais do Presidente e Conselheiros:** Conforme e-mail enviado à CASEMG pelo Conselheiro Rafael na data de ontem às 17:50 hs, em que mencionou o atraso do envio dos documentos para prévia análise do Colegiado, o Presidente do Conselho reforçou ser necessário o encaminhamento de tais documentos para que não fique comprometida a atuação do Conselho no acompanhamento e desenvolvimento das atividades administrativas, financeiras, contábeis e operacionais da Companhia.**2) Leitura e comentário da Ata de Reunião da Diretoria Executiva e Ata de Reunião do Conselho Fiscal:** Foram apresentadas as Atas da 108ª Reunião de Diretoria e a 93ª Reunião do Conselho Fiscal, e após leitura o Conselho registrou que quanto as recomendações constantes do item 12 – Assuntos Gerais da Ata do Conselho Fiscal acompanhará conjuntamente, visto que segundo o Diretor-Presidente estão sendo encaminhadas tempestivamente. Quanto a Ata da Diretoria nada destacou. **3) Dispêndios X Receita Operacional até outubro de 2008:** Foram apresentadas a Discriminação das Origens dos Recursos – DICOR e a Discriminação das Aplicações dos Recursos – DICAR e, após análise, registrou-se com base no Informe Contábil – Posição Outubro, o valor de R\$ 14.455.200 referente ao faturamento acumulado. Na ocasião o Diretor-Presidente mencionou que há uma expectativa até o final do exercício de faturamento de R\$ 17.100.000. Informou, ainda que está sendo estudada uma linha promocional para garantia de armazenamento do milho até março de 2009, no intuito de se ter sustentabilidade financeira para o próximo ano. **4) Demonstrativo Sintético de Resultados da Unidades Armazenadoras – 2008:** Tomando por base o Demonstrativo Sintético de Resultados das Unidades Armazenadoras – Janeiro a Outubro, o Conselho observou resultados negativos nas Unidades de Conceição das Alagoas, Frutal e Santa Vitória e recomendou que sejam evitados esforços para equacionar o resultado a fim de se alcançar equilíbrio no fechamento do exercício. Nesta mesma linha de raciocínio foi observada que a arrecadação da Unidade de Monte Carmelo



Rua dos Timbiras, 1754, 14º e 15º andares - Lourdes - Belo Horizonte - MG - CEP 30140-061
Fone: (31) 3272-2683 - Fax: (31) 3272-2943 - e-mail: casemg@casemg.com.br - site: www.casemg.com.br



encontra-se no mesmo nível de despesas, assim como ocorre com a Unidade de Uberaba. Assim, o Conselho reforça a necessidade de promover a análise de comprometimento de custos face a redução de receita, e consequentemente a viabilidade da Unidade. **5) Linha de investimento:** O Conselho tomou conhecimento do quadro de Previsão de Investimento até 31/12/2008 com estimativa aproximada de R\$ 710.429,46, sendo que segundo o Diretor-Presidente, possivelmente atingirá a casa dos 850 mil. **6) Exclusão da CASEMG do PND:** Tendo em vista que a reunião do Conselho Nacional de Desestatização foi adiada, o material catalogado pela CASEMG e trabalhado conjuntamente com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA de Proposta de Exclusão da Cia do PND, será apresentado na Reunião que será novamente agendada pelo referido Conselho. **7) Pendência Uberlândia – FCA/ LOGIN INTERMODAL S.A:** O Diretor-Presidente informou ao Conselho os fatos ocorridos naquela Unidade e apresentou um relatório circunstanciado sobre a inadimplência da Empresa Vale e hoje LOGIN INTERMODAL referente ao resarcimento de energia elétrica do período de 2000 a 2007. Na oportunidade o Conselho recomendou aguardar a data do dia 03/12/2008, em que está agendada Reunião entre a CASEMG e aquela empresa para fins de definição de estratégia para o efetivo recebimento do crédito. **8) Outros Assuntos:** **8.1)** Apresentado o Quadro de Cursos e Treinamentos ao tomar conhecimento o Conselho sugeriu que os procedimentos de contratação sejam realizados em cumprimento a Legislação vigente, e que sejam acompanhados pelo CONFIS, como sempre vem ocorrendo; **8.2)** Acerca da Ação de Despejo cumulada com Ação de Revisional de Aluguel impetrada contra a Cia, foi informado ao Conselho que até a presente data não fora constituída a relação jurídica visto ter havido a "citação" da CASEMG. Entretanto, assim que houver a citação será proposta composição para evitar prosseguimento do feito. Não sendo suscitados outros temas para apreciação, a reunião foi encerrada, da qual foi lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. Belo Horizonte, 26 de novembro de 2008. Próximo reunião dia de 17 de dezembro as 11:00 min.

Silas Brasileiro

Eduardo Michel Jeha

Célio Gomes Floriano

Milton Elias Ortolan

Rafael Souza Pena

Karla Renata França Carvalho



ATA DA 100º REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE

ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG

CNPJ: 171863700001-68

NIRE: 3130004269-3

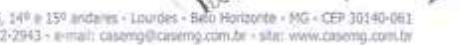
Aos 23 dias do mês de dezembro de 2008, às 9 horas e 30 minutos, foi realizada a 100º Reunião do Conselho de Administração, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na Esplanada dos Ministérios, 9º andar - Brasília/DF, referente aos assuntos do mês corrente, com a presença dos Senhores Silas Brasileiro, Glycon Terra Pinto Junior, Célio Gomes Floriani, Rafael Souza Pena, e Milton Elias Ortolan. Presente, também, Karla Renata França Carvalho, convidada para secretariar os trabalhos. A Reunião foi iniciada com a apreciação dos assuntos constantes da pauta: **1) Abertura da reunião e considerações iniciais do Presidente e Conselheiros:** O Presidente do Conselho cumprimentou os presentes dando boas vindas, e em especial ao novo Diretor Presidente da CASEMG - Glycon Terra Pinto Junior. Como Presidente do Conselho se fez necessário, por se tratar da primeira reunião do novo Diretor Presidente, promover uma retrospectiva da situação econômico-financeira da Companhia. Empresa essa que tem grande carinho, por sua importância enquanto empresa armazenadora no Mercado do Agronegócio Mineiro, sua credibilidade junto aos pequenos, médios e grandes produtores e o seu papel enquanto Sociedade de Economia Mista componente da Administração Indireta do Governo Federal. Enfatizou os esforços firmados pelas Diretorias anteriores, em tornar a CASEMG uma empresa viável e eficiente, em especial os trabalhos desenvolvidos na gestão da Dra. Danuza Bias Fortes, que foram marcados por ações austeras, pró-ativas e pontuais. Em que houve efetiva participação dos Conselhos Fiscais e de Administração, momento rico em discussões, onde havia liberdade para definição de novos projetos que visassem redução de custos e aumento da receita, inclusive nos últimos seis meses, período do antigo Diretor-Presidente – Eduardo Michel Jeha. Reforçou também, a necessidade de provocar o presente Conselho, consultando-o acerca de possíveis despesas sejam de investimentos operacionais ou de pessoal. Na oportunidade, apresentou o Sr. Gerardo, que muito tem contribuído no desenvolvimento dos trabalhos da Presidência do Conselho e que será peça fundamental no acompanhamento das ações do Conselho da CASEMG. Por fim, registrou votos de bons resultados a serem alcançados na nova gestão da Presidência da Companhia. Os demais Conselheiros deram "boas vindas" ao novo Diretor-Presidente e unanimemente, enfatizaram a importância da participação do Conselho nos atos decisórios, como de investimentos produtivos, custos de pessoal (Plano de Cargos e Salários, dimensionamento etc.), alem de ressaltarem que todas as gestões devem ser seqüência e continuidade dos pontos positivos e relevantes das anteriores. Foi, lembrada a expressiva evolução do cumprimento de metas frente aos órgãos de controle externo (DEST, CGU, TCU, DRT e etc.) através das ações definidas pela Diretoria Executiva anterior. Especialmente, o Sr. Gerardo, apos desejar sucesso na nova gestão, mencionou que a condução e a gestão de uma Empresa Pública deve ser pautada nos princípios de responsabilidade, imparcialidade, eficiência, e ética administrativa. Que embora a CASEMG estivesse em vias de privatização, em razão do Plano Nacional de Desestatização, mudanças de opiniões ocorreram, visto a Companhia ter mostrado seu equilíbrio econômico-operacional, aumentando, assim, sua credibilidade e viabilidade. Enfatizou, também, que ainda que os atos de gestão sejam da Diretoria Executiva, o

Rua dos Timbiras, 1754, 14º e 15º andares - Lourdes - Belo Horizonte - MG - CEP 30140-062
Fone: (31) 3272-2883 - Fax: (31) 3272-2943 - e-mail: casemg@casemg.com.br - site: www.casemg.com.br



Conselho de Administração é co-responsável, e para tanto, não poderá deixar de participar de qualquer decisão. A Diretora Administrativa Financeira manifestou seu comprometimento em continuar buscando ações integradas com os Conselhos de forma equânime e que visem consolidar uma gestão transparente, eficiente e equilibrada financeiramente. Registrou que juntamente com os Conselheiros contribuirá para que as metas e recomendações do novo Diretor-Presidente sejam alcançadas, colocando-se a sua disposição. Dada a palavra ao Diretor e Conselheiro Glycon, ele expressou sua gratidão, por estar presente e fazer parte de um Conselho de pessoas tão sabias e cultas. Afirmou que terá como norte de suas ações a participação do Conselho de Administração que muito contribuiu para esse momento de melhora no quadro econômico-financeiro da Companhia. Que após algumas reuniões com o corpo técnico da empresa ele percebeu a garra e a vontade do quadro funcional em fazer da CASEMG uma empresa de sucesso. Sua motivação está no espírito empreendedor de valorização do quadro pessoal e consequentemente na busca de novos horizontes para o efetivo aumento da receita. Reforçou a importância da CASEMG enquanto armazenadora de grãos que representa a energia que o ser humano precisa para sua subsistência, bem como sua relevância para a nação. Neste contexto, informou que será priorizada e resgatada a imagem da Companhia junto aos produtores das regiões onde estão situadas as Unidades de Armazenagem e Negócios. Ao tomarem conhecimento da Ata anterior os Conselheiros após a leitura, assinaram sem alterações. **2) Dispêndios X Receita Operacional até Novembro de 2008:** Foram apresentadas a Discriminação das Origens dos Recursos – DICOR e a Discriminação das Aplicações dos Recursos – DICAR e, após análise, registrou-se com base no Informe Contábil – Posição Novembro, o valor de R\$ 15.279.670,49 referente ao faturamento acumulado. Sendo, até a presente data, realizado em receitas R\$ 17.314.949 e R\$ 15.097.552 de custos, correspondendo a 88,23% e 88,66% respectivamente, do Orçamento Reprogramado para 2008. **3) Demonstrativo Sintético de Resultados das Unidades Armazenadoras - 2008:** O Colegiado tomou conhecimento dos dados constantes do Demonstrativo e observaram que para o fechamento do exercício, as Unidades de Armazenagem e Negócios de Frutal e Passos apresentarão resultados deficitários. Ao ser mencionada que a Unidade de Monte Carmelo poderia ter apresentados melhores resultados, o Presidente do Conselho sugeriu que fossem analisadas as hipóteses de aquisição de caldeira para secador, visto que poderão atender a demanda de secagem da região com maior eficiência por um menor custo. Informou, ainda que o valor em reais para tais aquisições giram em torno de 28 mil para secador e 57 mil para caldeira. Sugeriu, ainda que os técnicos da Companhia fizessem visitas nas propriedades de Patrocínio e Monte Carmelo que possuem a certificação, no intuito de se verificar o custo/benefício na aquisição desses equipamentos, além do nível de modernização na prestação do serviço de secagem de grãos. **4) Aprovação do PAINT – Auditoria Interna:** recebido o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT - Ano Base 2009, o Conselho aprovou em sua integralidade.**5) Assuntos Gerais:** **5.1)** o conselho acusou o recebimento do Convite de Posse da ex-presidente da CASEMG, Danuza Bias Fortes Carneiro para o exercício do cargo de Prefeita da Cidade de Barbacena, sua terra natal. E registrou a satisfação pela conquista, de ter sido eleita a primeira mulher para assumir o Executivo daquela importante Cidade Mineira. Que seus trabalhos municipais sejam pautados, nos mesmos moldes em que foram desenvolvidas suas ações frente da CASEMG no período de sua gestão. Todos os Conselheiros desejaram sucesso e êxito no exercício do novo cargo; **5.2)** O Presidente do Conselho registrou que qualquer mudança a ser proposta pela CASEMG no Plano de

Rua dos Timbiras, 1754, 14º e 15º andares - Lourdes - Belo Horizonte - MG - CEP 30140-061
Fone: (31) 3272-2883 - Fax: (31) 3272-2943 - e-mail: casemg@casemg.com.br - site: www.casemg.com.br





Cargos e Salários atual deverá ser objeto de estudo conjunto com o presente Conselho e após definidos os novos parâmetros organizacionais, estes deverão ser encaminhados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST para aprovação e efetiva implantação. Sempre se levando em conta que a CASEMG ainda encontra-se no Plano Nacional de Desestatização. 5.3) O Diretor-Presidente informou que utilizará o Plano de Cargos e Salários aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, nos limites de cargos e definição de atribuições nele constante para o dimensionamento de pessoal na Companhia para o exercício de 2009. Foi informado, ainda que esta sendo estudada a participação da CASEMG no processo licitatório do Governo do Amazonas acerca da implementação de parte das atividades da Zona Franca de Manaus em Uberlândia, seja com a utilização dos armazéns ou do porto seco situado na propriedade da CASEMG naquela cidade. Será realizado, também, estudo para elaboração de um diagnóstico da situação econômica e financeira da Cia, a fim de nortear o Planejamento Estratégico para os próximos 3 anos. Não sendo suscitados outros temas para apreciação, a reunião foi encerrada, da qual foi lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. Brasília(DF), 23 de dezembro de 2008.

Silas Brasileiro

Glycon Terra Pinto Junior

Celio Gomes Floriani

Milton Elias Ortolan

Rafael Souza Pena

Karla Renata França Carvalho

18.3. ATAS DAS REUNIÕES DO CONSELHO FISCAL

ATA DA 84ª. REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 25 DE JANEIRO DE 2008
NIRE: 3130004269-3
CNPJ: 17.186.370/0001-68

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de 2008, às nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Sede da CASEMG, localizada na Rua dos Timbiras, nº. 1754, 15º andar, em Belo Horizonte/MG, foi realizada a Octogésima quarta Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG, com a presença dos Conselheiros: Hugo Vasconcelos, na qualidade de Presidente, e Gustavo Pereira da Silva Filho, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Cleide Edvirges Santos Laia, representante da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB; e Elias Jacó dos Santos, representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Presentes, também, a Coordenadora da Auditoria Interna – AUDIN, Vanda Lúcia Botista, e a Coordenadora Jurídica Karla Renata França Carvalho, convidada para secretariar os trabalhos. Neste ponto, registra-se a ausência justificada do Conselheiro José Carlos de Andrade. Iniciada a reunião, foram tratados e discutidos os assuntos da Pauta, a saber: 1. **ANALISE DAS SOLICITAÇÕES, RECOMENDAÇÕES E PENDÊNCIAS CONSTANTES DE ATAS ANTERIORES DO CONFIS:** 1.1. Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG – operacionalização do sistema (subitem 1.1, da Ata da 83ª Reunião do CONFIS): o Conselho recebeu cópia do Ofício nº 2171/2007DLSG/SLTI, de 26 de novembro de 2007, do Departamento de Logística e Serviços Gerais da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – DLSG/SLTI/MP, em que informa já ter sido criado o código de UASG da CASEMG, cujo número é 925185. A Coordenadora Jurídica, Dra. Karla, acrescentou que a Companhia já de posse da senha e que o SERPRO também já disponibilizou o “link”, para o lançamento das informações no Sistema. Assim, o assunto fica encerrado nesta etapa. 1.2. **Balancete de Agosto de 2007 – complementação das informações relativas ao exercício de 2006** (subitem 1.2, da Ata da 83ª Reunião do CONFIS): foram recebidas as informações complementares e consideradas satisfatórias; 1.3. **Programa Anual de Auditoria Interna – PAINT – apresentação do documento para conhecimento do Conselho** (subitem 1.3, da Ata da 83ª Reunião do CONFIS): o Conselho tomou conhecimento do envio do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna - PAINT ao Conselho de Administração para sua apreciação e aprovação, na forma do artigo 6º, da Instrução Normativa - IN nº 07, de 29 de dezembro de 2006, da Controladoria-Geral da União - CGU. Sobre o atraso na aprovação do documento, que deveria ocorrer até o dia 31.12.2007, o CONFIS foi informado que a reunião do CONSAD relativa ao mês dezembro realizou-se no dia 14.12.2007 e o seu retorno da CGU aconteceu no dia 15 do mesmo mês e ano. Dessa forma, deverá ser apreciado na reunião daquele Colegiado a ser realizada no próximo dia 30.1, em tempo, portanto, de ser enviado ao órgão de controle interno, até o prazo final assinalado, ou seja, dia 31 de janeiro do corrente ano, consoante o disposto no art. 7º da retromencionada IN. Este Colegiado solicitou a apresentação do documento, na próxima reunião, para o seu conhecimento. 2. **ANÁLISE DAS PENDÊNCIAS:** 2.1. **Oriundas de relatórios da Auditoria Interna:** o Conselho analisou o demonstrativo apresentado, acompanhado da NOTA TÉCNICA – AUDIN nº 001/2008, de 24 de janeiro de 2008, firmada pelas Coordenadoras de Auditoria e Jurídica, em que são prestadas as informações, a saber: a) **UAN UBERLÂNDIA, item 6, do Relatório de Auditoria nº 007/07, de 31.5.07 “Ausência de Contrato de Depósito do período de março a dezembro/07 com as empresas Multigrain, ADM do Brasil e Granja Planalto”:** foi dito que não existem valores pendentes de pagamento pelos referidos clientes e que os contratos para a safra 2008 já se encontram assinados, sendo, ainda, a Unidade alertada para, doravante, não prestar serviços sem a formalização dos respectivos instrumentos. Recomenda-se a expedição de correspondência circular a todas as unidades para que observem tal exigência, sob pena de responsabilização; b) **UAN DE TUPACIGUARA - item 2, do Relatório nº 010/07, de 5.6.07, “Falta de recebimento de débitos a descoberto”:** “o relatório de débito de clientes foi enviado à Assessoria Técnica e Comercial, para análise da conveniência de impetrar ação judicial ou efetuar a baixa contábil dos valores irrelevantes com prévia autorização da Diretoria, ainda no Balanço de 2007”. Nos termos da Nota Técnica 001/2008, especificamente em relação ao débito de R\$ 609,91 de que trata o item 2 deste Relatório, este Colegiado em *

Rua dos Timbiras, 1754, 14º e 15º andares – Lourdes – Belo Horizonte – MG – CEP: 30140-061
Fone: (31)3272.2883 – Fax: (31)3272.2943 - e-mail: casemg@casemg.com.br - site: www.casemg.com.br



vista de que o assunto perdura, como pendência desde o mês de junho/2007, recomenda que, esgotadas as medidas, no âmbito administrativo no sentido do recebimento do crédito em questão, a Companhia proceda, na forma da legislação vigente e em homenagem aos princípios constitucionais da economicidade, razoabilidade e proporcionalidade, a baixa contábil, já que o montante não justifica uma cobrança judicial, pelo tempo e custo que representa, além do que a manutenção dos registros e controles termina por onerar ainda mais a empresa. A par disso, deve ser alertado e responsabilizado a quem libera os produtos armazenados, até o seu estoque final, sem a efetivação do pagamento das taxas de armazenagem; c) – UAN UBERABA, subitem 4.1, do Relatório de Auditoria nº 012/07, de 5.7.07, “Falta de cobrança do valor remanescente previsto no Contrato de Depósito de Depósito nº 80/03 com término em 30.6.2006 – Cliente: Brejeiro”: inexiste saldo remanescente a ser cobrado da empresa Brejeiro, em razão do terceiro termo aditivo celebrado em 17.1.2006. d) UAN UBERABA, subitem 4.2, do Relatório nº 012/2007 “Descumprimento da cláusula terceira do Contrato da Petrobras relativo ao pagamento de braçagem”: a pendência está sendo negociada, com vista à adequação do contrato inicial, visando a safra 2008, bem como aos gastos de braçagem equivocamente acordados pela Gestão Técnica Operacional à época; e) UAN CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS, item 6, do Relatório nº 014/07 “Envio de arquivos eletrônicos - SINTEGRA à Administração Fazendária local”: em que pese a informação constante da Nota Técnica, em alusão, a designação de funcionário para conclusão da transmissão dos arquivos eletrônicos até 15.2.2008, o Conselho alerta para o potencial risco de autuação da empresa pelo não cumprimento da exigência, razão pela qual recomenda a adoção de providências imediatas, junto às diversas unidades, para o cumprimento tempestivo da exigência legal. f) UAN CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS, item 7 do Relatório nº 014/2007 “Valores pagos ao Sindicato de Avulsos, no valor de R\$ 5.351,87...”, o Gerente da Unidade esclareceu tratar-se de serviços prestados à CASEMG e não à empresa CAROL. Sugere-se a checagem na próxima auditoria na Unidade; g) UAN FRUTAL, item 14/07, do Relatório nº 013/2007 “Envio de arquivos eletrônicos ...”: situação idêntica a do item 5. h) UAN FRUTAL, item 17, do Relatório nº 013/07 “Certificado de Registro do IEF não emitido”: a Unidade já adotou as providências; i) UAN FRUTAL, item 19 do Relatório nº 013/07 “Ausência Convênio de implantação de hortas comunitárias”: apesar da constatação, à época, do convênio sem a devida assinatura, no momento não existe horta comunitária, o que torna, segundo o posicionamento das Coordenadoras de Auditoria e Jurídica, desnecessária a providência. O Conselho recomendou maior atenção para que não haja cessão de área pertencente ao patrimônio da Companhia sem o devido instrumento, observada a legislação e normas internas vigentes; 2.2. Decorrentes das auditorias dos órgãos de controle interno e externo: o Conselho destaca a boa performance em relação aos órgãos de controle interno e externo. A única pendência diz respeito à regularização de imóveis, que está sendo objeto das providências, inclusive com cronograma das ações a serem desenvolvidas e acompanhadas por este Conselho, mensalmente. Maiores detalhes constam do item 8 desta Ata. 3. RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA - apresentação ao Conselho de novos relatórios: foi entregue o Relatório nº 019/2007, relativo aos trabalhos de auditoria na Gerência Administrativa e de Recursos Humanos. Depois de analisado, o Conselho destacou o item 5.2, que constata pagamento a contratado sem a verificação da sua regularidade com a Fazenda Federal, no período de 8.8. a 29.11.2007 e com o FGTS, no período de 27.6. a 11.11.2007, pelo que solicita explicações para a próxima reunião. 4. LEITURA E APRECIAÇÃO DAS ATAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA EXECUTIVA: foram recebidas as atas das 95^a, 96^a e 97^a reuniões da Diretoria Executiva. Depois de lidas, o Conselho destacou o registro sobre as pendências constantes dos subitens 2.1 e 2.2, da Ata da 95^a, que, entretanto, já foram equacionadas, conforme item 3, da Ata da 97^a Reunião e das Atas das 81^a e 82^a reuniões deste Conselho. Nada mais foi destacado em relação aos documentos sob análise. 5. PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS: COMPRAS E CONTRATAÇÕES – posição atualizada até 24/01/2007: demonstrativo recebido, sobre o qual nada foi destacado, visto que os procedimentos iniciados no período ainda estão em processamento. 6. PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG - CUSTEIO/INVESTIMENTO – POSIÇÃO DE DEZEMBRO DE 2007: análise prejudicada, porquanto o documento apresentado é preliminar, visto que o Balancete do mês de dezembro está em fase de exame pela auditoria e de adequações pela área técnica, que poderão alterar os dados do PDG. 7. BALANCETE DE DEZEMBRO/2007 - análise e comentários: foi apresentada uma prévia do balanço (simulação do encerramento), que está sendo objeto de análise pelos auditores independentes. O CONFIS analisará o

Rua dos Timbiras, 1764, 14º e 15º andares – Lourdes – Belo Horizonte – MG – CEP: 30140-061
 Fone: (31)3272.2883 – Fax: (31)3272.2943 - e-mail: cosemg@casemg.com.br - site: www.casemg.com.br



manifestar-se-á oportunamente.

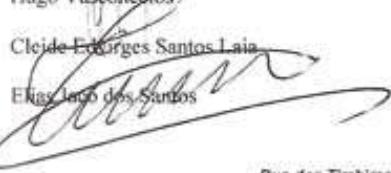
8. SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA COMPANHIA – posição atualizada das providências de regularização dos imóveis da CASEMG: de acordo com o demonstrativo apresentado, não houve evolução, se comparada à posição anteriormente levada ao conhecimento do Conselho, a não ser o adiamento dos prazos para conclusão das providências, o que preocupa, na medida em que não se têm informações sobre os fundamentos para tais postergações. De qualquer forma, há de se considerar o prazo limite de 28.2.09, fixado pela Companhia, no Plano de Providências relativo ao Relatório de Auditoria de Gestão – exercício de 2006, para a total regularização do seu patrimônio.

9. COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E DE ENCARGOS SOCIAIS – CERTIDÕES NEGATIVAS OU COMPROVANTES DE RECOLHIMENTO DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2007: o Conselho recebeu Declaração, datada de 25 de janeiro de 2008, em que a Gerência Financeira e Contábil atesta a quitação, até o dia 31.12.2007, dos tributos, impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais (INSS, FGTS, COFINS, PIS, IRPJ, Taxas de Localização e Funcionamento), inclusive os valores retidos na fonte quando do pagamento de fornecedores, bem como do quadro em que consta a relação de certidões negativas das unidades da Companhia. Foi recebida, também, do Gerente Administrativo e de Recursos Humanos, por meio do OF. 002/08 – GERAH, de 23.1.2008, a Certidão de Regularidade do FGTS, com validade até 21.2.2008 e a informação da existência de pendência em relação à Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, em decorrência de equívoco na emissão da Guia de Previdência Social do Sindicato dos Trabalhadores de Movimentação de Mercadorias de Paracatu, cujo senão já foi objeto de providências junto à Receita Federal, que solicitou o prazo de 5 (cinco) dias para corrigir a situação, mediante emissão de nova Guia. Após as análises de praxe, foi verificado o vencimento das seguintes certidões: a) do INSS, relativas a todas as unidades, pelas razões acima explicitadas; b) da Receita Estadual: Sede, UAN's Alfenas Patos de Minas; e c) da Receita Municipal: UAN's Passos, Patos de Minas, Sacramento, todas em andamento. O Colegiado recomendou o sistemático sistemático no sentido da obtenção das certidões negativas com datas de validade vencidas.

10. RELATÓRIO GERENCIAL DA POSIÇÃO ATUALIZADA, ATÉ DEZEMBRO/2007, DOS CRÉDITOS E DÉBITOS DA COMPANHIA, COM DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES A RECEBER E RESPECTIVOS VENCIMENTOS: no que concerne aos créditos da Companhia, os dados apresentados ao Conselho demonstram que persiste um valor significativo a receber (R\$ 402.878,52), muito embora verifique-se uma redução dos atrasos até 30 dias em 52,82% e acima de 180 dias de 2,11%, em contrapartida a um acréscimo dos haveres entre 30 e 180 dias de 113,07%. A Coordenadora de Auditoria, Senhora Vanda Lúcia Batista, informou que está sendo realizado leilão, para quitação de parte das duplicatas e o restante encontra-se na Coordenação Jurídica, para ajuizamento de ação. Acrescentou que está havendo um esforço no sentido de maior empenho, com envolvimento dos gerentes das unidades armazenadoras, para recebimento amigável dos demais créditos em aberto. Do lado dos débitos, os atrasos da ordem de R\$ 557 mil reais se concentram, segundo informações obtidas, na CEMIG, que deverá ser objeto de negociação, com vistas ao parcelamento.

11. RESSARCIMENTO DO PESSOAL À DISPOSIÇÃO DA CASEMG E CRÉDITOS POR CESSÃO COM ÔNUS – demonstrativo gerencial até o mês de dezembro de 2007: o CONFIS foi informado da quitação, em 28.12.2007, do débito com o Banco do Brasil relativo à cessão de pessoal já devolvido.

12. ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO SOCIAL DA EMPRESA: a Coordenadora de Auditoria informou que os trabalhos de encerramento do exercício estão dentro dos cronogramas, sem qualquer evidência de comprometimento dos prazos estabelecidos. Esgotados os assuntos, o Presidente do Conselho agradeceu a presença e a participação de todos, dando por encerrada a reunião, da qual eu, Karla Renata França Carvalho, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada por mim e pelos conselheiros presentes. Belo Horizonte, 25 de janeiro de 2008.



Hugo Vasconcelos

Cleide Edorges Santos Lajia

Elias Lobo dos Santos

Rua dos Timbires, 1
Fone: (31)3272.2883 – Fax: (31)3272.2841



Gustavo Pereira da Silva Filho

Karla Renata França Carvalho
Coordenadora Jurídica



**ATA DA 85ª. REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 29 DE FEVEREIRO DE 2008**NIRE 3130004269-3
CNPJ: 17.186.370/001-68

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro de 2008, às nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Sede da CASEMG, localizada na Rua dos Timbiras, nº. 1754, 15º andar, em Belo Horizonte/MG, foi realizada a Octogésima quinta Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG, com a presença dos Conselheiros: Hugo Vasconcelos, na qualidade de Presidente, e Gustavo Pereira da Silva Filho, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; José Carlos de Andrade e Cleide Edvirges Santos Laiá, representantes da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB; e Elias Jacó dos Santos, representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Presentes, também, a Coordenadora da Auditoria Interna – AUDIN, Vanda Lúcia Batista, e a Coordenadora Jurídica Karla Renata França Carvalho, esta convidada para secretariar os trabalhos. Iniciada a reunião, foram tratados e discutidos os assuntos da Pauta, a saber:

1. ANÁLISE DAS SOLICITAÇÕES, RECOMENDAÇÕES E PENDÊNCIAS CONSTANTES DE ATAS ANTERIORES DO CONFIS: 1.1. Apresentação ao Conselho do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT (subitem 1.3, da 84ª Reunião do CONFIS): o Conselho acusa o recebimento do PAINT, acompanhado de cópia do ofício 003/2008/PRESI, de 30 de janeiro de 2008, que encaminha o referido documento ao Chefe da Controladoria Regional da União do Estado de Minas Gerais, no prazo estabelecido. Na oportunidade, foi também entregue ao Conselho cópia do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - RAINT. Tanto o Plano como o Relatório foram objeto de apreciação, sem observações a fazer;

1.2. Explicações sobre pagamento a contratado sem a verificação da sua regularidade com a Fazenda Federal (item 3, da Ata da 84ª Reunião do CONFIS): o Gerente Administrativo, em resposta ao Relatório de Auditoria Interna, afirmou que já está sendo observada a deliberação do Tribunal de Contas da União em todos os processos, inclusive com encaminhamento de pedido à Assessoria Técnica - ASTEC no sentido da alteração da Instrução Normativa. O Conselho deu por encerrada a pendência.

2. ANÁLISE DAS PENDÊNCIAS: 2.1. Oriundas de relatórios da Auditoria Interna: o Colegiado analisou o Quadro de Acompanhamento de Pendências Decorrentes de Relatórios de Auditoria Interna e observou que remanesce, apenas, a questão relativa ao item 4.2, do Relatório de Auditoria nº 012 de 05/07/07, na Unidade de Armazenagem e Negócios de Uberaba, sobre a ausência de cobrança do valor de R\$ 38.175,22, conforme dispositivo contratual firmado com a Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A. A Coordenadora Jurídica, Dra. Karla, informou que a Diretoria Executiva está negociando uma solução para essa questão. O Conselho ressalta as medidas adotadas pela CASEMG, na solução das pendências antigas;

2.2. Decorrentes das auditorias dos órgãos de controle interno e externo: demonstrativo recebido, o qual registra somente a pendência relativa à regularização de imóveis da Companhia, que será objeto de apreciação no item 08 desta Ata.

3. RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA - apresentação ao Conselho de novos relatórios: foram recebidos os Relatórios de Auditoria números 01 e 02/2008, relativos aos trabalhos de auditoria na Assessoria Técnica-Comercial e na Gerência Financeira e Contábil. Depois de analisado pelo Conselho foi observado, em relação ao de número 01, que as questões levantadas pela auditoria já foram ou estão sendo objeto de providências, conforme resposta ofertada pelo Ofício 005/2008/ASTEC. Quanto ao relatório número 02, aguarda-se a resposta da Gerência Financeira e Contábil para apreciação e manifestação na próxima reunião.

4. LEITURA E APRECIAÇÃO DAS ATAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA EXECUTIVA: foram recebidas as Atas das 87ª, 88ª e 89ª Reuniões do Conselho Administrativo e a Ata da Reunião 98ª da Diretoria Executiva que, depois de examinadas, o Confis solicitou, apenas, a apresentação da Previsão Orçamentária Consolidada (item 3, da Ata da 98ª Reunião da Diretoria Executiva), por meio eletrônico, a fim de evitar maiores custos para a Empresa.

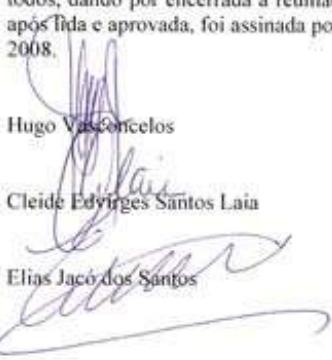
5. PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS: COMPRAS E CONTRATAÇÕES – posição atualizada até 25/02/2008: demonstrativo recebido, sobre o qual nada foi destacado.

6. PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG – CUSTEIO/INVESTIMENTO – posição de dezembro/2007 e de janeiro/2008: Recebido o documento relativo ao mês de dezembro de 2007, por quanto o do mês de janeiro

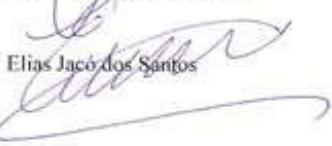
Rua dos Timbiras, 1754, 14º e 15º andares – Lourdes – Belo Horizonte – MG – CEP 30140-067
Fone: (31)3272.2883 – Fax: (31)3272.2943 - e-mail: casemg@casemg.com.br - site: www.casemg.com.br



não pôde ser emitido em razão do não encerramento do exercício anterior. Depois de analisado, foi observado que os dispêndios correntes realizados alcançaram 98,64%, muito embora, numa visão analítica, verificam-se distorções acentuadas em diversas rubricas, que demandam uma maior atenção da empresa no sentido de uma previsão mais realista. As origens de recursos superaram a previsão em 0,34%. **7. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2007:** O Conselho recebeu o Balancete do quarto trimestre de 2007, que depois de analisado nada destacou. Aguarda a apresentação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício em questão, inclusive do Relatório de Gestão, para as análises cabíveis. **8. SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA COMPANHIA – posição atualizada das providências de regularização dos imóveis da CASEMG:** de acordo com o demonstrativo apresentado, não houve evolução, se comparada à posição anteriormente levada ao conhecimento do Conselho. Fica a recomendação para o cumprimento do cronograma apresentado. **9. COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E DE ENCARGOS SOCIAIS – CERTIDÕES NEGATIVAS OU COMPROVANTES DE RECOLHIMENTO DO MÊS DE JANEIRO DE 2008:** o Conselho recebeu Declaração, datada de 27 de fevereiro de 2008, em que a Gerência Financeira e Contábil atesta a quitação, até o dia 31.01.2008, dos tributos, impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais (INSS, FGTS, COFINS, PIS, IRPJ, Taxas de Localização e Funcionamento), inclusive os valores retidos na fonte quando do pagamento de fornecedores, bem como do quadro em que consta a relação de certidões negativas das unidades da Companhia. Foi recebida, também, do Gerente Administrativo e de Recursos Humanos, por meio do OF. 007/08 – GERAH, de 25.2.2008, a Certidão de Regularidade do FGTS, com validade até 21.3.2008 e a Certidão de Negativa das Contribuições Previdências e as de Terceiros, com validade ate 23/08/2008. Depois das análises de praxe, foi verificado o vencimento das seguintes certidões: a) da Receita Estadual: UAN's de Alfenas, Patos de Minas e Passos; e b) da Receita Municipal: UAN's Alfenas e Patos de Minas, todas em andamento. O Colegiado recomendou as medidas cabíveis, no sentido da apresentação das certidões negativas com as datas de validade vencidas. **10. RELATÓRIO GERENCIAL DA POSIÇÃO ATUALIZADA (JANEIRO/2008) DOS CRÉDITOS E DÉBITOS DA COMPANHIA, COM DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES A RECEBER E RESPECTIVOS VENCIMENTOS:** em relação aos créditos em aberto, comparados com o período anterior, verifica-se redução de 24,49% nos valores acima de 10 dias; de 23,79% nos valores entre 30 e 180 dias; e de 45,51% nos atrasos até 30 dias. Sobre as contas a pagar, o Conselho não recebeu a demonstração, pelo que fica a solicitação para análise na próxima reunião. **11. ASSUNTOS GERAIS:** **11.1 – Assembléia Geral Extraordinária:** o Conselho acusou o recebimento da Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 20/02/2008, e solicitou cópia do Estatuto da Companhia devidamente atualizado, face às alterações aprovadas naquela oportunidade; **11.2. Demandas da Secretaria do Tesouro Nacional – STN:** o Conselheiro representante da Secretaria do Tesouro Nacional deu conhecimento ao Conselho dos Ofícios números 10506 STN/COREF/GEFISM, de 27 de dezembro de 2007, 9303 STN/COREF/GEFIS, de 13 de novembro de 2007, e 10157 STN/COREF/GEFIS, de 14 de dezembro de 2007, com demandas daquele órgão, cujas cópias foram entregues à Secretaria do Colegiado, com recomendação de resposta, pela mesma via (Ofício), em sua próxima reunião. Esgotados os assuntos, o Presidente do Conselho agradeceu a presença e a participação de todos, dando por encerrada a reunião, da qual eu, Karla Renata França Carvalho, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada por mim e pelos conselheiros presentes. Belo Horizonte, 29 de fevereiro de 2008.


 Hugo Vassconcelos

Cleide Edyrges Santos Laia


 Elias Jacó dos Santos


 Gustavo Pereira da Silva Filho

José Carlos de Andrade


 Karla Renata França Carvalho
 Coordenadora Jurídica



ATA DA 86ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2008

NIRE 3130004269-3

CNPJ: 17.186.370/001-68

Aos vinte e sete dias do mês de março de 2008, às nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, localizada na Esplanada dos Ministérios, Bloco "D", 9º Andar, sala 909, em Brasília, foi realizada a Octogésima sexta Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG, com a presença dos Conselheiros: Hugo Vasconcelos, na qualidade de Presidente, e Gustavo Pereira da Silva Filho, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; José Carlos de Andrade e Cleide Edvirges Santos Laia, representantes da Companhia Nacional de Abastecimento - CÓNAB; e Elias Jacó dos Santos, representante da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Presentes, também, a Coordenadora da Auditoria Interna - AUDIN, Vanda Lúcia Batista, e a Coordenadora Jurídica Karla Renata França Carvalho, esta convidada para secretariar os trabalhos. Iniciada a reunião, foram tratados e discutidos os assuntos da Pauta, a saber: 1. ANÁLISE DAS SOLICITAÇÕES, RECOMENDAÇÕES E PENDÊNCIAS CONSTANTES DE ATAS ANTERIORES DO CONFIS: 1.1. Análise do Relatório de Auditoria nº 2/2008 (item 3, da 85ª Reunião do CONFIS): de acordo com a informação fornecida pela Coordenadora de Auditoria Interna, as recomendações foram acatadas pela Gerência Financeira Contábil, inclusive com adaptação da Instrução Normativa de Viagens, dentre outras medidas adotadas no intuito de atender o Plano de Providências da CGU; 1.2. Previsão orçamentária consolidada (item 4, da Ata da 85ª Reunião do CONFIS): Os conselheiros acusaram o recebimento, por meio eletrônico, da referida Previsão Orçamentária Consolidada de 2008, sobre a qual nada destacaram; 1.3. Apresentação de cópia do Estatuto Social da Companhia (subitem 11.1, da Ata da 85ª Reunião do CONFIS): o Colegiado recebeu o Estatuto com todas as alterações constantes nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas no exercício de 2007; 1.4. Respostas aos Ofícios da STN (subitem 11.2, da Ata da 85ª Reunião do CONFIS): foram atendidas as solicitações através dos Ofícios nº 015, 016, 017/2008/PRESI de 10 de março de 2008. 2. ANÁLISE DAS PENDÊNCIAS: 2.1. Oriundas de relatórios da Auditoria Interna: o Colegiado analisou o Quadro de Acompanhamento de Pendências Decorrentes de Relatórios de Auditoria Interna e observou que permanece a situação reportada em sua reunião anterior, pelo que volta a recomendar medidas no sentido do saneamento definitivo da questão; 2.2. Decorrentes das auditorias dos órgãos de controle interno e externo: demonstrativo recebido, cuja situação permanece inalterada. 3. RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA - apresentação ao Conselho de novos relatórios: foi recebido o Relatório de Auditoria nº 03/2008, relativos aos trabalhos de auditoria na Gerência Financeira e Contábil. Depois de analisado pelo Conselho, foi observado que as recomendações constantes no citado documento foram prontamente atendidas e os ajustes contábeis realizados ainda no exercício de 2007. 4. LEITURA E APRECIAÇÃO DAS ATAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA EXECUTIVA: foi recebida a Ata da 99ª Reunião da Diretoria Executiva e os Conselheiros nada manifestaram; 5. PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS: COMPRAS E CONTRATAÇÕES - posição atualizada até 25/03/2008 - não merecendo nenhum comentário adicional por parte deste Colegiado. 6. PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG - CUSTEIO/INVESTIMENTO-2008: tendo em vista que não foi apresentado o PDG referente ao exercício de 2008, o CONFIS solicita providências por parte da Empresa para que o mesmo seja apresentado para análise e manifestação na próxima reunião deste Colegiado. 7. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2007: foram recebidas as Demonstrações Financeiras, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultados, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Origens e Aplicações de Recursos, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e os Relatórios de Gestão e da Administração. Depois de avaliadas as peças mencionadas relativas ao exercício em epígrafe, o Colegiado, com respaldo nos pareceres da Auditoria Interna e dos Auditores Independentes, e por entender que as referidas demonstrações refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia, manifestou-se pelo seu encaminhamento à Assembléia Geral dos Acionistas. Destacou, entretanto, a necessidade de acompanhamento e avaliação com critérios sobre os pontos dispostos nos parágrafos 3º e 4º do

Rua dos Timbiras, 1754, 14º e 15º andares - Lourdes - Belo Horizonte - MG - CEP: 30140-061

Fone: (31)3272.2883 - Fax: (31)3272.2943 - e-mail: casemg@casemg.com.br - Site: www.casemg.com.br


CASEMG
Companhia de Armazéns e Silos
 do Estado de Minas Gerais

Parecer dos Auditores Independentes, que tratam do valor provisionado para possíveis perdas na realização dos créditos da Companhia e da provisão para os processos de natureza civil e trabalhista para cobrir as perdas prováveis de relativas às contingências da mesma natureza. O Conselho faz referência à questão relativa à regularização dos imóveis, objeto de registros em todas suas atas, oportunidade em que recomenda medidas eficazes para o saneamento no menor tempo possível, cujo assunto se reveste da maior importância no contexto da organização. Assim, foi emitido o Parecer com os seguintes dizeres: “*O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CASEMG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após ter examinado o Balanço Patrimonial da CASEMG, as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Origens e Aplicações de Recursos, as Notas Explicativas e o Relatório de Gestão, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, e, tendo por base os pareceres da Auditoria Interna e dos Auditores Independentes, manifesta-se pelo encaminhamento da documentação à Assembléia Geral dos Acionistas, respeitadas as recomendações constantes de sua Ata da 86ª Reunião, realizada nesta data, por entender que as demonstrações refletem, em todos os aspectos relevantes, as situações patrimonial, financeira e de gestão da Empresa Brasília-DF, 27 de março de 2008.*”;

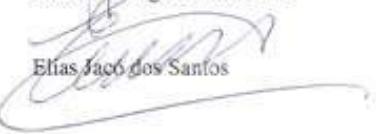
8) SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA COMPANHIA – regularização de imóveis – pendências: demonstrativo recebido. O Colegiado deixa de emitir comentários, frente ao cronograma de providências apresentado.

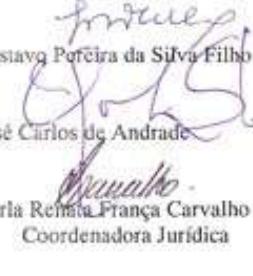
9) COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E DE ENCARGOS SOCIAIS – CERTIDÕES NEGATIVAS OU COMPROVANTES DE RECOLHIMENTO DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2008: o Conselho recebeu Declaração, datada de 25 de março de 2008, em que a Gerência Financeira e Contábil atesta a quitação, até o dia 29.02.2008, dos tributos, impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais (INSS, FGTS, COFINS, PIS, IRPJ, Taxas de Localização e Funcionamento), inclusive os valores reidos na fonte quando do pagamento de fornecedores, bem como do quadro em que consta a relação de certidões negativas das unidades da Companhia. Depois das análises de praxe, foi verificado o vencimento das seguintes certidões: a) da Receita Estadual: UAN de Araguari; e b) da Receita Municipal: Sede, UAN's Centralina, Monte Carmelo, Passos, Santa Vitória, Alfenas, Bonfinópolis e Patrocínio. O Colegiado recomendou as medidas cabíveis, no sentido da apresentação das certidões negativas com as datas de validade vencidas.

10) RELATÓRIO GERENCIAL DA POSIÇÃO ATUALIZADA (FEVEREIRO/2008) DOS CRÉDITOS E DÉBITOS DA COMPANHIA, COM DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES A RECEBER E RESPECTIVOS VENCIMENTOS: foi apresentado o Relatório Resumo dos Créditos em Aberto com posição em 17/03/2008 onde apresenta um acréscimo de 168,58% nos atrasos até 30 dias e em contrapartida há uma redução de 65,27% e 70,45% nos atrasos entre 30 e 90 dias e entre 90 e 180 dias respectivamente, apresentando também um incremento de 3,31% nos atrasos acima de 180 dias. Registra-se contudo uma redução de 21,58% no total vencido com relação ao período anterior. Sobre as Contas a Pagar, o Conselho recebeu a demonstração sintética com posição em Janeiro/2008. Com o objetivo de que o referido relatório permita ao Conselho Fiscal fazer uma análise mais detalhada das Obrigações a Vencer, solicitamos que doravante o referido relatório seja apresentado no mesmo nível detalhamento do Relatório dos Créditos em Aberto. Esgotados os assuntos, o Presidente do Conselho agradeceu a presença e a participação de todos, dando por encerrada a reunião, da qual eu, Karla Renata França Carvalho, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada por mim e pelos conselheiros presentes. Brasília – DF, 27 de março de 2008.

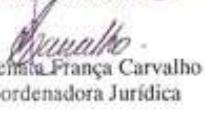

 Hugo Vespucio

Cleide Edviges Santos Laiá


 Elias Jacob dos Santos


 Gustavo Portela da Silva Filho


 José Carlos de Andrade


 Karla Renata França Carvalho
 Coordenadora Jurídica



PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CASEMG

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CASEMG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após ter examinado o Balanço Patrimonial da CASEMG, as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Origens e Aplicações de Recursos, as Notas Explicativas e o Relatório de Gestão, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, e tendo por base os pareceres da Auditoria Interna e dos Auditores Independentes, manifesta-se pelo encaminhamento da documentação à Assembléia Geral dos Acionistas, observadas as recomendações constantes de sua Ata da 91^a Reunião, realizada nesta data, por entender que as demonstrações refletem, em todos os aspectos relevantes, as situações patrimoniais, financeira e de gestão da Empresa.

Brasília(DF), 27 de março de 2008.

Silas Brasileiro

Célio Brovino Porto

Danuza Bias Fortes Carneiro

Euler de Paula Veloso

Rafael Souza Pepe

Rua dos Timbiras, 1754, 14º e 15º andares – Lourdes – Belo Horizonte – MG – CEP: 30140-061
Fone: (31)3272.2883 – Fax(31)3272.2943 - e-mail: casemg@casemg.com.br - site: www.casemg.com.br



**ATA DA 87ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2008**
NIRE 3130004269-3
CNPJ: 17.186.370/001-68

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de 2008, às nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Sede da CASEMG, localizada na Rua dos Timbiras, nº. 1754, 15º andar, em Belo Horizonte/MG, foi realizada a Octogésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG, com a presença dos Conselheiros: Hugo Vasconcelos representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; Cleide Edvirges Santos Laia e José Carlos de Andrade, representantes da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB; e Elias Jacó dos Santos, representante da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Registra-se a ausência justificada do Conselheiro Gustavo Pereira da Silva Filho, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Presentes, também, a Coordenadora da Auditoria Interna - AUDIN, Vanda Lúcia Batista, e a Coordenadora Jurídica Karla Renata França Carvalho, esta convidada para secretariar os trabalhos. Preliminarmente, foi dado conhecimento da recondução, pela Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 11 de abril do corrente ano, dos atuais conselheiros, para o novo período de um ano, exceto o representante suplente da Secretaria do Tesouro Nacional, para cujo cargo foi eleita a Senhora Laira Carmeiro Curado, seguido da assinatura dos termos de posse e da eleição do presidente do Colegiado, cuja escolha recaiu no Conselheiro Elias Jacó dos Santos. Sob a nova presidência, foi iniciada a reunião com a discussão dos assuntos da pauta, a saber:

1. ANÁLISE DAS PENDÊNCIAS: 1.1. Oriundas de relatórios da Auditoria Interna: foi apresentado o quadro de acompanhamento de pendências de relatórios de auditoria interna, em que figura apenas o de número 012/07, especificamente no que pertine ao contrato de prestação de serviços com a Petrobras firmado na Unidade de Uberaba/MG. O Conselho recomenda maior empenho por parte da direção da Casemg no sentido da solução definitiva do assunto;

1.2. Decorrentes das auditorias dos órgãos de controle interno e externo: a única pendência diz respeito à regularização de imóveis, cujo assunto será tratado no item 7 da presente ata.

2. RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA - apresentação ao Conselho de novos relatórios: recebidos os Relatórios nº 004; 005 e 006/2008, relativos aos trabalhos de auditoria realizados nas Gerências das Unidades de Unaí, Buritis e Bonfimópolis de Minas, os quais foram distribuídos aos Conselheiros Cleide, Hugo e José Carlos, respectivamente, para análise e manifestação, juntamente com as respostas apresentadas pelas Unidades auditadas, na próxima reunião deste Colegiado.

3. LEITURA E APRECIACAO DAS ATAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA EXECUTIVA: o CONFIS recebeu cópias das atas da Assembléia Geral Ordinária da Companhia de 11 de abril de 2008, da 100ª Reunião da Diretoria Executiva e das 90ª e 91ª reuniões do Conselho de Administração. Depois de lidas nada foi destacado.

4. PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS: COMPRAS E CONTRATAÇÕES - posição atualizada até 23/04/2007: Demonstrativo recebido, sobre o qual nada foi destacado, visto que os procedimentos iniciados no período ainda não foram concluídos.

5. PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG - CUSTEIO/INVESTIMENTO: foi recebido o PDG - posição até fevereiro/2008, onde se verifica que as receitas realizadas, até a data, superiores à estimativa, enquanto que as despesas guardam a devida compatibilidade com a previsão. O Conselho recomenda a atualização dos dados.

6. BALANÇETE DE JANEIRO, FEVEREIRO E MARÇO/2008 - análise e comentários: o Conselho acusa o recebimento dos Balancetes referentes aos meses de janeiro e fevereiro/2008. Considerando o não recebimento dos documentos referentes ao mês de março, a análise das demonstrações do primeiro trimestre/2008 será realizada na sua próxima reunião.

7. SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA COMPANHIA - posição atualizada das providências de regularização dos imóveis da CASEMG: de acordo com o demonstrativo apresentado, verifica-se o equacionamento da pendência relativa à Unidade de Passos, sendo que todos os demais estão dentro dos prazos estabelecidos para conclusão das providências.

8. COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E DE ENCARGOS SOCIAIS - CERTIDÕES NEGATIVAS OU COMPROVANTES DE RECOLHIMENTO DO MÊS DE MARÇO DE 2008: o Conselho recebeu a Declaração, datada de 01 de abril de 2008, em que a Gerência Financeira e Contábil atesta a quitação, até o dia 31.03.2008, dos tributos, impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e

Rua dos Timbiras, 1754, 14º e 15º andares - Lourdes - Belo Horizonte - MG - CEP: 30140-061
Fone: (31)3272-2883 - Fax: (31)3272-2943 - e-mail: casemg@casemg.com.br - site: www.casemg.com.br

§ 2º m/02



municipais (INSS, FGTS, COFINS, PIS, IRPJ, Taxas de Localização e Funcionamento), inclusive os valores retidos na fonte quando do pagamento de fornecedores, bem como do quadro em que consta a relação de certidões negativas das unidades da Companhia. Foi recebida, também, do Gerente Administrativo e de Recursos Humanos, por meio do OF. 013/08 – GERAH, de 23.4.2008, a Certidão de Regularidade do FGTS, com validade até 22.5.2008 e a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, com validade até 23.8.2008. Após as análises de praxe, foi verificado o vencimento das seguintes certidões: a) Receita Municipal: UAN's Sede Administrativa, Capinópolis, Frutal, Monte Carmelo, Passos e Santa Vitória. Diante do exposto, o Confs recomenda a adoção de providências efetivas por parte dos Gerentes das Unidades mencionadas para obtenção das certidões junto aos órgãos competentes.

9. RELATÓRIO GERENCIAL DA POSIÇÃO ATUALIZADA, ATÉ MARÇO/2008, DOS CRÉDITOS E DÉBITOS DA COMPANHIA, COM DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES A RECEBER E RESPECTIVOS VENCIMENTOS: no que concerne aos créditos da Companhia, os dados apresentados ao Conselho demonstram que persiste um valor a receber de R\$ 157.836,03 – posição em 15/04/2008. Do lado dos débitos, os atrasos da ordem de R\$ 845 mil reais (posição em 31/03/2008) se concentram, segundo informações obtidas, na CEMIG, em fase final de negociação, com vistas ao parcelamento. Esgotados os assuntos, o Presidente do Conselho agradeceu a presença e a participação de todos, dando por encerrada a reunião, da qual eu, Karla Renata França Carvalho, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada por mim e pelos conselheiros presentes. Belo Horizonte, 24 de abril de 2008.

Elias Jacó dos Santos

Cleide Edvirges Santos Laiá

Hugo Vasconcelos

José Carlos de Andrade

Karla Renata França Carvalho
Coordenadora Jurídica

Rua dos Timbiras, 1764, 14º e 15º andares – Lourdes – Belo Horizonte – MG – CEP: 30140-061
Fone: (31) 3272.2880 – Fax: (31) 3272.2943 - e-mail: cosemgo@casemg.com.br - site: www.casemg.com.br

**ATA DA 88ª. REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2008**

Aos trinta dias do mês de maio de 2008, às nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Sede da CASEMG, localizada na Rua dos Timbiras, nº. 1754, 15º andar, em Belo Horizonte/MG, foi realizada a **Octogésima Oitava Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG**, com a presença dos Conselheiros: Elias Jacó dos Santos, na qualidade de Presidente, e representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN; Hugo Vasconcelos e Gustavo Pereira da Silva Filho, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Cleide Edvirges Santos Laia e José Carlos de Andrade, representantes da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Presentes, também, a Coordenadora da Auditoria Interna – AUDIN, Vanda Lúcia Batista, e a Coordenadora Jurídica Karla Renata França Carvalho, esta convidada para secretariar os trabalhos. Sob a nova presidência, foi iniciada a reunião, com a discussão dos assuntos da Pauta, a saber:

1. ANÁLISE DAS SOLICITAÇÕES, RECOMENDAÇÕES E PENDÊNCIAS CONSTANTES DE ATAS ANTERIORES DO CONFIS: 1.1. Analise dos relatórios de Auditoria nºs 04, 05 e 06/2008 a cargo dos Conselheiros Cleide, Hugo e José Carlos (item 2, da Ata da 87ª Reunião do CONFIS): No que se refere ao relatório nº 005, analisado pelo conselheiro Hugo, foi dito que, em vista das informações da Coordenadora de Auditoria que apontam pela regularização de todos os 05 itens, nada tem a acrescentar. Quanto aos relatórios nº 004 e 006, os Conselheiros José Carlos e Cleide informaram que após as justificativas apresentadas pelas respectivas unidades as pendências foram devidamente regularizadas, com exceção do envio das informações pertinentes ao aplicativo SINTEGRA, cuja implementação se dará ao término da safra.

2. ANÁLISE DAS PENDÊNCIAS:

2.1. Oriundas de Relatórios da Auditoria Interna: foi apresentado o quadro de acompanhamento de pendências de relatórios de auditoria interna, onde continua constando apenas o de número 012/07, referente ao contrato de prestação de serviços com a Petrobrás firmado na Unidade de Uberaba/MG. O Conselho solicita que sejam adotadas providências por parte da Empresa no sentido de que haja uma posição formal sobre o assunto por parte da Petrobrás, com a maior brevidade possível. Quanto às demais pendências já foram objeto de comentários nos subitem 1.1;

2.2. Decorrentes das auditorias dos órgãos de controle interno e externo: quanto ao quadro de acompanhamento de pendências decorrentes de auditoria da CGU/MG nº 175423, exercício de 2005, continua a pendência referente a regularização de imóveis, cujo assunto consta do item 8 da pauta da presente reunião.

3. RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA - apresentação ao Conselho Fiscal de novos relatórios: Foram entregues os Relatórios nº 007 e 008/2008, que serão analisados pelo Conselheiro Elias para registro na próxima reunião do Colegiado.

4. LEITURA E APRECIAÇÃO DAS ATAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA EXECUTIVA: Foi recebida pelo CONFIS cópia da ata da 101ª Reunião da Diretoria Executiva. No que se refere ao item 3 que trata do Acordo do pagamento de precatório do Município de Muriaé, o Conselho solicita que após a conclusão dos procedimentos lhe seja dado vistas ao processo.

5. PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS: COMPRAS E CONTRATAÇÕES – Demonstrativo recebido. O Conselho solicita vistas ao processo nº 011/2008, relativo ao Edital nº 004/2008 para análise em sua próxima reunião.

6. PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG – CUSTEIO/INVESTIMENTO: Foi recebido pelo CONFIS o PDG – posição até Abril/2008, onde se verifica que as receitas realizadas até a data, apresenta-se maior que a prevista, e, em alguns itens das despesas houve o extrapolamento do valor executado em relação ao orçado, o que implica na necessidade de compatibilização futura do realizado com a previsão.

7. BALANCETE DE JANEIRO, FEVEREIRO E MARÇO/2008 - análise e comentários: o Conselho acusa o recebimento dos Balancetes referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março/2008. Na análise da Demonstraçao Comparativa de Resultados (31/03/2007 X 31/03/2008), verifica-se uma melhora substancial no Resultado Líquido do período em torno de 50%. O Conselho sugere que seja alterada a titularidade da conta 11104001- Aplicações Financeiras para

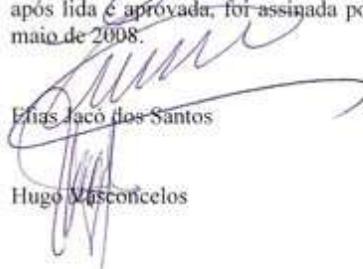
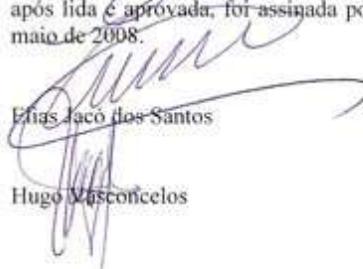
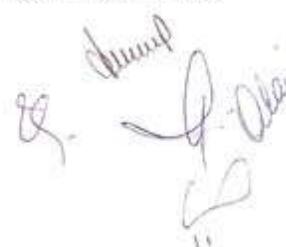
identificação da instituição financeira onde estão sendo aplicados os recursos. No que diz respeito ao valor de R\$ 48.363,95 na conta 33301004 – multas dedutíveis e in dedutíveis, o CONFIS foi informado de que o valor refere-se a auto de infração de multa do Delegacia Regional do Trabalho, constituída em dívida ativa, oriunda de contratação em descumprimento por prazo determinado. Diante do exposto, o Conselho solicita que seja apresentado, em sua reunião, um resumo dos fatos que ensejaram a inscrição na Dívida Ativa e o respectivo pagamento detectado na conta acima mencionada. O Conselho recebeu, ainda nesta data, o Informe Contábil referente ao mês de Abril de 2008, que será analisado juntamente com os meses de maio e junho/2008, na análise do segundo trimestre/2008.

8. SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA COMPANHIA – posição atualizada das providências de regularização dos imóveis da CASEMG: de acordo com o demonstrativo apresentado, verifica-se o equacionamento da pendência relativa à Unidade de Tupaciguara, sendo que todas as demais estão dentro dos prazos estabelecidos para conclusão das providências.

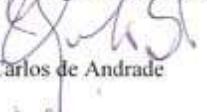
9. COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E DE ENCARGOS SOCIAIS – CERTIDÕES NEGATIVAS OU COMPROVANTES DE RECOLHIMENTO DO MÊS DE MARÇO DE 2008: o Conselho recebeu a Declaração, datada de 27 maio de 2008, em que a Gerência Financeira e Contábil atesta a quitação, até o dia 31.04.2008, dos tributos, impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais (INSS, FGTS, COFINS, PIS, IRPJ, Taxas de Localização e Funcionamento), inclusive os valores retidos na fonte quando do pagamento de fornecedores, bem como do quadro em que consta a relação de certidões negativas das unidades da Companhia. Foi recebida, também, do Gerente Administrativo e de Recursos Humanos, por meio do OF. 014/08 – GERAH, de 28.5.2008, a Certidão de Regularidade do FGTS, com validade até 21.6.2008 e a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, com validade até 23.8.2008. No que se refere ao relatório “Relação de Certidões Negativas” o CONFIS solicita adoção de providências junto aos órgãos competentes (Receita Estadual e Municipal) para regularização das certidões negativas vencidas das Unidades de Armazenagem e Negócios relacionadas.

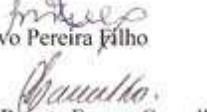
10. RELATÓRIO GERENCIAL DA POSIÇÃO ATUALIZADA, ATÉ ABRIL /2008, DOS CRÉDITOS E DÉBITOS DA COMPANHIA, COM DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES A RECEBER E RESPECTIVOS VENCIMENTOS: no que concerne aos créditos da Companhia, os dados apresentados ao Conselho houve um acréscimo no montante a receber, tendo em vista o aumento significativo do faturamento do mês de abril. Relativo aos débitos, persiste ainda os atrasos de R\$ 845.259,51, valor original, com a CEMIG, em fase de negociação com vistas ao parcelamento.

11. ASSUNTOS GERAIS: Em razão da possibilidade de alteração dos membros do Conselho de Administração e Fiscal a ser realizada em Assembléia Geral Extraordinária no dia 06 de junho do corrente ano os Conselheiros Hugo, Gustavo e José Carlos, fizerem suas considerações finais, agradecendo aos presentes o período em tiveram a oportunidade de desenvolver a atividade ao longo do mandado de conselheiros, não representando um momento de despedidas, visto que todos continuarão interagindo, no dia-a-dia, independentemente de estarem ao não compondo o Conselho. Passada a palavra aos demais e após suas manifestações de agradecimentos, o Eduardo Michel Jeha em nome da Diretora Presidente Dra. Danuza Bias Fortes, enfatizou a parcela de contribuição dada pelos Conselheiros que ao longo de toda a atual gestão balizou o êxito alcançado, até o momento, e as perspectivas de bons resultados financeiros que a Companhia prima atingir no fechamento do exercício de 2008. Esgotados os assuntos, o Presidente do Conselho agradeceu a presença e a participação de todos, dando por encerrada a reunião, da qual eu, Karla Renata França Carvalho, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada por mim e pelos conselheiros presentes. Belo Horizonte, 30 de maio de 2008.


Elias Jacó dos Santos
Hugo Vasconcelos


Cleide Edvirges Santos Iaia


José Carlos de Andrade


Gustavo Pereira Filho


Karla Renata França Carvalho
Coordenadora Jurídica

**ATA DA 89ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL**
REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2008

Aos vinte e sete dias do mês de junho de 2008, às nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Sede da CASEMG, localizada na Rua dos Timbiras, nº. 1754, 15º andar, em Belo Horizonte/MG, foi realizada a Octogésima Nonna Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG, com a presença dos Conselheiros: Elias Jacó dos Santos, na qualidade de Presidente; Manuel Vitorino Sousa Neto e Osvaldo Toller Júnior, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Ricardo Cardoso Alves Meirelles, representante da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Neste ponto, registra-se a ausência justificada da Conselheira Cleide Edvirges Santos Laia. Presentes, também, a Coordenadora da Auditoria Interna – AUDIN, Vanda Lúcia Batista, e o Coordenador Jurídico Gustavo Fagundes Neto, convidado para secretariar os trabalhos. Iniciada a reunião, foram tratados e discutidos os assuntos da Pauta, a saber: 1) - **POSSE DOS NOVOS CONSELHEIROS:** Os Conselheiros tomaram conhecimento da Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 06 de junho de 2008, onde foram eleitos os novos Conselheiros: Manuel Vitorino Sousa Neto, Osvaldo Toller Junior e Ricardo Cardoso Alves Meirelles, para cumprimento de mandato até a próxima Reunião da Assembléia Geral Ordinária em 2009, que tomaram posse mediante assinatura do “Termo de Posse”. Na oportunidade o Diretor-Presidente da CASEMG inicialmente agradeceu a presença de todos, desejando boas vindas aos novos Conselheiros e, com o objetivo de dar uma visão geral sobre a Empresa aos novos Conselheiros apresentou dados históricos sobre a situação econômico-financeira da Empresa; evolução das receitas e despesas acumuladas até a presente data; evolução da força de trabalho; folha de pagamento, bem como os novos objetivos a serem atingidos para melhorar a saúde financeira da Empresa, com destaque para a importância do trabalho desenvolvido pelo Conselho Fiscal no sentido de orientar e direcionar as ações da Diretoria Executiva que em muito tem favorecido o desenvolvimento das atividades da CASEMG. 2) - **ESTABELECIMENTO DE CRONOGRAMA DE REUNIÕES:** Ficou acordado entre os membros do Conselho que inicialmente, as reuniões estarão previstas para toda última sexta-feira de cada mês, podendo ser alterado de acordo com a necessidade e conveniência da maioria dos membros do Conselho. 3) - **ANÁLISE DAS SOLICITAÇÕES, RECOMENDAÇÕES E PENDÊNCIAS CONSTANTES DE ATAS ANTERIORES DO CONFIS:** 3.1) - Análise dos Relatórios de Auditoria nº 007 e 008 2008, a cargo do Conselheiro Elias (item 3, da Ata da 88ª Reunião do CONFIS): No tocante ao relatório de Auditoria Interna nº 007 que trata dos trabalhos realizados na Unidade de Paracatu constata-se o descumprimento de Normas e Procedimentos institucionais por parte da Unidade, merecendo destaque o disposto no item 5.13. Relatório de Supervisão Técnica que informa a existência de 20 toneladas de arroz em estado de conservação de baixo padrão. No Relatório de Auditoria Interna nº 008 que trata dos trabalhos realizados na Unidade de Patos de Minas comprova-se também o descumprimento de Normas e Procedimentos institucionais por parte da Unidade e ocorre o mesmo problema do baixo padrão de conservação de 7 toneladas de arroz. Diante do exposto, o CONFIS solicita que sejam apresentados, na próxima reunião deste Colegiado, os posicionamentos, bem como as providências adotadas pelas respectivas Unidades para solução das impropriedades constatadas. 4) - **ANÁLISE DAS PENDÊNCIAS:** 4.1) - **Oriundas de relatórios da Auditoria Interna:** Tendo em vista que até a presente data não houve manifestação formal da Petrobrás sobre a pendência constante do Relatório de Auditoria nº 012/07 de 05/07/2007 – unidade de Uberaba , referentes aos serviços de braçagem prestados pela CASEMG à Petrobrás, o Conselho reitera a necessidade de se exigir a formalização por parte da Petrobrás quanto à negativa de resarcimento do pagamento da braçagem realizada pela CASEMG, de acordo com o estabelecido no Contrato de Prestação de Serviços . Esgotadas as tratativas administrativas, recomenda que seja reservada a possibilidade de se discutir a pendência em esfera judicial. O Conselho reitera o solicitado no item 3.1 acima e quanto a não transmissão dos dados das Unidades de Unaí e Bonfimópolis de Minas à Secretaria de Estado da Fazenda, via Internet, através do aplicativo SINTEGRA (Sistema Integrado de Informações Sobre Operações Interestaduais Com Mercadorias e Serviços) e solicita que ate 31 de julho seja sanada essa pendência; 4.2) - **Decorrentes das Auditorias dos órgãos de controle interno e externo:** o Conselho recebeu o relatório de pendência de regularização de imóveis e estará acompanhando a solução definitiva dentro do prazo acordado entre a Companhia e a Controladoria Geral da União - CGU. 5) - **RELATÓRIOS**

Rua dos Timbiras, 1754, 14º a 15º andares – Lourdes – Belo Horizonte – MG – CEP: 30140-061
Fone: (31)3272.2883 – Fax: (31)3272.2943 - e-mail: CASEMG@casemg.com.br - site: www.casemg.com.br



DA AUDITORIA INTERNA: APRESENTAÇÃO AO CONSELHO DE NOVOS RELATÓRIOS: O Colegiado recebeu o Relatório nº 009/2008 – Gerência Financeira e Contábil – GEFC, e aguarda a resposta com o posicionamento da área envolvida, para posterior análise e manifestação, na próxima reunião do Colegiado. 6) - LEITURA E APRECIAÇÃO DAS ATAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA EXECUTIVA, DO PERÍODO: O Colegiado tomou conhecimento da Ata 103ª da Diretoria Executiva e a 93ª da Ata do CONSAD, não sendo suscitada nenhuma manifestação. 7) - **PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS: COMPRAS E CONTRATAÇÕES DO PERÍODO:** 7.1) - Análise do Processo nº 011/2008 – Edital nº 004/2008: O Colegiado acusa o recebimento do Processo nº 011/2008 e que deverá ser objeto de análise na próxima reunião juntamente com o processo nº 014/2008, que na oportunidade também foi solicitado. 8) - **PROGRAMA DE DISPÊNDIO GLOBAL – PDG – CUSTEIO/INVESTIMENTO/MAIO 2008:** O Conselho tomou conhecimento do Programa de Dispêndio Global - DICOR - Discriminação das Origens de Recursos e destacou que na avaliação entre orçado e realizado, (demonstrativo acumulado), a rubrica “multas” apresenta o extrapolamento de 1.215,20 %, e em juros pagos incorridos, o extrapolamento de 182,31 %. Tal situação demonstra a necessidade de adoção de providências no sentido de melhorar os critérios de planejamento da despesa, bem como de reprogramação da despesa junto ao DEST para correção das distorções existentes. 9) - **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS MESES DE ABRIL E MAIO 2008:** foi recebido pelo Conselho o informe contábil referente ao mês de maio de 2008 e após a sua análise, o Conselho solicitou algumas informações/esclarecimentos sobre o funcionamento de diversas contas que deverão ser fornecidas pela área Contábil na próxima reunião. 10) - **SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA COMPANHIA: POSIÇÃO ATUALIZADA DAS PROVIDÊNCIAS DE REGULARIZAÇÃO DOS IMÓVEIS DA CASEMG:** O CONFIS registrou o recebimento das informações sobre imóveis com pendências de regularização e, tendo em vista que não houve nenhuma alteração em relação à posição anterior, mas se encontra dentro do prazo estabelecido, nada destacou. 11) - **COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES FISCAIS E DE ENCARGOS SOCIAIS – CERTIDÕES NEGATIVAS OU COMPROVANTES DE RECOLHIMENTO DO MÊS DE MAIO DE 2008:** No que se refere aos pagamentos de Obrigações, foi apresentada ao Conselho, a Declaração, datada de 27 de junho de 2008, que apresenta em algumas Unidades de Armazenagem e Negócios “pendência” (Receita Estadual da Sede Administrativa e Paracatu) e, no que diz respeito ao FGTS o Colegiado tomou conhecimento do Ofício 019 de 26 de junho de 2008, da Gerência de Recursos Humanos, onde a Empresa informa que o documento já foi providenciado junto a Caixa Econômica Federal - CEF. 12) - **RELATÓRIO GERENCIAL DA POSIÇÃO ATUALIZADA (MAIO 2008), DOS CRÉDITOS E DÉBITOS DA COMPANHIA :** Na análise do relatório de Créditos da Companhia foi constatada a existência de vários direitos oriundos de armazenagem, sendo que a CASEMG informou que nesse caso existe garantia para o armazeador no sentido de reter a mercadoria, conforme a Lei de Armazenagem, em caso de inadimplência, conforme estabelece a lei nº 9.973/00 e Decreto 1.102/1903. Quanto ao Demonstrativo de Contas a Pagar, o Conselho sugere que as informações sejam fornecidas de forma detalhada, especificamente quanto ao prazo de vencimento para realização dos pagamentos. 13) - **OUTROS ASSUNTOS:** O Conselho tomou conhecimento do Acôrdão nº 1.866/2008 que trata da TC 0165922007-8 e solicita esclarecimentos sobre os apontamentos do referido instrumento. Esgotados os assuntos, o Presidente do Conselho agradeceu a presença e a participação de todos, dando por encerrada a reunião, da qual eu, Gustavo Fagundes Neto, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada por mim e pelos conselheiros presentes. Belo Horizonte, 27 de junho de 2008.

Manuel Vitorino Sousa Neto

Elias Jacó dos Santos

Ricardo Cardoso Alves Meirelles

Osvaldo Toller Junior

Gustavo Fagundes Neto
Coordenador Jurídico

Rua dos Timbiras, 1754, 14º e 15º andares – Lourdes – Belo Horizonte – MG – CEP: 30140-061
Fone: (31)3272.2883 – Fax: (31)3272.2943 - e-mail: casemg@casemg.com.br - site: www.casemg.com.br

**ATA DA 90ª. REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 25 DE JULHO DE 2008**

Aos vinte e cinco dias do mês de julho de 2008, às nove horas, na Sala de Reuniões da Sede da CASEMG, localizada na Rua dos Timbiras, nº. 1754, 15º andar, em Belo Horizonte/MG, foi realizada a **Nonagésima Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG**, com a presença dos Conselheiros: Elias Jacó dos Santos, na qualidade de Presidente, Manuel Vitorino Sousa Neto e Osvaldo Toller Júnior, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Ricardo Cardoso Alves Meirelles e Cleide Edwirges Santos Laia, representantes da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Foram convidados a participar da reunião, a Coordenadora da Auditoria Interna – AUDIN, Sra. Vanda Lúcia Batista e o Coordenador Jurídico Gustavo Fagundes Neto, para secretariar os trabalhos. Foram tratados e discutidos os assuntos da Pauta, a saber: **1) - ANÁLISE DAS SOLICITAÇÕES, RECOMENDAÇÕES E PENDÊNCIAS CONSTANTES DE ATAS ANTERIORES DO CONFIS: 1.1) ANÁLISE DO POSICIONAMENTO DAS UNIDADES DE PARACATU E PATOS DE MINAS SOBRE OS RELATÓRIOS DE AUDITORIA N°S 007 E 008/2008.** Foram recebidas pelo Conselho Fiscal as respostas enviadas pelas Unidades de Armazenagem e Negócios de Paracatu e Patos de Minas referentes aos relatórios da Auditoria Interna mencionados, onde consta a informação de que foram atendidas e sanadas as pendências apontadas por esse. **1.2) - Análise do Relatório de Auditoria nº 009 (item 5 da 89ª Ata do CONFIS);** Foi recebida pelo CONFIS a resposta encaminhada pela Gerência Financeira e Contábil – GEFIC (CI-GEFIC nº 014/2008, de 23/07/2008) referente ao Relatório de Auditoria nº 009/2008 que avaliou o cumprimento das determinações previstas nas instruções normativas, nos controles internos e nas disposições legais, no 1º Trimestre de 2008. Após serem analisados e esclarecidos os questionamentos feitos, o Conselho sugeriu que a Auditoria Interna elabore relatório consolidado por área auditada onde conste todo andamento do processo de auditoria (do inicio até a sua conclusão), tais como: **a) - as constatações/impropriedades detectadas na área auditada; b) - As recomendações/solicitações de providencias feitas à Unidade; c) - o posicionamento da Unidade Auditada sobre as constatações/recomendações (a e b); d) - posição sobre o andamento das providências adotadas; e) - análise e avaliação das providências adotadas pela área auditada e f) - estabelecimento/acompanhamento de prazos para conclusão das providências pendentes.** Recomendou ainda, que as providências a serem adotadas pelas Unidades de Armazenagem e Negócios, que impliquem em prazo para serem sanadas sejam efetivamente acompanhadas o cumprimento do referido prazo pela auditoria interna. **1.3) - Esclarecimento sobre o acórdão 1866 – TCU, conforme item 13 da ATA da reunião anterior:** Foi recebida pelo CONFIS a Nota Técnica da AUDIN nº 003/2008, em que essa manifestou acerca dos apontamentos daquele Tribunal relativos: a inexistência do parecer jurídico e impropriedades na execução do contrato com a fundação CONESUL de desenvolvimento – FCD relativo ao pregão nº 001/2005. O Conselho foi ainda informado, terem sido atendidas todas as recomendações, bem como informadas as providências adotadas à Controladoria Geral da União-CGU. **2) - ANÁLISE DAS PENDÊNCIAS: 2.1) - Oriundas de relatórios da Auditoria Interna.** O Conselho acusa o recebimento do Relatório e tendo sido informado de que no caso da Petrobrás (Unidade de Uberaba) foram frustradas as expectativas das tratativas administrativas para o resarcimento à CASEMG, registra a necessidade de se levar o assunto ao Conselho de Administração para que seja avaliada a possibilidade de ajuizamento de ação de cobrança para reaver os valores nos termos contratuais. **2.2) - Decorrentes das auditorias dos órgãos de controle interno e externo:** o Conselho recebeu o relatório de pendência de regularização de imóveis e estará acompanhando a



solução definitiva dentro do prazo acordado entre a Companhia e a Controladoria Geral da União - CGU.

3) - RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA: APRESENTAÇÃO AO CONSELHO DE NOVOS RELATÓRIOS: O Conselho recebeu o relatório de Auditoria Interna nº 010/2008 de 23/07/2008, referente aos trabalhos realizados na Unidade de Armazenagem e Negócios de Patrocínio e o de nº 011/2008 de 23/07/2008, referente aos trabalhos realizados na Unidade de Armazenagem e Negócios de Monte Carmelo, cujas análises serão efetuadas na próxima reunião, após o recebimento das referidas respostas enviadas pelas Unidades auditadas.

4) - LEITURA E APRECIAÇÃO DAS ATAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Nesta data não foi apresentada ao CONFIS Ata de reunião do CONSAD.

5) - LEITURA E APRECIAÇÃO DAS ATAS DA DIRETORIA EXECUTIVA: O Colegiado tomou conhecimento da Ata 104ª da Diretoria Executiva e, compartilha com o posicionamento sobre a necessidade de uma reestruturação da Empresa, objeto dos itens 5) e 8), em razão da falta de estrutura observada por exemplo nas áreas: Jurídica, Auditoria e Contábil/Financeira. Sugeriu, face a realidade de manutenção do quadro funcional, seja analisada a possibilidade de estabelecimento de um prazo mais exiguo do que inicialmente proposto, para efetiva implantação do novo Plano de Cargos e Salários, sugerindo ainda, concomitantemente à elaboração de um novo PCS, redimensionamento nas Áreas Jurídica e de Auditoria Interna, no intuito iminente de se evitar comprometimentos no desenvolvimento das atividades essenciais das respectivas áreas e minimizar os riscos.

6) - PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS: COMPRAS E CONTRATAÇÕES DO PERÍODO: Foi recebido pelo Conselho o relatório de procedimentos licitatórios de compras e contratações - 2008, posição atualizada em 24/07/2008.

6.1) - Análise do Processo nº 011/2008 – Edital nº 004/2008: O Colegiado recebeu o processo nº 011/2008, devidamente acompanhado pelo parecer da auditoria interna, datado de 24/07/2008, e constatou estarem preenchidos os requisitos exigidos pela lei 8666/93, lei 10.520/2002 e os decretos 3555/2000 e 5450/2005. Analisando o referido processo, o Conselho registra a observância dos aspectos legais, e para maior aprimoramento, a necessidade de se observar os aspectos formais estabelecidos na lei 8666/93, quanto a formalização de autuação dos procedimentos, sugerindo ainda que o Parecer jurídico esteja presente após a elaboração do edital, bem como quando da adjudicação do mesmo, além da manifestação através de chancela no contrato a ser firmado, conforme já se verifica.

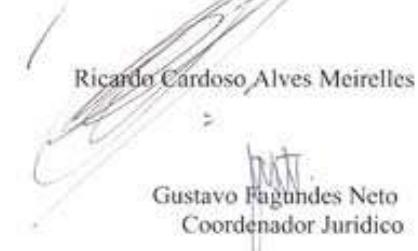
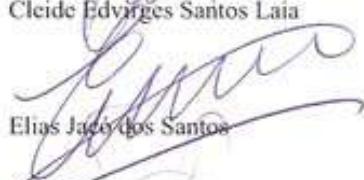
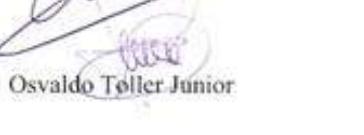
6.2) - Análise do Processo nº 014/2008: O Conselho recebeu processo nº 014/2008, devidamente acompanhado pelo Parecer da auditoria interna, datado de 24/07/2008, em que constatou estarem preenchidos os requisitos legais exigidos pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002 e os Decretos nº 3555/2000 e nº 5450/2005, analisando o referido procedimento licitatório, o Conselho registra a observância dos aspectos legais e a necessidade de se obedecer os aspectos formais estabelecidos na Lei nº 8.666/93, quanto a formalização de autuação dos processos, registrando ainda que o parecer jurídico se faz necessário estar presente após a elaboração do edital, bem como quando da adjudicação do mesmo, além da manifestação através de chancela no contrato a ser firmado, conforme já se verifica.

7) - PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS – PDG – CUSTEIO INVESTIMENTO JUNHO 2008: O Colegiado tomou conhecimento do Programa de Dispêndios Globais - DICOR - Discriminação das Origens de Recursos que na análise e avaliação comparativa entre orçado e realizado acumulado, registra uma considerável evolução das receitas, em especial as operacionais e no caso das despesas observa-se um extrapolação em diversos itens, que será objeto de ajuste quando da reprogramação orçamentária junto ao DEST.

8) - ANÁLISE DOS BALANÇETES E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO 2º TRIMESTRE/2008: O Conselho registra o recebimento do demonstrativo "Informe Contábil" de junho /2008 e informa que se manifestará na próxima reunião, quando deverá ser apresentada Notas Explicativas da Área Contábil, juntamente com o Parecer da Auditoria Interna sobre a análise do 2º trimestre/2008. Recomendou ainda que os Balanços e Demonstrações trimestrais, quando encaminhadas ao CONFIS para análise e



manifestação, deverão estar acompanhadas do sugerido. 9) - **SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA COMPANHIA: POSIÇÃO ATUALIZADA DAS PROVIDÊNCIAS DE REGULARIZAÇÃO DOS IMÓVEIS DA CASEMG:** Foram recebidas pelo Conselho as informações sobre a situação dos imóveis com pendências de regularização, posição atualizada até julho de 2008 e nada destacou, visto que se encontra dentro do prazo anteriormente estabelecido.10) - **COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES FISCAIS E DE ENCARGOS SOCIAIS – CERTIDÕES NEGATIVAS OU COMPROVANTES DE RECOLHIMENTO DO MÊS DE JUNHO DE 2008:** Foi apresentada ao Conselho, declaração , datada de 23 de julho de 2008, na qual não consta certidões vencidas.11) - **RELATÓRIO GERENCIAL DA POSIÇÃO ATUALIZADA (JUNHO 2008), DOS CRÉDITOS E DÉBITOS DA COMPANHIA, COM DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES A RECEBER E RESPECTIVOS VENCIMENTOS:** Quanto ao relatório de Contas a Pagar, no que se refere à análise do item 2.1.4.01- Obrigações Com Pessoal, o Conselho recomenda a um melhor detalhamento das obrigações, com destaque para os valores provisionados a serem pagos no mês subsequente. Registra ainda a necessidade de melhoramento quanto ao nível de detalhamento das demais contas. Quanto a observação número 3, registrada no quadro dos "Créditos Em Aberto", posição 19/07/2008, que trata da existência de débitos junto ao Banco do Brasil em processo que tramita na comarca de Buritis, o Conselho sugere a utilização das vias administrativas para solução e não sendo possível, seja impetrada ação própria. 12) - **POSICIONAMENTO SOBRE A UTILIZAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL- SPED PELAS UNIDADES DA CASEMG.** Através da Nota Técnica nº001/2008 da GEFIC o Conselho foi informado que a CASEMG agendou curso para conhecimento do SPED para funcionários e que até o final do ano a Empresa iniciará o processo de adequação ao Sistema. 13) - **ASSUNTOS GERAIS:** 13.1) O Conselheiro representante do Tesouro Nacional deu conhecimento aos demais Conselheiros do encaminhamento do Ofício 6097;STN;COREF/ GEFIS, de 03 de junho de 2008, bem como da resposta enviada pela Cia, via Ofício nº 051/2008/PRESI, de 09 de julho 2008. Os referidos Ofícios tratam de solicitações de informações feitas pela Secretaria do Tesouro Nacional à CASEMG através do seu representante. 13.2) O Conselho definiu a data de 22 de agosto de 2008, para a realização da próxima reunião. Esgotados os assuntos, o Presidente do Conselho agradeceu a presença e a participação de todos, dando por encerrada a reunião, da qual eu, Gustavo Fagundes Neto, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada por mim e pelos conselheiros presentes, Belo Horizonte, 25 de julho de 2008.


Manuel Vitorino Sousa Neto
Ricardo Cardoso Alves Meirelles
Cleide Edvirges Santos Laia
Gustavo Fagundes Neto
Coordenador Jurídico
Elias Jardim dos Santos
Osvaldo Toller Junior

**ATA DA 91^a. REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2008**

Aos vinte e dois dias do mês de agosto de 2008, às onze horas, na Sala de Reuniões da Sede da CASEMG, localizada na Rua dos Timbiras, nº. 1754, 15º andar, em Belo Horizonte/MG, foi realizada a **Nonagésima Primeira Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG**, com a presença dos Conselheiros: Elias Jacó dos Santos, na qualidade de Presidente, Manuel Vitorino Sousa Neto e Osvaldo Toller Júnior, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Ricardo Cardoso Alves Meirelles e Cleide Edwirges Santos Laia, representantes da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Foram convidados a participar da reunião, a Coordenadora da Auditoria Interna – AUDIN, Vanda Lúcia Batista e o Coordenador Jurídico, Gustavo Fagundes Neto, para secretariar os trabalhos. Foram tratados e discutidos os assuntos da Pauta, a saber: **1) - ANÁLISE DAS SOLICITAÇÕES, RECOMENDAÇÕES E PENDÊNCIAS CONSTANTES DE ATAS ANTERIORES DO CONFIS:** No que se refere às recomendações, o CONFIS observou que a sugestão de adequação do relatório de Auditoria Interna foi acatada pela Companhia, mediante análise das informações constantes dos relatórios referentes às unidades de Patrocínio e Monte Carmelo onde consta as seguintes informações: 1 - Trabalhos Realizados; 2 - Justificativas da Unidade Auditada; 3 - Posicionamento da Auditoria e 4 - Considerações Finais. No que diz respeito ao item 5.6 - Processo de Compras, o CONFIS constatou a necessidade de que sejam feitos maiores esclarecimentos quanto às aquisições diretas em ambos relatórios. **1.1) - Análise do posicionamento das Unidades de Paracatu e Patos de Minas sobre os relatórios de auditoria nº's 007 e 008/2008:** Foram recebidas pelo Conselho Fiscal as respostas enviadas pelas Unidades de Armazenagem e Negócios de Paracatu e Patos de Minas referentes aos relatórios da Auditoria Interna, onde consta a informação de que foram atendidas e sanadas as pendências apontadas pela AUDIN nessas unidades; **1.2) - Análise do Relatório de Auditoria nº 009 (item 5 da 89^a Ata do CONFIS):** Foi recebida pelo CONFIS a resposta encaminhada pela Gerência Financeira e Contábil – GEFIC (CI-GEFIC nº 014/2008, de 23/07/2008) referente ao Relatório de Auditoria nº 009/2008 que avaliou o cumprimento das determinações previstas nas Instruções Normativas, nos controles internos e nas disposições legais, no 1º Trimestre de 2008. Portanto, foram atendidas todas as recomendações constantes da ata anterior; **1.3) - Análise dos Relatórios de Auditoria nº's 010 e 011/2008 (item 3 da 90^a Ata do CONFIS):** Foram recebidos pelo Conselho Fiscal os relatórios de Auditoria Interna nº's 010 e 011/2008 onde constam os posicionamentos das Unidades de Armazenagem e Negócios de Patrocínio e de Monte Carmelo respectivamente. No se refere à **Unidade de Patrocínio** o CONFIS verificou no relatório que alguns normativos básicos instituídos pela Companhia não estão sendo cumpridos pelo Gerente Responsável pela Unidade, como por exemplo: **a) - no item 5.5. Notas Fiscais de Entrada** – conta o descumprimento de normas referentes à emissão e escrituração das notas fiscais; **b) - no item 5.6. Processos de Compras** consta que: **b.1)** - a empresa vencedora, na qual foi feita a aquisição de chapas não enviou a "Proposta Comercial" assinada; **b.2)** - a coleta de preços foi efetuada por telefone.; **b.3)** - no caso do Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico, as propostas apresentadas não continham o mesmo objeto; **b.4)** - na aquisição de Materiais e Serviços - houve o preenchimento indevido em todos os processos de Solicitação de Compras e Serviços; **c) - no item 5.9 – Contrato de Depósito** - a comprovação de existência de clientes depositantes de mercadorias na Unidade, sem



a formalização de contratos de depósitos que estabeleça a relação comercial entre as partes. No tocante à **Unidade de Monte Carmelo** CONFIS também constatou no relatório que alguns normativos básicos instituídos pela Companhia não estão sendo cumpridos pelo Gerente Responsável pela Unidade, como por exemplo: **a)** - no item 5.6. Mapa de Coleta de Preços - consta a informação de que nos processos de aquisição de materiais e serviços não houve o procedimento de coleta de preços; **b) - no item 5.8. Jornada de Trabalho** - registra a existência de funcionários, que durante um determinado período, cumpria jornada de trabalho de 7 (sete) horas diárias sem intervalo para repouso e alimentação, contrariando o disposto no Art. 71 da CLT, o que pode futuramente pode gerar passivo trabalhista para a Companhia; **c) - no item 5.9. Contratação de Braçagistas** - consta a comprovação de falhas nos controles internos da Unidade, principalmente com relação aos horários de entrada e saída e no controle e pagamento de horas extras dos trabalhadores avulsos. Diante do exposto, apesar de constar dos referidos relatórios que as referidas Unidades, em alguns casos, já adotaram e em outros, passarão a adotar os procedimentos dentro das normas existentes, o CONFIS, com o objetivo de melhorar o nível e a capacidade técnica dos gerentes das unidades da Companhia, recomenda que seja feito um estudo técnico sobre as reais necessidades de cada unidade, principalmente no tocante a estrutura, pessoal, treinamento e capacitação.

2) - ANÁLISE DAS PENDÊNCIAS:

2.1) - Oriundas de relatórios da Auditoria Interna. O Conselho acusa o recebimento do Relatório "Acompanhamento de Pendências decorrentes de Relatórios de Auditoria Interna", que após analisado, verificou a permanência da pendência relacionada ao Contrato de Prestação de Serviços com a Petrobrás. Tendo em vista a ausência de definição, o CONFIS foi informado que como última tentativa de solucionar a referida pendência, será viabilizada a formalização de absorção do débito atualmente existente nas parcelas vincendas, referente ao contrato que ainda encontra-se em vigor. No entanto, o CONFIS entende que, caso não seja possível concretizá-lo, restará por fim apenas discussão judicial acerca do débito em aberto.

2.2) - Decorrentes das auditorias dos órgãos de controle interno e externo: O Conselho recebeu o relatório de pendência de regularização de imóveis e estará acompanhando a solução definitiva dentro do prazo acordado entre a Companhia e a Controladoria Geral da União - CGU.

3) - RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA: APRESENTAÇÃO AO CONSELHO DE NOVOS RELATÓRIOS: O Conselho recebeu o relatório de Auditoria Interna nº 012/2008 de 19/08/2008, referente aos trabalhos realizados na Unidade de Armazenagem e Negócios de Capinópolis, cuja análise será efetuada na próxima reunião deste Colegiado.

4) - LEITURA E APRECIAÇÃO DAS ATAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Foi recebida pelo Conselho Fiscal, cópia da 94º Ata do Conselho de Administração da Empresa – CONSAD, que nada destacou.

5) - LEITURA E APRECIAÇÃO DAS ATAS DA DIRETORIA EXECUTIVA; nesta data, não foi apresentada ao Conselho Fiscal nenhuma ata referente à realização de reunião da Diretoria Executiva da Companhia.

6) - PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS: COMPRAS E CONTRATAÇÕES DO PERÍODO: Foi recebido pelo Conselho o relatório de "Procedimentos Licitatórios de Compras e Contratações – 2008", posição atualizada em 21/08/2008, ocasião esta em que foi solicitado que os Processos Licitatórios de nº 18 e 20, sejam disponibilizados para análise e apreciação pelo CONFIS, na próxima reunião.

7) - PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS – PDG – CUSTEIO INVESTIMENTO JULHO 2008: O Colegiado tomou conhecimento do Programa de Dispêndios Globais - DICOR - Discriminação das Origens de Recursos que na análise e avaliação comparativa entre orçado e realizado acumulado, registra uma considerável evolução das receitas, com tendência de alta, em especial as operacionais e no caso das despesas observa-se a continuidade de extrapolação em diversos itens, que segundo a Companhia, será objeto de ajuste quando da reprogramação orçamentária junto ao DEST.



8) - ANÁLISE DOS BALANCETES E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO 2º TRIMESTRE/2008. O Conselho registra o recebimento do demonstrativo "Informe Contábil" de junho /2008 e informa que, tendo em vista a informação de que houve alteração nos balancetes e demonstrações do referido período, se manifestará na próxima reunião, quando deverá ser apresentado: a) – novos balancetes e demonstrações e b) – as Notas Explicativas da Área Contábil, juntamente com o Relatório e Parecer Auditoria Interna sobre a análise do 2º trimestre/2008. O CONFIS reitera a recomendação de que os Balancetes e Demonstrações trimestrais, quando encaminhadas ao CONFIS para análise e manifestação, deverão estar sempre acompanhadas das informações constantes do item b acima.

9) - SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA COMPANHIA: POSIÇÃO ATUALIZADA DAS PROVIDÊNCIAS DE REGULARIZAÇÃO DOS IMÓVEIS DA CASEMG: Foram recebidas pelo Conselho as informações sobre a situação dos imóveis com pendências de regularização, posição atualizada até julho de 2008 e nada destacou, visto que se encontra dentro do prazo anteriormente estabelecido.

10) - COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES FISCAIS E DE ENCARGOS SOCIAIS – CERTIDÕES NEGATIVAS OU COMPROVANTES DE RECOLHIMENTO DO MÊS DE JULHO DE 2008: Foi apresentada ao Conselho, declaração , datada de 22 de agosto de 2008, na qual a Gerência Administrativa e de Recursos Humanos, informa que a Certidão de Regularidade do FGTS, encontra-se com pendência, em razão da notificação nº 505453720, referente a possíveis divergências nos recolhimentos dos anos 1992 a 2003. Para tanto, foi solicitado o extrato consolidado da CEF, em que se verificou tratar de débitos alusivos a prestação de serviços terceirizados de braçagem em várias Unidades. Por se tratar de período superior a 10 anos, a área informou ainda que será necessário maior tempo para análise dando como prazo máximo de previsão de conclusão de 60 dias. Quanto à declaração das certidões referentes aos tributos Federais, Estaduais e Municipais, datada de 21/08/2008, encontram-se todos quitados.

11) - RELATÓRIO GERENCIAL DA POSIÇÃO ATUALIZADA (JULHO 2008), DOS CRÉDITOS E DÉBITOS DA COMPANHIA, COM DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES A RECEBER E RESPECTIVOS VENCIMENTOS: Foi apresentado ao CONFIS a posição de contas a pagar - passivo – GEFIC, com a discriminação de rubricas contábeis, referentes: Fornecedores; Obrigações Fiscais; Obrigações com Pessoal; Obrigações com Terceiros; Parcelamento Refis (CP); Parcelamento CEMIG, Provisionamento de Acordos Trabalhistas; Refis (LP) e Provisão ISSQN e IPTU Frutal. Foi Apresentado ainda o Resumo dos Créditos em Aberto - GEFIC, posição em 19/08/2008, no montante de R\$ 677.182,84, cujos vencimentos variam entre 29 e 180 dias.

12) - POSIÇÃO ATUALIZADA DOS INADIMPLENTES INSCRITOS NO CADIN. Foi solicitado pelo Conselho Fiscal que fosse apresentado na próxima reunião do Colegiado, o posicionamento do Departamento Jurídico da Companhia sobre a aplicabilidade da norma que trata da inserção dos devedores inadimplentes no referido cadastro.

13) - OFÍCIO CIRCULAR STN/GEFIC/COREF nº 33. No que se refere às solicitações de informações efetuadas pela Secretaria do Tesouro Nacional por intermédio do referido Ofício, foi apresentado ao CONFIS, Nota Técnica nº 007/2008 da Auditoria Interna, em que essa manifestou sobre as repercussões que as mudanças introduzidas pela Lei 11.638/2007, podem provocar no resultado operacional da Companhia e esclareceu que o assunto será objeto de novos estudos e aprofundamento, após a definição, por parte da CVM e CFC, de normas, metodologias e alguns critérios a serem utilizados. Diante do exposto, o Conselho solicita que ao final dos estudos seja informado sobre o real impacto das mudanças na Companhia.

14) -ASSUNTOS GERAIS: Esgotados os assuntos, o Presidente do Conselho agradeceu a presença e a participação de todos.



dando por encerrada a reunião, da qual eu, Gustavo Fagundes Neto, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada por mim e pelos conselheiros presentes. Belo Horizonte, 22 de agosto de 2008.

Manuel Vitorino Sousa Neto

Ricardo Cardoso Alves Meirelles

Cleide Edviges Santos Laia

Gustavo Fagundes Neto
Coordenador Jurídico

Elias Jacó dos Santos

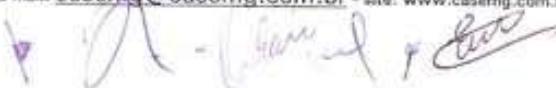
Osvaldo Toller Junior



**ATA DA 92^a. REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2008**

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de 2008, às onze horas, na Sala de Reuniões da Sede da CASEMG, localizada na Rua dos Timbiras, nº. 1754, 15º andar, em Belo Horizonte/MG, foi realizada a Nonagésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG, com a presença dos Conselheiros: Elias Jacó dos Santos, na qualidade de Presidente, Manuel Vitorino Sousa Neto e Osvaldo Toller Júnior, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Ricardo Cardoso Alves Meirelles e Cleide Edwirges Santos Laia, representantes da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Foram convidados a participar da reunião, a Coordenadora da Auditoria Interna – AUDIN, Vanda Lúcia Batista e o Coordenador Jurídico, Gustavo Fagundes Neto, para secretariar os trabalhos. Foram tratados e discutidos os assuntos da Pauta, a saber: **1) - ANÁLISE DAS SOLICITAÇÕES, RECOMENDAÇÕES E PENDÊNCIAS CONSTANTES DE ATAS ANTERIORES DO CONFIS:** Após analise geral, a Ata da 91^a Reunião do Confis foi assinada sem nenhuma alteração. **1.1) Análise do relatório de Auditoria Interna nº 012/08 (Capiitólio):** em relação ao item 5.4.2, do presente relatório, o Conselho recomendou que os recibos de pesagem avulsa sejam emitidos em consonância com as Instruções Normativas específicas para tal procedimento. No que se refere aos itens 5.7.1 e 5.9.1, o CONFIS, também recomendou a adequação aos Normativos da Companhia e solicitou que os Gerentes sejam advertidos da necessidade de comprometimento no exercício da gerência, sob pena de aplicação de medidas administrativas e disciplinares. **1.2) - Análise dos Processos Licitatórios nº's 018 e 020:** O Conselho acusou o recebimento dos referidos processos, e após minuciosa análise, sugeriu que fossem analisadas as seguintes adequações: 1) - Apensar o Termo de Referência ao Processo Licitatório; 2) - Quando da justificativa da necessidade de aquisição de bens e serviços, esta seja feita com maior detalhamento, de forma a reforçar a lisura e a transparência nas aquisições; 3) - Fazer menção da disponibilidade dos recursos (natureza da despesas), no termo de referência; 4) - Seguir criteriosamente os atos de adjudicação e homologação, respeitando a legitimidade para cada ato, conforme preceita a legislação vigente de acordo com cada modalidade licitatória, 5) - No ato de adjudicação, ao elaborar o parecer jurídico seja apontado por meio de "check list" o cumprimento dos requisitos da lei, 6) - Que o Parecer Jurídico não delineie esfera técnica do certame; 7) - Quando da solicitação de prorrogação no prazo de entrega de bens, haja manifestação do Jurídico da sua viabilidade ou não. 8) - Quanto aos Atestados de Capacidade Técnica, que seja ampliada a exigência de qualidade e não de quantidade. A título de simplificação de procedimentos de conferências de documentação e certidões exigidas nos Editais, o Conselho recomendou que fosse estudada a possibilidade de utilização do SICAF, o que facilitaria consideravelmente as consultas e consequentemente reduziria o tempo de abertura e conclusão dos procedimentos licitatórios da Cia. **1.3) - Posição Atualizada dos Inadimplentes inscritos no CADIN –** o CONFIS acusou o recebimento do Parecer da Assessoria Técnica Comercial/Jurídica n. 048/2008., em que a atual Coordenação corrobora com o entendimento consubstanciado no Parecer n. 07/2005, em que a CASEMG pode incluir seus devedores no Cadastro Informativo de Créditos, bem como foi informado, tanto pela auditoria quanto pela Diretoria Administrativa e Financeira que atualmente não existem débitos que poderiam ser objeto de registro no referido cadastro. E se por ventura, ocorrerem débitos dentro dos limites estabelecidos, a Cia utilizará da prerrogativa de efetuar o registro do devedor nos moldes constantes na Lei n. 10.522/2002. **1.4) - Análise dos Balancezes e Demonstrações Contábeis do 2º trimestre/2008 (Notas Explicativas e Relatório da AUDIN)** – O Colegiado analisou o Balanceze e o conjunto de Demonstrações Contábeis referentes

Rua dos Timbiras, 1754, 14º e 15º andares - Lourdes - Belo Horizonte - MG - CEP: 30140-061
Fone: (31)3272.2883 - Fax: (31)3272.2943 - e-mail: casemg@casemg.com.br - site: www.casemg.com.br





ao 2º trimestre/2008 – e verificou que os mesmos encontram-se em conformidade com os princípios geralmente aceitos. No que se refere às Demonstrações de Resultado, o CONFIS verificou que em razão da melhoria consubstancial nas receitas de “Serviços de Armazenagem e Depósito”, o Resultado Acumulado do Exercício é positivo. 2) - **ANÁLISE DAS PENDÊNCIAS:** 2.1) - **Oriundas de relatórios da Auditoria Interna.** O Conselho acusa o recebimento do Relatório “Acompanhamento de Pendências decorrentes de Relatórios de Auditoria Interna”, que após analisado, verificou-se a permanência da pendência relacionada ao Contrato de Prestação de Serviços com a Petrobrás. Tendo em vista haver manifestação da Petrobrás, no sentido que todas as obrigações foram cumpridas com a CASEMG, e considerando ter sido apresentado por ela, documento comprovando que à época tanto a Diretoria Operacional, quanto o Núcleo Operacional da Companhia, declararam não haver nenhuma pendência de débitos com a Petrobrás, o Colegiado sugeriu análise desses documentos emitidos pela Cia, pela equipe de Auditoria Interna, juntamente com um membro da Assessoria Jurídica, para fins de conclusão se realmente são devidos ou não. O Conselho registrou, ainda que os itens 5.11, 5.12 e 5.13 do relatório serão acompanhados, tendo em vista os prazos estabelecidos, devendo desta feita, a Auditoria manter o Conselho informado sobre o assunto. Quanto ao item 5.1.3, o CONFIS recomendou que seja atualizada a informação jurídica. Já o item 4.1.5, o Conselho irá acompanhar a resolução. Em relação ao item 5.2.1 que se refere a compensação de impostos, o CONFIS recomendou que os controles sejam intensificados no sentido de não ocorrer pagamentos em duplicidade ou a menor. No que tange os itens 5.2.2, 5.2.3 o Conselho recomenda que as elaborações dos Balancetes deverão ser precedidas das efetivas conciliações das contas. 2.2) - **Decorrentes das Auditorias dos órgãos de Controle Interno e Externo:** o Conselho recebeu o Relatório de Pendência de Regularização de Imóveis e estará acompanhando a solução definitiva dentro do prazo acordado entre a Companhia e a Controladoria Geral da União- CGU. O CONFIS foi ainda informado que a pendência referente ao imóvel de Frutal, consta-se sanada, visto ter sido apresentado pela Cia documento assinado pelo representante legal daquele em que foi firmado acordo para fins de regularização dos débitos e créditos reciprocos. 3) - **RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA: APRESENTAÇÃO AO CONSELHO DE NOVOS RELATÓRIOS:** O Conselho recebeu os relatórios de Auditoria Interna nº 013, 014 e 15/2008. No caso desse último, verifica-se que as variações de percentuais mais relevantes resultaram, principalmente, pelo aumento do faturamento de algumas Unidades. 4) - **LEITURA E APRECIAÇÃO DAS ATAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** O Conselho acusa o recebimento da 95º Ata de Reunião do CONSAD, e nada registrou. Quanto à Ata de Reunião nº 96, no que se refere ao item 6, o Conselho registra que a redução da estrutura administrativa da Companhia, além de trazer benefícios do ponto de vista econômico-financeiro, está mais compatível com o volume de receita gerada pela atividade econômica da Companhia. Havendo uma alteração substancial do cenário econômico atual para melhor e a definição quanto a privatização ou não da CASEMG, naturalmente implicaria na necessidade de uma reestruturação organizacional da companhia. 5) - **LEITURA E APRECIAÇÃO DAS ATAS DA DIRETORIA EXECUTIVA;** O Conselho acusa o recebimento da 106º Ata de Reunião da Diretoria Executiva, e nada registrou. 6) - **PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS: COMPRAS E CONTRATAÇÕES DO PERÍODO:** Foi recebido pelo Conselho o relatório de procedimentos licitatórios de compras e contratações - 2008, posição atualizada em 25/09/2008, e nada registrou. 7) - **PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS – PDG – CUSTEIO INVESTIMENTO AGOSTO 2008:** O Colegiado tomou conhecimento do Programa de Dispêndios Globais - DICOR - Discriminação das Origens de Recursos que na análise e avaliação comparativa entre orçado e realizado acumulado, registra que em razão da reprogramação ocorrida em setembro, as distorções foram ajustadas. 8) - **SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA COMPANHIA: POSIÇÃO ATUALIZADA DAS PROVIDÊNCIAS DE REGULARIZAÇÃO DOS IMÓVEIS DA CASEMG:** O Conselho



registra o recebimento do Termo de Compromisso, firmado entre a CASEMG e a Prefeitura de Frutal, referente ao imóvel situado naquele município, datada de 22/09/2008. Quanto às demais regularizações, estão dentro do cronograma pré-estabelecido.

9) - COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES FISCAIS E DE ENCARGOS SOCIAIS – CERTIDÔES NEGATIVAS OU COMPROVANTES DE RECOLHIMENTO DO MÊS DE AGOSTO DE 2008: Foi apresentada ao Conselho, declaração datada de 25 de setembro de 2008, na qual a Gerência Administrativa e de Recursos Humanos, informa que a Certidão de Regularidade do FGTS, encontra-se com pendência, em razão de notificação nº 505453720, referente a possíveis divergências nos recolhimentos dos anos 1992 a 2003. Para tanto, foi solicitado o extrato consolidado da CEF, em que se verificou tratar de débitos alusivos a prestação de serviços terceirizados de braçagem em várias Unidades. Por se tratar de período superior a 10 anos, a área informou ainda, que será necessário maior tempo para análise dando como prazo máximo de previsão de conclusão de 60 dias.

10) - RELATÓRIO GERENCIAL DA POSição ATUALIZADA (SETEMBRO 2008), DOS CRÉDITOS E DÉBITOS DA COMPANHIA, COM DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES A RECEBER E RESPECTIVOS VENCIMENTOS: Foi apresentado a posição de contas a pagar - passivo – GEFIC, com a discriminação de rubricas contábeis, referentes: Fornecedores; Obrigações Fiscais; Obrigações com Pessoal; Obrigações com Terceiros; Parcelamento Refis (CP); Parcelamento CEMIG, Provisionamento de Acordos Trabalhistas; Refis (LP) e Provisão ISSQN e IPTU Frutal. Foi Apresentado ainda o Resumo dos Créditos em Aberto GEFIC, posição 19/09/2008, de R\$ 545.507,17, cujos vencimentos variam entre 29 a 180 dias.

11) - ASSUNTOS GERAIS - O Colegiado tomou conhecimento do Ofício nº 9673-STN-COREF-GEFIS, por meio do qual a Secretaria do Tesouro Nacional solicita esclarecimentos acerca dos apontamentos constantes do Relatório de Auditoria Interna nº 07 e 08/2008, relacionados às áreas Contábil, Financeira e Operacional, já devidamente respondida pela mesma, através do ofício nº 066/PRESI, de 25 de setembro de 2008. Esgotados os assuntos, o Presidente do Conselho agradeceu a presença e a participação de todos, dando por encerrada a reunião, da qual eu, Gustavo Fagundes Neto, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada por mim e pelos conselheiros presentes. Belo Horizonte, 26 de setembro de 2008.

Manuel Vitorino Sousa Neto

Cleide Edvirges Santos Laia

Osvaldo Toller Junior

Ricardo Cardoso Alves Meirelles

Elias Jucá dos Santos

Gustavo Fagundes Neto
Coordenador Jurídico

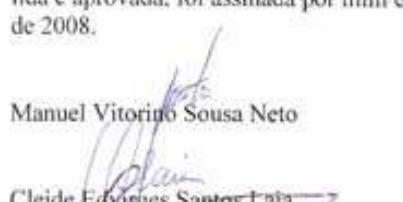
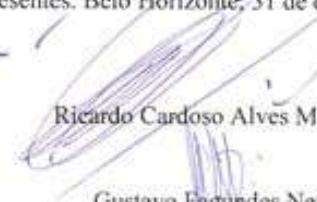
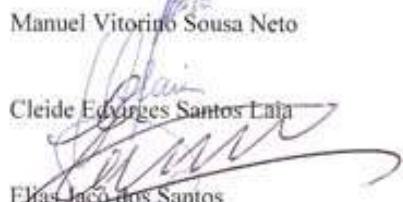
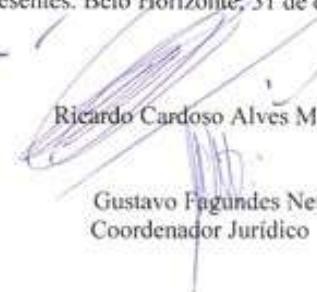
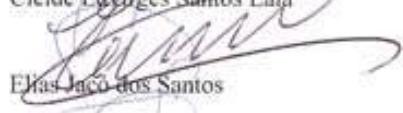
**ATA DA 93^a. REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2008**

Aos trinta e um dias do mês de outubro de 2008, às onze horas, na Sala de Reuniões da Sede da CASEMG, localizada na Rua dos Timbiras, nº. 1754, 15º andar, em Belo Horizonte/MG, foi realizada a Nonagésima terceira Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG, com a presença dos Conselheiros: Elias Jacó dos Santos, na qualidade de Presidente, Manuel Vitorino Sousa Neto e Osvaldo Toller Júnior, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Ricardo Cardoso Alves Meirelles e Cleide Edwirges Santos Laia, representantes da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Foram convidados a participar da reunião, a Coordenadora da Auditoria Interna – AUDIN, Vanda Lúcia Batista e o Coordenador Jurídico, Gustavo Fagundes Neto, para secretariar os trabalhos. Foram tratados e discutidos os assuntos da Pauta, a saber: 1) - **ANÁLISE DAS SOLICITAÇÕES, RECOMENDAÇÕES E PENDÊNCIAS CONSTANTES DE ATAS ANTERIORES DO CONFIS:** 1.1) - Leitura e aprovação da Ata referente à 92^a reunião do CONFIS: O Conselho, após a leitura da referida ata, aprovou a mesma. 2) - **ANÁLISE DAS PENDÊNCIAS:** 2.1) - **Oriundas de relatórios da Auditoria Interna.** O Conselho acusou o recebimento do Relatório “Acompanhamento de Pendências decorrentes de Relatórios de Auditoria Interna”, e no que se refere ao item 4.2), o CONFIS foi informado pela Companhia, que os valores relativos a pendência relacionada ao Contrato de Prestação de Serviços com a Petrobrás, não foram contabilizados. Dessa forma, o Conselho recomenda que seja feito o registro contábil do referido crédito, que será posteriormente baixado, pelo recebimento ou após a reavaliação e manifestação sobre o assunto pela da Auditoria Interna e pelo Departamento Jurídico. 2.2) - **Decorrentes das Auditorias dos órgãos de Controle Interno e Externo:** o Conselho recebeu o Relatório de Pendência de Regularização de Imóveis e estará acompanhando a solução definitiva dentro do prazo acordado entre a Companhia e a Controladoria Geral da União. No que se refere à recomendação constante do Relatório nº 208210 da CGU em “ajuizar uma nova ação ordinária de cobrança contra o Banco do Brasil, no intuito de complementar o valor obtido na alienação das mercadorias, (diferença a receber dos serviços de armazenagem, já que o valor de venda da mercadoria não deu pra cobrir o total da dívida), de forma a cobrir o total da dívida devidamente atualizada”, o Conselho recomenda que, tendo em vista a frustração das tratativas administrativas, o setor jurídico proponha a ação de cobrança em desfavor ao Banco do Brasil. 3) - **RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA: APRESENTAÇÃO AO CONSELHO DE NOVOS RELATÓRIOS:** O Conselho recebeu a Nota Técnica nº 08/2008, que trata da criação de Programa de Auditoria Interna e solicita seja informado sobre os relatórios gerados. 4) - **LEITURA E APRECIAÇÃO DAS ATAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** O Conselho acusou o recebimento da 97^a Ata de Reunião do CONSAD, e registrou, em relação ao item 2 da referida ata, que coaduna com a recomendação do CONSAD, visto que o assunto já foi objeto de apontamento por parte deste Conselho, quanto a apuração das responsabilidades e aplicação de medidas disciplinares. 5) - **LEITURA E APRECIAÇÃO DAS ATAS DA DIRETORIA EXECUTIVA:** O Conselho acusa o recebimento da 107^a Ata de Reunião da Diretoria Executiva, e nada registrou. 6) - **PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS: COMPRAS E CONTRATAÇÕES DO PERÍODO:** Foi recebido pelo Conselho o Relatório de Procedimentos Licitatórios de Compras e Contratações - 2008, posição atualizada em 30/10/2008, e tendo em vista que não ocorreram maiores variações, nada registrou. 7) - **PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS – PDG – CUSTEIO INVESTIMENTO SETEMBRO 2008:** O Colegiado tomou conhecimento do Programa de Dispêndios Globais - DICOR - Discriminação das Origens de Recursos, e registrou que nos itens em que foram verificados os extrapolamentos do orçado já reprogramado, sejam feitas análises nas

Rua dos Timbiras, 1754, 14º e 15º andares - Lourdes - Belo Horizonte - MG - CEP: 30140-061
Fone: (31) 3272-2883 - Fax: (31) 3272-2943 - e-mail: casemg@casemg.com.br - site: www.casemg.com.br



justificativas, bem como tomadas as providências cabíveis para sua regularização. **8) - SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA COMPANHIA: POSIÇÃO ATUALIZADA DAS PROVIDÊNCIAS DE REGULARIZAÇÃO DOS IMÓVEIS DA CASEMG:** O Conselho registra que as regularizações estão dentro do cronograma pré-estabelecido e solicita seja mantido informado sobre o seu andamento . **9) - COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES FISCAIS E DE ENCARGOS SOCIAIS – CERTIDÔES NEGATIVAS OU COMPROVANTES DE RECOLHIMENTO DO MÊS DE SETEMBRO DE 2008:** Foi apresentada ao Conselho Declaração datada de 30 de outubro de 2008, na qual a Gerência Administrativa e de Recursos Humanos, informou que em relação ao FGTS, a situação permanece a mesma apresentada na reunião anterior. No que se refere ao INSS, a Empresa informou, ainda que os trabalhos se encontram em fase final de localização e conciliação das guias referente ao período questionado pelo INSS, 06/2003 a 10/2005. A Gerência, na oportunidade, relatou que no referido período, a CASEMG utilizava outro sistema gerador da Folha de Pagamento, entretanto, já foi solicitado suporte, pra fins de verificação de todas as guias emitidas no período para localização das mesmas em nossos arquivos e conferências de valores. Por fim o Conselho registrou que as demais Certidões continuam nas mesmas situações anteriores. **10) - RELATÓRIO GERENCIAL DA POSIÇÃO ATUALIZADA (OUTUBRO 2008), DOS CRÉDITOS E DÉBITOS DA COMPANHIA, COM DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES A RECEBER E RESPECTIVOS VENCIMENTOS:** Foi apresentado ao Conselho a posição de créditos em aberto, que recomendada que de forma reiterada, que as cobranças continuem sendo realizadas de forma contínua, com o objetivo de recuperar os créditos da Companhia, conforme apresentado no Resumo dos Créditos em Aberto – GEFIC, posição 28/10/2008. **11) - INADIMPLEMENTES INSCRITOS NO CADIN:** O Conselho acusou o recebimento do Ofício nº 44/2008/GEFIC, no qual a Empresa informa que não existem valores em atraso que preencham os requisitos para registro no CADIN, e nada registrou. **12) - ASSUNTOS GERAIS:** Em razão da proximidade do encerramento do exercício, o Conselho solicita a adoção de providências referentes aos seguintes pontos: **a)** – Avaliação do Critério de Provisionamento – Ações Judiciais; **b)** – Elaboração do Inventário de Bens Patrimoniais - 2008; **c)** - Elaboração do Inventário de Almoxarifado – 2008. O CONFIS alerta para a observância dos prazos para elaboração e encaminhamento da Prestação de Contas – Exercício-2008, bem como para as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/2007 que impactam as demonstrações das Empresas no processo de encerramento do corrente exercício. Esgotados os assuntos, o Presidente do Conselho agradeceu a presença e a participação de todos, dando por encerrada a reunião, da qual eu, Gustavo Fagundes Neto, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada por mim e pelos conselheiros presentes. Belo Horizonte, 31 de outubro de 2008.


Manuel Vitorino Sousa Neto
Ricardo Cardoso Alves Meirelles
Cleide Edilene Santos Lajá
Gustavo Fagundes Neto
Coordenador Jurídico
Elias Jacó dos Santos
Osvaldo Toller Junior

**ATA DA 94ª. REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2008**

Aos vinte e um dias do mês de novembro de 2008, às onze horas, na Sala de Reuniões da Sede da CASEMG, localizada na Rua dos Timbiras, nº. 1754, 15º andar, em Belo Horizonte/MG, foi realizada a **Nonagésima Quarta Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG**, com a presença dos Conselheiros: Elias Jacó dos Santos, na qualidade de Presidente, Manuel Vitorino Sousa Neto e Osvaldo Toller Júnior, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Ricardo Cardoso Alves Meirelles e Cleide Edwirges Santos Laia, representantes da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Foram convidados a participar da reunião, a Coordenadora da Auditoria Interna – AUDIN, Vanda Lúcia Batista e o Coordenador Jurídico, Gustavo Fagundes Neto, para secretariar os trabalhos. Foram tratados e discutidos os assuntos da Pauta, a saber: **1) - ANÁLISE DAS SOLICITAÇÕES, RECOMENDAÇÕES E PENDÊNCIAS CONSTANTES DE ATAS ANTERIORES DO CONFIS: 1.1) - Leitura e aprovação da Ata nº 93 reunião do CONFIS:** após leitura e análise geral dos Conselheiros, a Ata foi assinada sem nenhuma alteração. **1.2) - Justificativas das distorções do PDG.** Foram apresentadas nessa data as justificativas das distorções apontadas no PDG, ficando registrado que foram realizadas todas as mudanças sugeridas anteriormente pelo Conselho. **2) - ANALISE DOS BALANCETES E DEMONSTRAÇÕES REFERENTES AO 3º TRIMESTRE/2008:** O Conselho acusa o recebimento do Balanceete e respectivas Demonstrações Contábeis referente ao terceiro trimestre de 2008. No que se refere à análise do referido Balanceete, o CONFIS solicitou ao Departamento de Contabilidade da CASEMG, os seguintes esclarecimentos sobre as seguintes **Contas:** **1.1.4 – Créditos e Valores;** **1.1.4.01.005 – IRRF a compensar** – R\$ 167,50 – esclarecer do que se trata; **1.1.4.02 – Concessão de Direito Real de Uso** – Esclarecer do que se trata e sua movimentação. **1.1.4.03 – Outros Créditos** – Esclarecer do que se trata e prazo de permanência do crédito (data da origem do crédito); **1.1.7 – Ressarcimento de Clientes** - Justificar a permanência dos créditos e as medidas que estão sendo adotadas para o recebimento; **1.2.1.01 – Créditos e Valores** - 1.2.1.01.005 – Esclarecer a origem da movimentação havida. **1.3.2.08 – Depreciação Acumulada** - **1.3.2.08.002** – R\$ 49.384.608,74 – O valor depreciado é superior ao valor dos equipamentos – **1.3.2.02 – Equipamentos** – R\$ 47.941.515,80 – esclarecer; **1.3.2.08.006** – R\$ 74.943,83 - O valor depreciado é superior ao valor dos Armazéns Estruturados – **1.3.2.05.002** – R\$ 74.394,70 – esclarecer. **2.1.5. - Obrigações a Terceiros;** **2.1.5.01.008** – R\$ 22.275,66 - esclarecer do que se trata e qual a sua origem **2.1.6.01 – Outras Provisões** - esclarecer a movimentação das sub-contas, nominando os beneficiários; **3.1.1.02.001 – Venda de Mercadorias** – esclarecer do que se trata e qual a sua origem. O CONFIS solicita ainda que sejam informadas as contas onde foram efetuados os registros contábeis dos **débitos do FGTS e do INSS** que resultaram na inadimplência da Empresa (não obtenção da CND do INSS e FGTS). Após a análise geral das demonstrações o CONFIS constatou que não há provisionamento suficiente para atender o passivo judicial da empresa (cível e trabalhista) e manifesta-se preocupado em razão do montante de recursos envolvidos e a disponibilidade financeira da Empresa. Sobre os questionamentos referentes às contas acima relacionadas a Gerência Financeira e Contábil da CASEMG prestou os seguintes **esclarecimentos:** - **Rubrica 1.1.4.01.002 – IRRF A COMPENSAR** - Refere-se aos valores de IRRF retidos pela CONAB através das NF's de faturamento conforme Lei 10.833 cuja compensação será efetuada pela Companhia quando da apuração do Lucro Real em 31/12/2008; - **Rubrica 1.1.4.02 – CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO** - Registra os valores a receber



da cessão de bens imóveis cedidos a terceiros por meio de licitação pública e conforme contrato. -

Rubrica 1.1.4.03 – OUTROS CRÉDITOS - Registra demais créditos, títulos e valores a receber ou a recuperar, conforme contas analíticas; desapropriação de imóveis parcelados, impostos e contribuições a recuperar, depósitos restituíveis e valores bloqueados a curto prazo; - **Rubrica 1.1.4.03.002 – DEPÓSITOS RESTITUTÍVEIS E VALORES BLOQUEADOS** - Em 20/02/2002, o consignatário Nelson Ervino foi dispensado sem justa causa. Como houve recusa quanto ao recebimento das verbas rescisórias, a CASEMG (consignante) ajuizou, em 25/03/2002, Ação de Consignação em Pagamento. A ação foi distribuída na Vara de Trabalho de Teófilo Otoni/MG, processo nº 00414-2002-077-03-00-8. Foi consignado o valor líquido correspondente a R\$ 2.056,26. Em 15/04/2002 foi realizada audiência. Nesta audiência foi celebrado acordo parcial, em que o consignatário recebeu, mediante alvará, o valor líquido de R\$ 1.181,70. O saldo remanescente, no valor de R\$ 874,56 encontra-se à disposição do Juízo da Vara do Trabalho de Teófilo Otoni/MG. Foi impetrado Agravo de Instrumento em Recurso de Revista, pelo reclamante, estando o processo ainda em trâmite no Tribunal Superior do Trabalho; - **Rubrica 1.1.4.03.014 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM** - Referente à alienação do imóvel da Companhia para a Prefeitura Municipal de Contagem no valor de R\$ 1.190.000,00 em 27/08/2007, sendo uma entrada de R\$ 400.000,00 em 27/08/07 e o restante dividido em 10 parcelas sendo a primeira em 03/01/2008 e as seguintes com vencimento no segundo dia útil de cada mês. Os valores mensais foram pagos conforme contrato, restando, em setembro de 2008, saldo remanescente de R\$ 87.155,22 relativo à 10ª parcela, cujo término foi em 08/10/08; - **Rubrica 1.1.4.03.015 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ** - Refere-se à desapropriação do imóvel da Companhia no município de Muriaé com a Prefeitura Municipal no montante de R\$ 1.900.000,00. O demandado pagou, em 15/07/2008 o valor de R\$ 200.000,00 e o restante será pago em 34 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 50.000,00 a partir de janeiro de 2009. Nessa conta foram contabilizados somente os valores de curto prazo. O restante será contabilizado no Ativo Realizável a Longo Prazo, conta 1.2.1.01.011; - **Rubrica 1.1.7 – RESSARCIMENTO DE CLIENTES** - O saldo de R\$ 90.329,25 é composto pela Provisão de resarcimentos referente a mão de obra, INSS e FGTS de trabalhadores avulsos para recebimento em outubro/2008 no valor de R\$ 57.448,96 e o restante, R\$ 32.880,00 refere-se a valores em atraso. A cobrança é realizada através de carta cobrança com Aviso de Recebimento – AR. Do saldo de R\$ 90.329,25, foram recebidos R\$ 64.283,65, em outubro de 2008 e já foram efetuadas as cobranças tempestivamente do saldo remanescente de R\$ 26.045,60; **Rubrica 1.2.1.01.005 – VALORES BLOQUEADOS PELA JUSTIÇA** - Realmente foi uma movimentação interna de transferência entre contas correntes na Caixa Econômica Federal, não sendo necessário o lançamento na contabilidade. O mesmo já foi excluído; **Rubrica 1.3.2.08.002 – DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DOS EQUIPAMENTOS DE ARMAZÉNS E SILOS** - Aleatoriamente foi utilizada uma das contas de Depreciação Acumulada, a depreciação de "equipamento de armazéns e silos", em todos os meses para a contabilização estimada, já que o sistema não estava processando corretamente. **Rubrica 1.3.2.08.006 – DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DOS ARMAZÉNS ESTRUTURADOS** - A falha no sistema foi solucionada. No caso em questão foram agregadas obras nos armazéns com taxa de depreciação igual ao valor principal, sem considerar o saldo residual da conta. Estamos atentos para que doravante tal fato não ocorra; **Rubrica 2.1.5.01.008 – RESSARCIMENTO A TERCEIROS** - Registra os valores recebidos em duplicidade de clientes, os quais serão resarcidos assim que tenha sido concluído o processo de verificação do crédito conforme planilha apresentada abaixo:

Composição Saldo em 30/09/2008

36,00	Recebimento em duplicidade 10423 PD 007286195000127
-------	---



2.218,65	Recebimento em duplicidade da NF. 6520 – Geraldo Magela da Silva
81,05	Recebimento em duplicidade da NF. 4778 – José Lucio Dantas
153,33	Recebimento Duplicidade 9490 – 056533558000087
227,30	Recebimento em duplicidade NF 9282
188,76	Recebimento em duplicidade da NF.007897
228,04	Recebimento em duplicidade da NF.01373
8,77	Recebimento em duplicidade da NF.008138
426,61	Recebimento em duplicidade da NF.23942 e 23974
12,26	Recebimento em duplicidade da NF.008440
3.873,88	Recebimento em duplicidade da NF. 004977
65,22	Recebimento em duplicidade da NF.033824
3.663,75	Recebimento em duplicidade da NF.072006
58,04	Recebimento em duplicidade da NF.008803
533,73	Recebimento em duplicidade da NF. 220906
354,00	Rec.em duplic. NF 05827 Cairá Milene Tolovi
266,09	Rec.em duplic. João de Assis Peres
47,92	Rec.em duplic. NF 938 Márcio
129,60	Vlr.Transf.entre contas ref. Pagto em duplicidade NF 004520 Atativo Gonçalves Ramos
63,37	Rec. Em duplicidade .NF 23466 - Renato Muller
103,59	Rec. Em duplicidade .NF 7107 - Mamoru Shibusaki
227,36	Rec. Em duplicidade .NF 1113 - Toyozo Momura e Outros
149,86	Rec. Em duplicidade .NF 23376
133,52	Rec. Em duplicidade .NF 7332 - Thilomiti Nishioka
91,47	Rec. Em duplicidade .NF 4653 - Nemésio Junqueira Coelho
0,62	Diferença de R\$0,62 a maior
6.622,88	Recebimento a maior de leilão de mercadorias na unidade de Capinópolis
8,64	Recebimento em duplicidade da NF. 21058 – José Faustino de Carvalho
1.088,76	Recebimento em duplicidade NFs. 10239,10200; recibo 37 - Ruy Zancan.
492,70	Recebimento em duplicidade NF. 36457 - Kátia Regina Junqueira
27,95	Recebimento em duplicidade NF. 7270 - Somai Nordeste S.A.
691,94	Recebimento em duplicidade NF. 36429 - Erico Bitencourt Freitas Junior
22.275,66	TOTAL

- **Rubrica 2.1.6.01 – OUTRAS PROVISÕES –** - **Provisão para Contingências** – Provisão é baixa de pensão alimentícia para os beneficiários: Francisco José da Costa, Rosângela Maria Gomes Xavier, Maria de Lourdes Caixeta e Elisa Lúcia Ramos da Mata, bem como o desbloqueio judicial de José Caldeira. - **Acordos Trabalhistas:** Pagamento do Acordo celebrado entre a CASEMG e o reclamante Décio Batista Campos.

COMPOSIÇÃO
Nome: Provisão para Contingências



José Caldeira	5.233,16
Francisco José da Costa	415,00
Rosângela Maria Gomes Xavier	870,00
Maria de Lourdes Caixeta	420,04
Custas de apelação no Processo de José Francisco da Silva	173,62
Elisa Lúcia Ramos da Mata	524,55
TOTAL	7.636,37

COMPOSIÇÃO
Nome: Acordos Trabalhistas

Décio Batista Campos	59.595,75
TOTAL	59.595,75

- **Rubrica 3.1.1.02.001 – VENDA DE MERCADORIAS** - Houve classificação incorreta de R\$ 3.700,00 no mês de setembro/2008 referente a Leilão Administrativo nº. 02/2008 de clientes inadimplentes, já efetuado o acerto contábil. – Os registros contábeis dos **débitos do FGTS e do INSS** que resultaram na inadimplência da empresa serão registrados na rubrica “Ajuste de exercícios anteriores” no PL e os juros serão contabilizados nas contas de resultado. Os registros serão efetuados no mês de outubro/2008. Após análise dos esclarecimentos prestados pela Empresa, o CONFIS fez as seguintes considerações/solicitações: a) - **1.1.7 – RESSARCIMENTO DE CLIENTES** : Considerando que persiste um crédito de R\$ 26.045,60, solicita seja informada a data do registro, nominar os devedores e informar, individualmente as providências que foram adotadas com as respectivas datas; b) - **1.2.1.005 – VALORES BLOQUEADOS PELA JUSTIÇA**: Quando se tratar de meros registros do Fiel Depositário (CEF), que não haja interferência na Empresa, que o Setor se abstenha de fazer registros contábeis, por serem considerados inócuos; c) - **1.3.2.08 – DEPRECIAÇÃO ACUMULADA**: Tendo em vista que as normas gerais de contabilidade não permitem que se façam registros contábeis de forma aleatória, os registros deverão ser efetuados nas respectivas contas que deram origem. Dessa forma, o CONFIS solicita que Empresa adote providências no sentido de não mais efetuar registros de apropriação de custos e/ou provisões em contas aleatórias, como informado; d) - **2.1.5.01.08 – RESSARCIMENTO A TERCEIROS**: Neste caso, o CONFIS solicita que a Empresa proceda a análise minuciosa sobre os débitos existentes, inclusive informando a procedência e data do recebimento em duplicidade. Procedida à análise, os valores deverão ser devolvidos e ou baixados à conta de resultado, a critério da organização. 3) - **ANÁLISE DAS PENDÊNCIAS**: 3.1) - **Oriundas de relatórios da Auditoria Interna**: quanto a pendência relacionada ao Contrato de Prestação de Serviços com a Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A da Unidade de Armazenagem e Negócios de Uberaba foi apresentada a Nota Técnica ASTEC/AUDIN nº 001/2008, de 19 de novembro de 2008, onde se afirmou que "... não há que considerar pendente o valor anteriormente apontado quando da auditagem ocorrida na referida Unidade, concluindo apenas que, a redação do item 3.8 da Cláusula Terceira causou interpretações divergentes, que não se aplicam aos fatos ocorridos, além de não ter ficado claro quais os serviços de braçagem que realmente seriam pagos pela Petrobrás.". O Conselho recomenda que uma vez equacionada a pendência, sejam adotadas as



medidas cabíveis acerca da baixa contábil do crédito objeto do Relatório 012/07. Em relação ao Relatório nº 014/2008 referente a Gerência Financeira e Contábil – GEFIC verificou-se que estarão regularizados os apontamentos da Auditoria até 30/11/2008.

3.2) - Decorrentes das Auditorias dos órgãos de Controle Interno e Externo: O Conselho verificou que a pendência referente aos lançamentos dos contratos no SIASG encontra-se equacionado, visto não constar mais no Relatório de Auditoria CGU nº 208210, exercício 2007, posto que estão sendo lançados os contratos de aquisição de bens e serviços regulados pela Lei nº 8.666/93, conforme recomendação da Controladoria Geral da União. Ficando apenas constando no referido relatório duas pendências que por estarem dentro do prazo para regularização, serão acompanhados pelo Colegiado até o devido equacionamento.

4) - RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA: APRESENTAÇÃO AO CONSELHO DE NOVOS RELATÓRIOS: Não foi apresentado nenhum relatório da Auditoria Interna para apreciação dos Conselheiros.

5) - LEITURA E APRECIAÇÃO DAS ATAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Não foi apresentada a Ata 98º Ata de Reunião do CONSAD, posto que será realizada no próximo dia 26 do corrente mês.

6) - LEITURA E APRECIAÇÃO DAS ATAS DA DIRETORIA EXECUTIVA: Visto não ter sido realizada até a presente data a 108 ª Ata de Reunião da Diretoria Executiva, será apreciada pelo Conselho na sua próxima reunião.

7) - PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS: COMPRAS E CONTRATAÇÕES DO PERÍODO: Foi recebido pelo Conselho o Relatório de Procedimentos Licitatórios de Compras e Contratações - 2008, posição atualizada em 20/11/2008, e tendo em vista que não ocorreram variações, nada registrou.

8) - PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS – PDG – CUSTEIO INVESTIMENTO OUTUBRO 2008: O Colegiado tomou conhecimento do Programa de Dispêndios Globais - DICOR - Discriminação das Origens de Recursos, e registrou que estão em consonância com as publicações de aprovação da Reprogramação Orçamentária do exercício de 2008 e a Programação Orçamentária para o exercício de 2009 pelo DEST constantes no Diário Oficial da União dos dias 18 e 19 de novembro do corrente ano, respectivamente.

9) - SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA COMPANHIA: POSIÇÃO ATUALIZADA DAS PROVIDÊNCIAS DE REGULARIZAÇÃO DOS IMÓVEIS DA CASEMG: O Conselho registrou as regularizações estão dentro do cronograma pré-estabelecido.

10) - COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES FISCAIS E DE ENCARGOS SOCIAIS – CERTIDÕES NEGATIVAS OU COMPROVANTES DE RECOLHIMENTO DO MÊS DE OUTUBRO DE 2008: Foi apresentada ao Conselho ofício 055/2008, datada de 20 de novembro de 2008, na qual a Gerência Administrativa e de Recursos Humanos, informou que em relação a situação do FGTS e INSS, relata que no primeiro, tendo em vista não ter sido identificado nenhum pagamento a época, referente ao A1 nº 10677895, foi protocolado em 10/11/2008 "solicitação de parcelamento de débito", estando aguardando manifestação da CEF quanto a forma de pagamento e posterior liberação da Certidão Negativa de Débito. Quanto ao segundo, por se tratar de um processo complexo, ainda está sendo levantadas as guias referentes ao período questionado pelo INSS (06/2003 a 10/2005).

11) - RELATÓRIO GERENCIAL DA POSIÇÃO ATUALIZADA (OUTUBRO 2008), DOS CRÉDITOS E DÉBITOS DA COMPANHIA, COM DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES A RECEBER E RESPECTIVOS VENCIMENTOS: Foi apresentado ao Conselho a posição de créditos em aberto, na ocasião foi solicitado pelo Colegiado o relatório detalhado com relação nominal dos devedores, valores, medidas adotadas de cobrança, data de vencimento, com posição em 30/11/2008.

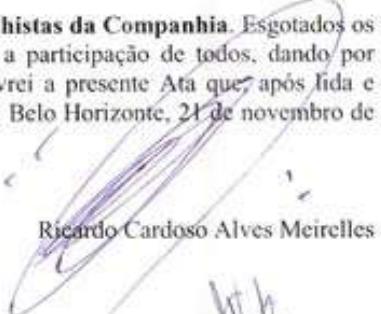
12) - INADIMPLENTES INSCRITOS NO CADIN: no que se refere a inclusão dos devedores ao CADIN, o Conselho acusou o recebimento do Ofício nº 48/2008/GEFIC, 21-11-2008, onde essa gerência informa a inexistência de valores em atraso que preencham os requisitos para registro no CADIN, e nada registrou.

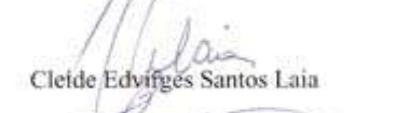
13) - ASSUNTOS GERAIS: O CONFIS solicitou que fosse apresentado na próxima



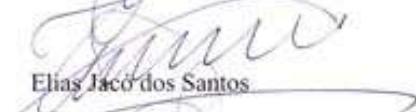
reunião, **relatório detalhado de todas as ações cíveis e trabalhistas da Companhia.** Esgotados os assuntos, o Presidente do Conselho agradeceu a presença e a participação de todos, dando por encerrada a reunião, da qual eu, Gustavo Fagundes Neto, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada por mim e pelos conselheiros presentes. Belo Horizonte, 21 de novembro de 2008.


Manuel Vitorino Sousa Neto

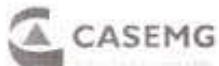

Ricardo Cardoso Alves Meirelles


Cleide Edviges Santos Laia


Gustavo Fagundes Neto
Coordenador Jurídico


Elias Jacó dos Santos


Osvaldo Toller Junior



ATA DA 95ª. REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL.

REALIZADA EM 23 DE DEZEMBRO DE 2008

Aos vinte e três dias do mês de dezembro de 2008, às onze horas, na Sala de Reuniões da Sede da CASEMG, localizada na Rua dos Timbiras, nº. 1754, 15º andar, em Belo Horizonte /MG, foi realizada a Nonagésima Quinta Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG, com a presença dos Conselheiros: Elias Jacó dos Santos, na qualidade de Presidente, Manuel Vitorino Sousa Neto e Osvaldo Toller Júnior, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Ricardo Cardoso Alves Meirelles e Cleide Edwirges Santos Laia, representantes da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Foram convidados a participar da reunião, a Coordenadora da Auditoria Interna – AUDIN, Vanda Lúcia Batista e o Coordenador Jurídico, Gustavo Fagundes Neto, para secretariar os trabalhos. Foram tratados e discutidos os assuntos da Pauta, a saber: 1) - **ANÁLISE DAS SOLICITAÇÕES, RECOMENDAÇÕES E PENDÊNCIAS CONSTANTES DE ATAS ANTERIORES DO CONFIS:** 1.1) - Leitura e aprovação da Ata nº 94 reunião do CONFIS: após leitura e análise geral, o Conselho recomendou que, após a realização de cobranças administrativas referentes aos créditos a receber, se faz necessário, através de estudo de viabilidade em cada caso, se promover o protesto do título. Após tal recomendação a Ata foi assinada sem nenhuma alteração. 1.2) **Relatório detalhado sobre as ações cíveis e trabalhistas:** foram apresentadas as planilhas contendo o passivo trabalhista da Cia e ao tomarem conhecimento dos dados, o Colegiado sugeriu algumas alterações a fim de que facilite a absorção dos dados. Como criação de uma coluna contendo o resumo dos pedidos, ou seja, o objeto das ações cíveis e trabalhistas; desmembrar o valor real total do valor de probabilidade; separar as ações cíveis identificando as que a CASEMG é ré e autora; e por fim seja apresentado o posicionamento jurídico e contábil, em que seja possível informar quais os valores estão contabilizados e no caso negativo, sejam justificadas as ausências de registro. Ficando para a próxima reunião a apresentação das planilhas com as alterações citadas. 2) - **ANÁLISE DAS PENDÊNCIAS:** 2.1) **Oriundas de relatórios da Auditoria Interna:** O Conselho acusou o recebimento do referido relatório, e registrou a necessidade de se observar o cumprimento dos prazos estabelecidos referentes aos pontos pendentes de solução. Quanto ao item 16/08, datado de 19/11/2008 , o Colegiado solicitou esclarecimentos, na ocasião a Assessoria Técnica e Comercial explicitou informando que em razão da fase processual em que se encontram as Ações de Cobrança referentes aos débitos anteriores dos clientes Susumu Tano, Mário de Castro e Agroceres, não é mais possível promover inclusões dos débitos remanescentes, ora identificados e informados pela área financeira. Entretanto, após levantamento das Notas Fiscais em que foram criados os débitos remanescentes, a ASTEC promoverá o ingresso de novas ações contra os mesmos clientes de forma que sejam apensadas às ações já existentes. Na oportunidade, o Conselho recomendou, com maior brevidade possível, a alteração da INFIC 03 – Instrução Normativa Financeira e Contábil de Faturamento e Cobrança, tendo em vista algumas impropriedades quanto aos prazos de cobrança. Como por exemplo, o item 4.2.3.6.1, que não permite a cobrança com menos de 30 dias de atraso. 2.2) **Decorrentes das Auditorias dos Órgãos de Controle Interno e Externo:** O Conselho ao receber o presente relatório, e ressaltou mais uma vez a necessidade de adequação da INFIC 03 – Instrução Normativa Financeira e Contábil de Faturamento e Cobrança, visto que, por uma má interpretação, onde se l

Rua dos Timbiras, 1754, 14º e 15º andares – Lourdes – Belo Horizonte – MG – CEP: 30140-061

Fone: (31)3272.2883 – Fax: (31)3272.2943 – e-mail: cosemg@casemg.com.br - site: www.casemg.com.br



“imediato”, pode-se entender, com base no item 4.2.3.6 - 7 meses, 3) - RELATÓRIOS DA AUDITORIA INTERNA: APRESENTAÇÃO AO CONSELHO DE NOVOS RELATÓRIOS: O Conselho também ao receber o relatório nº 016/2008, ressaltou a necessidade de observar a recomendação anterior, e ainda recomendou que sejam revisados, de forma pormenorizada, os Comandos Normativos da Companhia. 4) - LEITURA E APRECIAÇÃO DAS ATAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: O Conselho acusou o recebimento da 98ª Ata de Reunião do CONSAD, e nada manifestou. 5) - LEITURA E APRECIAÇÃO DAS ATAS DA DIRETORIA EXECUTIVA: O Colegiado acusou o recebimento da 108ª Ata de Reunião da Diretoria Executiva, e nada manifestou. 6) - PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS: COMPRAS E CONTRATAÇÕES DO PERÍODO: Foi recebido pelo Conselho o Relatório de Procedimentos Licitatórios de Compras e Contratações - 2008, posição atualizada em 17/12/2008, e após análise solicitou a apresentação do Processo nº 028/2008, para análise, na próxima reunião deste colegiado. 7) - PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS – PDG – CUSTEIO INVESTIMENTO NOVEMBRO 2008: O Colegiado tomou conhecimento do Programa de Dispêndios Globais - DICOR - Discriminação das Origens de Recursos, e após análise, sugeriu que os extrapolamentos internos (referentes aos sub-itens) sejam remanejados quando possível. 8) - SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA COMPANHIA: POSIÇÃO ATUALIZADA DAS PROVIDÊNCIAS DE REGULARIZAÇÃO DOS IMÓVEIS DA CASEMG: O Conselho acusou o recebimento, e registrou que as regularizações estão dentro do cronograma pré-estabelecido. 9) - COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES FISCAIS E DE ENCARGOS SOCIAIS – CERTIDÕES NEGATIVAS OU COMPROVANTES DE RECOLHIMENTO DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2008: Foi apresentada ao Conselho ofício 064/2008, datada de 17 de dezembro de 2008, na qual a Gerência Administrativa e de Recursos Humanos, informou que em relação a situação do FGTS e INSS, relata que no primeiro, face à autorização da Diretoria para pagamento do débito apontado por aquele órgão, iniciou-se o procedimento com a publicação de “Edital de Convocação”, convocando todos os trabalhadores que prestaram serviços naquele período, munidos de documentação comprobatória, para atualizar cadastro para individualização de valores devidos de FGTS. Quanto ao segundo, após a localização das guias de INSS do período compreendido em 06/2003 a 10/2005, esta Gerência está conciliando as referidas guias com o sistema anterior, apurando os valores individuais por cada uma, o que demanda um tempo maior que o previsto anteriormente, ressaltando ainda que por dezembro ser um mês curto de rotina atípica (duas folhas de pagamento), somado ao grande volume de demandas a serem atendidas pela Auditoria Interna realizadas nesse mesmo mês, solicitou uma mudança no prazo de entrega para o fim do mês de Janeiro de 2009. 10) - RELATÓRIO GERENCIAL DA POSIÇÃO ATUALIZADA (NOVEMBRO 2008), DOS CRÉDITOS E DÉBITOS DA COMPANHIA, COM DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES A RECEBER E RESPECTIVOS VENCIMENTOS: Foi apresentado ao Conselho a posição de créditos em aberto, e na ocasião foi solicitado pelo Colegiado o relatório detalhado com relação nominal dos devedores, valores, medidas adotadas de cobrança, data de vencimento, com posição em 30/11/2008. 11) - INADIMPLEMENTES INSCRITOS NO CADIN: no que se refere a inclusão dos devedores no CADIN, o Conselho acusou o recebimento do Ofício nº 060/2008/GEFIC, 22-12-2008, onde essa gerência informa a inexistência de valores em atraso que preencham os requisitos para registro no CADIN, e nada registrou. 12) - ASSUNTOS GERAIS: O CONFIS solicitou o informe contábil de novembro/2008 (balanço patrimonial e demonstrações); 12.1) Encerramento de exercício: O Colegiado alertou para o atendimento dos prazos estipulados na Portaria da CGU dos Normativos; 12.2) Balanço Patrimonial: Foi solicitado, que após elaboração e ajustamentos que se fizerem necessários, seja encaminhado o referido Balanço para análises deste colegiado; 12.3) O Colegiado manifestou preocupação com o encerramento do exercício, especificamente



quanto ao Resultado Líquido do Exercício, a ser apurado, visto que nos últimos meses do ano, verificou-se uma redução de receita e manutenção das despesas tanto administrativas quanto operacionais. Assim, face à análise inicial dos números contábeis, o Conselho recomendou que fossem evitados esforços por parte da Diretoria Executiva, para que não haja, aumento nas despesas relacionadas à compra e contratações de bens e serviços, bem como com custos de pessoal, a fim de que seja possível manter o equilíbrio financeiro da Cia. Esgotados os assuntos, o Presidente do Conselho agradeceu a presença e a participação de todos, dando por encerrada a reunião, da qual eu, Gustavo Fagundes Neto, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinado por mim e pelos conselheiros presentes, Belo Horizonte, 23 de dezembro de 2008.

Manuel Vitorino Sousa Neto

Cleide Edviges Santos Laia

Elias Jucá dos Santos

Osvaldo Toller Junior

Ricardo Cardoso Alves Meirelles

Gustavo Fagundes Neto
Coordenador Jurídico

19. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS (ANEXO III À DECISÃO NORMATIVA TCU N.º 93/08)
19.1 - Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro
Em reais

	2008	2007
Ativo		
Circulante		
Caixa e bancos	164.802	282.447
Aplicações financeiras	741.955	-
Contas a receber de clientes	970.568	986.377
Estoques	85.635	96.815
Despesas antecipadas	109.919	80.287
Adiantamentos concedidos	39.405	21.853
Imóvel alienado em fase de recebimento	-	942.927
Tributos a recuperar	165.837	155.272
Outros créditos e valores	181.458	175.759
Precatório em fase de recebimento	600.000	-
	3.059.579	2.741.737
Não Circulante		
Realizável a longo prazo		
Desapropriação de imóveis a receber	1.143.446	2.388.529
Precatório em fase de recebimento	1.100.000	-
Valores bloqueados pela justiça	843.855	868.093
Cobranças judiciais	1.895.816	1.823.898
Depósitos judiciais	354.504	318.023
Outros créditos e valores	6.338	6.290
Provisão para devedores duvidosos	(163.550)	(686.474)
	5.180.409	4.718.359
Permanente		
Imobilizado	29.753.504	32.177.259
Total do Ativo	37.993.492	39.637.355

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

19.1 - Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro – continuação.
Em reais

	2008	2007
Passivo e Patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores	278.258	906.720
Salários e contribuições previdenciárias	874.800	793.743
Obrigações tributárias	112.083	118.840
Parcelamento REFIS	259.064	243.343
Provisão para contingências	2.166.003	654.373
Acordos trabalhistas	178.787	947.700
Outras obrigações a curto prazo	47.196	48.988
Parcelamento Fornecedor	581.082	-
	4.497.273	3.713.707
Não Circulante		
Exigível a longo prazo		
Provisão para contingências	251.940	-
Parcelamento REFIS	5.646.811	5.743.572
Provisão para tributos a recolher	734.334	721.640
Parcelamento Fornecedor	48.423	0
	6.681.508	6.465.212
Patrimônio líquido		
Capital Social	161.176.620	161.176.620
Prejuízos acumulados	(134.361.909)	(131.718.184)
	26.814.711	29.458.436
Total do Passivo	37.993.492	39.637.355

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

19.2. Demonstrações de Resultados
Exercícios Findos em 31 de Dezembro
Em reais

	2008	2007
Receita Operacional Bruta		
Venda de Mercadorias e Serviços	15.841.586	12.805.793
Impostos e Outras Deduções da Receita		
COFINS Não Cumulativa	(1.203.025)	(973.240)
PIS Não Cumulativo	(261.181)	(211.296)
ISSQN	(480.164)	(387.775)
ICMS	(3.082)	(2.311)
Créditos PIS/COFINS não cumulativo	449.124	413.509
	<u>(1.498.329)</u>	<u>1.161.113</u>
Receita Operacional líquida	14.343.257	11.644.680
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(8.936.571)	(8.857.104)
Lucro Bruto	5.406.686	2.787.576
Receitas (Despesas) Operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(7.008.956)	(4.497.760)
Reversão de provisões constituídas	553.972	702
Outras receitas operacionais líquidas	1.706.481	1.116.509
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(277.005)	33.200
Depreciação	(3.108.472)	(3.109.011)
	<u>(8.133.980)</u>	<u>(6.456.360)</u>
Prejuízo Operacional	(2.727.294)	(3.668.784)
Resultado não operacional		
Alienação de imóveis	183.656	1.276.039
Prejuízo Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.543.638)	(2.392.745)
Prejuízo Líquido do Exercício	(2.543.638)	(2.392.745)
Prejuízo líquido por lote de mil ações do capital social	(0,0063)	(0,0059)
Quantidade de ações ao final do exercício	40.212.516.561	40.212.516.561

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

19.3. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em 31 de Dezembro

Em reais

	Capital social integralizado	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2006	161.176.620	(129.264.816)	31.911.804
Ajustes de exercícios anteriores	-	(60.623)	(60.623)
Prejuízo líquido do exercício	-	(2.392.745)	(2.392.745)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	161.176.620	(131.718.184)	29.458.436
Saldos em 1º. de janeiro de 2008	161.176.620	(131.718.184)	29.458.436
Ajustes de exercícios anteriores	-	(100.087)	(100.087)
Prejuízo líquido do exercício	-	(2.543.638)	(2.543.638)
Saldos Em 31 de dezembro de 2008	161.176.620	(134.361.909)	26.814.711

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**19.4. Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto
Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2008**

Em reais

ATIVIDADES OPERACIONAIS

Prejuízo Líquido do período (2.543.637)

Ajustes do prejuízo líquido do exercício:

Depreciação	3.108.472
Provisão para Perdas de Créditos	39.100
Provisão para Contingências	1.073.718
Valor residual de ativo imobilizado baixado	45.902
Atualização monetária depósitos recursais	92.104
Encargos financeiros provisionados	278.359
Reversão de Provisão	(553.972)
Total	1.540.046

Variação no ativo

Diminuição de duplicatas a receber	15.810
Aumento de tributos e contribuições compensáveis	(10.564)
Diminuição de estoque	11.179
Diminuição dos valores bloqueados	24.238
Aumento dos depósitos judiciais	(36.481)
Diminuição de outros ativos operacionais	319.676
Total	323.858

Variação no passivo

Diminuição de Fornecedores	(628.463)
Aumento de Salários e Contribuições previdenciárias	81.057
Diminuição de obrigações tributárias	(6.756)
Aumento do Parcelamento REFIS	15.721
Diminuição de outros passivos operacionais	(1.792)
Total	(540.233)

Atividades de investimentos

Aquisições do ativo imobilizado	(968.722)
Valor de venda do ativo imobilizado	229.558
Rendimento de aplicações de renda fixa	39.803
Total	(699.361)

Total dos efetivos no caixa

Caixa e equivalentes de caixa no início do período	282.447
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	906.757
Aumento líquido de caixa	624.310

19.5. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Em reais)

• CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG é uma sociedade por ações, constituída através da Lei nº 1643 de 06 de setembro de 1957. Tem como principal objetivo armazenar e ensilar produtos do agronegócio, bem como exercer o comércio de produtos similares aos recebidos em depósitos, na forma do Decreto nº 3855 de 03 de julho de 2001, executando os serviços conexos e praticando os atos pertinentes a essas finalidades, e operando como Armazéns Gerais em 20 Unidades de Armazenagem e Negócios no Estado de Minas Gerais.

Em 26 de maio de 2000, mediante contrato de compra e venda, realizou-se a transição acionária do Governo do Estado de Minas Gerais para a União, não havendo qualquer modificação das atividades operacionais. Encontra-se a empresa incluída no PND - Programa Nacional de Desestatização.

Em 05 de dezembro de 2008 foi nomeado novo Diretor Presidente e Técnico Operacional para a Companhia.

• APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações e Normas do Conselho Federal de Contabilidade.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº. 11.638/07, que alterou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, especificamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entrou em vigor a partir do presente exercício de 2008. A referida Lei teve como principal objetivo atualizar a lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos, em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Como decorrência dessa lei, as principais alterações que tiveram efeito imediato sobre as demonstrações financeiras da Companhia, em 31 de dezembro de 2008 são as seguintes:

- I. Substituição das Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- II. Demonstração de novos subgrupos de contas: intangível e ajustes de avaliação patrimonial no grupo do patrimônio líquido;
- III. Obrigatoriedade de a Companhia analisar a capacidade de recuperação dos valores apresentados no ativo imobilizado, intangível e diferido, periodicamente;

Entre outras alterações.

As demonstrações contábeis integram as alterações trazidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade-NBC; Comitê de Pronunciamentos Contábeis- CPC e pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram reclassificadas para fins de comparabilidade com as do exercício corrente, e torná-las adequadas aos normativos contábeis mencionados. As alterações resultantes dos normativos citados foram os seguintes:

- I. Apresentação dos grupos “Não Circulante” no ativo e no passivo.
- II. Classificação da provisão de contingências de acordo com os parâmetros para fins de reconhecimento dos ativos e passivos em contingentes ou não.

• RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

• Ativos circulante e não circulante

São apresentados por valores de custo ou de realização, e incluem quando requerido, as variações monetárias e rendimentos. Estão classificados no circulante os ativos cuja realização ou pagamento dar-se-á em período inferior a um ano.

• Disponibilidades e aplicações financeiras

Estão avaliados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

• Contas a receber

São apresentados pelos respectivos valores de realização, líquidos da provisão para devedores duvidosos, para fazer face às eventuais perdas no recebimento dos créditos.

• Estoques

Os estoques estão representados por materiais de manutenção para as Unidades Armazenadoras.

• Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou de construção, corrigidos monetariamente até 1995.

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as estimativas de vida útil-econômica dos bens (Nota nº 10).

• Demais ativos circulante e não circulante

Os demais ativos circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo valor de custo ou líquido de realização, dos dois o menor e, incluem quando aplicável os rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

• Classificação dos passivos circulante e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ou contratuais incorridas.

• Provisão para contingências

A provisão para contingências relacionada processos de natureza tributária, trabalhista e cível, foi constituída pela Companhia como resultado de eventos passados, com base na opinião dos assessores jurídicos.

. Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos dos correspondentes encargos até a data do balanço.

• Apuração do resultado

O resultado das operações sociais é reconhecido pelo regime contábil de competência de exercício.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O saldo de R\$ 970.568 em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 986.377 em 31 de dezembro de 2007) refere-se a valores a receber de clientes, decorrentes da prestação de serviços de armazenagem, correspondente a serviços prestados e não recebidos até 31 de dezembro, conforme demonstrado a seguir:

UNIDADES ARMAZENADORAS	POSIÇÃO EM 2008	POSIÇÃO EM 2007
Alfenas	0	0
Araguari	13.692	26.827
Bonfinópolis	435	10.725
Buritis	1.186	1.186
Capinópolis	54.730	68.829
Centralina	6.300	5.700
Conceição das Alagoas	14.701	0
Frutal	31.284	20.813
Ipiaçu	0	137
Ituiutaba	181.092	124.204
Monte Carmelo	159.498	47.805
Paracatu	52.012	50.287
Passos	32.193	17.880
Patos de Minas	49.133	86.624
Patrocínio	113.367	77.599
Sacramento	42.929	19.884
Santa Vitória	6.888	17.978
Tupaciguara	18.934	10.247
Uberaba	17.771	30.446
Uberlândia	174.422	269.561
Unaí	0	99.645
TOTAL	970.568	986.377

5. PRECATÓRIO EM FASE DE RECEBIMENTO

Em 2008 foi firmado acordo com a Prefeitura Municipal de Muriaé para fins de recebimento de precatório originado pela desapropriação do imóvel em 1991, até então sub-júdice, sendo homologado o pagamento pelo demandado o valor de R\$ 1.900.000 ; e ainda a devolução do imóvel para o ativo imobilizado da Cia. de forma desembaraçada pelo Município.

O valor acordado de 35 parcelas, sendo a primeira de R\$200.000 paga no exercício de 2008 e o restante a partir de 2009, cujos valores encontram-se registrados no Ativo Circulante, R\$ 600.000 e no Realizável a Longo Prazo, R\$ 1.100.000.

6. OUTROS CRÉDITOS E VALORES

Referem-se basicamente à concessão de direito real de uso de imóveis, no valor de R\$ 74.144, os depósitos restituíveis no valor de R\$ 15.158, negociação de dívida com cliente no valor de R\$ 37.901 e valores a serem resarcidos de clientes relativos a serviços de carga e descarga pagos pela Cia. no valor de R\$ 54.232.

7. DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS A RECEBER EM COBRANÇA JUDICIAL

	2008	2007
Prefeitura Municipal de Gov.Valadares	683.489	683.489
Prefeitura Municipal de Ipanema	459.957	459.957
Prefeitura Municipal de Centralina	0	9.401
Prefeitura Municipal de Muriaé	0	1.235.681
	1.143.446	2.388.528
Provisão para Perdas	0	(254.730)

Estes valores a receber estão sendo discutidos judicialmente. Na ação contra a Prefeitura de Governador Valadares a certeza do direito é latente, por se tratar de execução de título extrajudicial (Escritura Pública de Desapropriação Amigável). O valor a receber da Prefeitura de Ipanema origina-se de ação que conta com julgamento favorável à CASEMG, com trânsito em julgado quanto ao mérito e pleno reconhecimento do direito da Companhia.

8. COBRANÇAS JUDICIAIS

O saldo desta conta em 31 de dezembro de 2008, de R\$ 1.895.816, decorre de valores a receber relativos às concessões de direito real de uso e duplicatas a receber em cobrança judicial. Constituída provisão para perdas, com base na Lei 9430/96 e IN SRF-93/97, para fazer face às eventuais perdas no recebimento dos créditos.

	2008	2007
Prefeitura Municipal de Frutal	888.174	888.174
Prefeitura Municipal de Felixlândia	192.828	192.828
Prefeitura Municipal de Gurinhatã	132.580	132.580
Prefeitura Municipal de São Francisco	18.178	18.178
Prefeitura Municipal de Espinosa	99.585	99.585
Usapanos Panos Limpeza	209.230	209.230
Iconomil	135.421	135.421
Líria de Cássia Salomão	34.802	34.802
Oliveiros Fernando Nogueira Lima	22.402	22.402
Valdir José Faria	1.287	1.287
Duplicatas a receber de clientes em cobrança judicial	161.328	89.410
	1.895.816	1.823.898
Provisão para Perdas de duplicatas de clientes	163.550	(431.744)
Total	1.732.266	1.392.154

Estes valores a receber estão sendo discutidos judicialmente. A ação contra a Prefeitura de Frutal constitui matéria de Direito e está em fase de execução de sentença, embora tenha sido assinado o Termo de Compromisso de Escritura Pública em que se retira a cláusula de inalienabilidade constante na matrícula do imóvel quando de sua doação à CASEMG, ficando assumida ainda, a devolução da posse direta do mencionado imóvel. Para tanto está sendo aguardado o registro no cartório de imóveis da mencionada escritura, o que ensejará liquidez superior a ação de cobrança ora em trâmite. Logo consubstanciado o acima, conjuntamente com o Município, será peticionado o arquivamento da referida ação.

As ações judiciais frente às Prefeituras de Felixlândia e Espinosa encontram-se ainda em fase de conhecimento, sem julgamento do mérito. Por se tratar de descumprimento de contratos, constituindo-se matéria exclusivamente de Direito, há plena possibilidade de êxito quanto ao reconhecimento dos créditos da Companhia.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O saldo de R\$ 354.504 decorre de valores depositados judicialmente para fazer em face de depósitos recursais relativos a ações trabalhistas. A companhia constituiu provisão no passivo para suportar eventuais perdas.

10. IMOBILIZADO

	Taxa anual depreciação	2008	2007
Terrenos		587.337	592.214
Edificações	4%	8.729.474	8.707.011
Máquinas e Equipamentos	10%	47.567.590	47.931.841
Móveis e Utensílios	10%	1.446.342	1.409.406
Veículos	20%	199.808	137.171
Armazéns e Silos	4%	88.949.254	88.766.038
Obras em andamento		313.823	198.105
Direitos de Propriedade		300.850	216.541
Equipamentos de Informática	20%	393.537	387.638
		148.488.015	148.345.965
(-)Depreciação Acumulada		(118.734.512)	(116.168.705)
TOTAL		29.753.504	32.177.259

Em 2008 ocorreram baixas no imobilizado por força de alienações provenientes de leilões oficiais de bens móveis obsoletos e do imóvel de Gurinhatã cujo resultado líquido, está apresentado no balanço pelo ganho de R\$ 183.656.

11. PARCELAMENTO REFIS

Está composto por débitos de INSS, COFINS, PIS e FUNDAF, de exercícios anteriores a 2000.

Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, o saldo devedor do REFIS é como segue:

	2008	2007
Débito total	10.849.942	10.849.942
Compensação de Prejuízos Fiscais	(5.310.145)	(5.310.145)
Dívida Consolidada	5.539.797	5.539.797
Acréscimo (decréscimo) da dívida	447.119	428.398
Pagamento de parcelas no exercício	(244.280)	(206.657)
Atualização TJLP no exercício	163.239	225.378
Saldo devedor REFIS	5.905.875	5.986.915
Dividido em:		
Passivo Circulante	259.064	243.343
Exigível a Longo Prazo	5.646.811	5.743.572

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E VALORES BLOQUEADOS PELA JUSTIÇA

A empresa mantém provisão para contingências de R\$ 2.417.943 , sendo R\$ 2.166.003 registrada no Passivo Circulante e de R\$ 251.940 no Exigível a Longo Prazo, para fazer face às eventuais perdas futuras com reclamações trabalhistas e cíveis.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo dos valores bloqueados pela Justiça do Trabalho para garantir o pagamento de indenizações de ações trabalhistas que estão *sub-júdice* totaliza R\$ 843.855 e de depósitos recursais R\$ 354.504.

Em 2008 foram liquidadas ações trabalhistas no valor de R\$ 1.724.230 referente acordos firmados em 2007, restando o saldo remanescente de R\$ 178.787, registrado no Passivo Circulante.

As provisões para contingências, demandas cíveis e acordos trabalhistas contabilizadas no exercício elevaram as despesas gerais e administrativas em relação a 2007.

13. PROVISÃO PARA TRIBUTOS A RECOLHER

O ISS e o IPTU a recolher, no valor de R\$ 734.334, referem-se a débitos mantidos junto à Prefeitura Municipal de Frutal desde 1991, os quais estão sendo discutidos judicialmente.

14. CAPITAL SOCIAL

Em dezembro de 2008 o Capital Social, no valor R\$ 161.176.620, é dividido em 94,87% em ações ordinárias e 5,12% em ações preferenciais sem valor nominal, cuja composição acionária é a seguinte: Governo Federal (92,6%); CONAB (7,05%); BDMG (0,21%); Outros (0,14%).

15. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os ajustes de exercícios anteriores lançados em 2008, de R\$ 100.087, decorrem basicamente de estorno de provisão de concessão de direito real de uso; apropriação de débito de FGTS e INSS referente à notificação.

16. DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

Os saldos em 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007 referem-se às despesas financeiras pagas ou incorridas, deduzidas das receitas financeiras, como segue:

	R\$	2008	2007
Despesas Financeiras		(628.271)	(344.753)
- Juros e VM, pagos ou incorridos		230.392	6.515
- Multas dedutíveis e indedutíveis		198.458	12.223
- TJLP sobre REFIS		163.239	225.378
- Comissões, despesas bancárias e outras		36.183	100.637
Receitas Financeiras		351.266	377.954
- Taxa de Permanência		121.893	133.110
- Apropriação de juros e multas		189.570	218.534
- Renda de aplicação financeira		39.804	26.310
Total		(277.005)	32.201

Foram apropriados juros no exercício de 2008 de R\$ 137.347,99 relativos a parcelamento com o fornecedor CEMIG; R\$59.361,40 sobre dívida do FGTS no período de 01/1992 a 09/2003 conforme notificação fiscal 050.545.372, e R\$28.375,00 de dívida com o INSS no período de 06/2003 a 10/2005 conforme notificação de pagamento 98.972/2008.

Foram pagos no exercício multa de R\$186.873,40 proveniente do Auto de Infração 01038907 da Delegacia Regional do Trabalho.

COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2008 a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e intempéries em valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros com as mercadorias de terceiros depositadas em seus armazéns

18. REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS

Os valores da maior e menor remuneração dos Administradores da Companhia são R\$ 7.825 e R\$ 7.095, respectivamente, e dos empregados são R\$ 4.723 e R\$ 435, respectivamente.

DIRETORIA

GLYCON TERRA PINTO JÚNIOR

Diretor – Presidente Técnico Operacional

IRENE SILVA OLIVEIRA

Diretora Administrativa – Financeira

MARCELY APARECIDA DA SILVA

Contadora: CRC- MG-087817/0-3

**19.6. DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL
AÇÕES SEM VALOR NOMINAL**

Nº DE ORDEM	ACIONISTAS	CAUTELA NÚMERO	CAUTELA DATA EMISSÃO	QTE DE AÇÕES	% PARTICIPAÇÃO CAPITAL VOTANTE	% PARTICIPAÇÃO CAPITAL TOTAL	VALOR (R\$) ATUAL
	CAPITAL INTEGRALIZADO			40.212.516.561		100,0000000000	161.176.620,00
	AÇÕES ORDINÁRIAS			38.248.984.609	100,0000000000	94,870838974	152.909.684,03
1	GOVERNO FEDERAL	375	22/12/1993	37.380.952.565	97,7305749345	92,6034203596	149.255.062,94
2	CONAB	358	22/12/1993	742.667.252	1,9416652745	1,9399870527	3.126.805,56
3	BDMG	359	22/12/1993	79.638.448	0,2082106200	0,2080306561	335.296,78
4	RURALMINAS	360	22/12/1993	36.611.905	0,0957199397	0,0956372084	154.144,82
5	CREDIREAL	361	22/12/1993	4.542.557	0,0118762813	0,0118660138	19.125,24
6	BANCO ITAÚ S/A	381	22/12/1993	4.538.272	0,0118650784	0,0118548211	19.107,20
7	CSBC	363	22/12/1993	12.100	0,0000316348	0,0000316051	50,94
8	AGRIPINO ABRANCHES VIANA	364	22/12/1993	3.902	0,0000102016	0,0000101938	16,43
9	RAIMUNDO MENDES	365	22/12/1993	3.902	0,0000102016	0,0000101938	16,43
10	MARCOS ABREU SILVA	366	22/12/1993	3.902	0,0000102016	0,0000101938	16,43
11	MINAS CAIXA (Massa Falida)	367	22/12/1993	3.902	0,0000102016	0,0000101938	16,43
12	JOSÉ KALIL SALES LACERDA	376	22/12/1993	1.180	0,0000030850	0,0000030836	4,97
13	HUMBERTO ELRICK LADEIRA	369	22/12/1993	787	0,0000020576	0,0000020536	3,31
14	HIGINO V. FONSECA	370	22/12/1993	787	0,0000020576	0,0000020536	3,31
15	AFONSO M. N. FILHO	371	22/12/1993	787	0,0000020576	0,0000020536	3,31
16	VICENTE PAULA. PINTO (Espólio)	372	22/12/1993	787	0,0000020576	0,0000020536	3,31
17	COOP. CONS. SERVIDORES DER	373	22/12/1993	787	0,0000020576	0,0000020536	3,31
18	WALTER R. SILVA (Espólio)	374	22/12/1993	787	0,0000020576	0,0000020536	3,31
	AÇÕES PREFERENCIAIS						
1	CONAB	26	22/12/1993	1.963.531.952			5.1291161026 8.266.935,97

19.7. PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores e Acionistas da
COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG
BELO HORIZONTE - MG.

1. Examinamos o Balanço Patrimonial da COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CASEMG, levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa correspondente ao exercício findo na mesma data elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Os exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume de transações, e o sistema contábil e de controles internos da Empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do Patrimônio Líquido e o fluxo de caixa referentes ao exercício findo naquela data de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil.
4. As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, foram auditadas por outros auditores independentes com emissão, em 27 de fevereiro de 2008, de parecer contendo parágrafos de ênfase cujas causas dos procedentes apontamentos não mais existem, tendo sido sanadas no exercício em exame.
5. As práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas e aplicadas à partir de 01/01/2008, sendo que as demonstrações contábeis encerradas em 31/12/2007, apresentadas de forma conjunta com as encerradas em 31/12/2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes até aquela data.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2009.



STAFF AUDITORES E CONSULTORES S/S
CRC/RN 004632/O – “S” – MG.
FRANCISCO INÁCIO DE ASSIS RODRIGUES
Contador CRC RS 27.020/0-1 – “S” – MG.
Responsável Técnico.

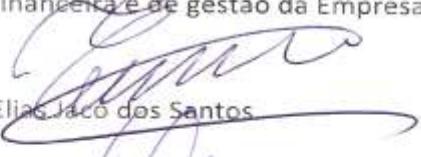
Porto Alegre - São Paulo - Rio de Janeiro - Brasília

19.8. PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CASEMG

O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CASEMG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após ter examinado o Balanço Patrimonial da CASEMG, as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Origens e Aplicações de Recursos, as Notas Explicativas e o Relatório de Gestão, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, e, tendo por base o parecer dos Auditores Independentes, manifesta-se pelo encaminhamento da documentação à Assembléia Geral dos Acionistas, por entender que as demonstrações refletem, em todos os aspectos relevantes, as situações patrimonial, financeira e de gestão da Empresa. Belo Horizonte, 13 de março de 2009.”



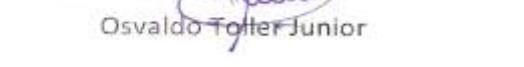
Elias Jacó dos Santos



Cleide Edviges Santos Laia



Ricardo Cardoso Alves Meirelles



Osvaldo Toller Junior

19.9. PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CASEMG

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CASEMG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após ter examinado o Balanço Patrimonial da CASEM, as respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Origens e Aplicações de Recursos, as Notas Explicativas e o Relatório de Gestão, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e tendo por base os pareceres da Auditoria Interna e dos Auditores Independente, manifesta-se pelo encaminhamento da documentação à Assembléia Geral dos Acionistas, por entender que as demonstrações refletem em todos os aspectos relevantes, as situações patrimonial, financeira e de gestão da Empresa.

Belo Horizonte, 12 de março de 2009.

Silas Brasileiro

Célio Gomes Floriani

Gleyson Terra Pinto Júnior

Milton Elias Ortolan

Rafael Souza Pena

19.8. RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM AOS ACIONISTAS

O presente Relatório de Administração consubstancia as principais informações sobre a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais e o seu desempenho em 2008, dando ênfase às ações empreendidas visando a sustentabilidade da Companhia.

O ano de 2008 foi caracterizado pelo empenho da direção em atuar com foco na redução das despesas administrativas e operacionais buscando conciliar o potencial do quadro de pessoal, a busca de novos clientes, novos nichos de mercado, entendendo-se como tal, pequenos e médios produtores rurais inseridos no agronegócio estadual e ênfase à contínua modernização da Companhia.

As adaptações estruturais promovidas no ano anterior, o monitoramento constante nos controle de custos administrativos e operacionais, aliado ao aumento da receita operacional em torno de 23,7% (vinte e três vírgula sete por cento), embora, a partir de outubro tenha ocorrido redução na previsão orçamentária, possibilitaram cumprir as obrigações relacionadas ao passivo trabalhista correspondente ao montante de R\$1.724.230,00 (um milhão setecentos e vinte e quatro mil duzentos e trinta reais). Cabe ainda salientar o efetivo pagamento das diferenças salariais correspondente ao enquadramento funcional ao plano de cargos e salários e a obtenção de saldo de aplicações financeiras no montante de R\$ 741.955,00 (setecentos e quarenta e um mil novecentos e cinqüenta e cinco reais).

Cumpre destacar que no âmbito operacional, o ano foi atípico em relação a períodos anteriores, seja na composição dos produtos agrícolas armazenados, seja no volume de milho transbordado em relação aos outros anos.

Em consequência da política americana definida em 2007 de promover a produção do etanol através do milho, seus tradicionais importadores tiveram que buscar fornecedores alternativos, o que provocou elevação substancial no preço da “commoditie”.

A perspectiva de manutenção dos preços então praticados interferiu na intenção de plantio da safra estadual em 2008, provocando ampliação da área plantada de milho e diminuição da área destinada à soja. Este fato, aliado à política de captação e de alternativas tarifárias promocionais, provocou uma elevação nos estoques da CASEMG, em 2008, principalmente do milho e do café, contribuindo, também, no aumento das receitas operacionais advindas de um maior volume de transbordo deste produto no ano em questão, em relação aos demais períodos.

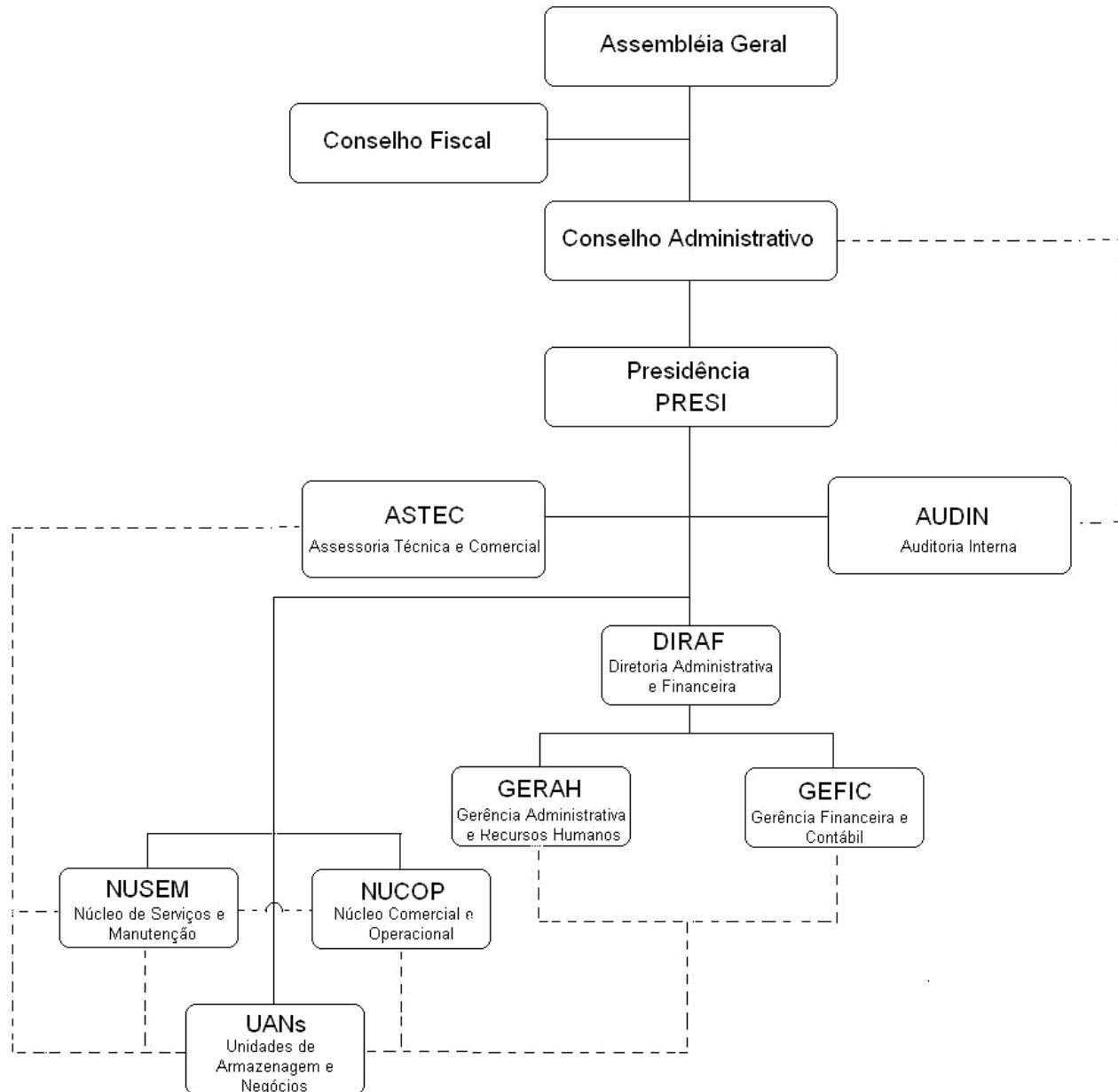
Conclui-se que, considerando a constante busca do equacionamento financeiro em detrimento dos custos totais, a CASEMG, embora tenha fechado o exercício de 2008 com prejuízo apenas no âmbito contábil, em razão, basicamente, da frustração de receitas operacionais ocorridas no último trimestre e existência de vultoso passivo - trabalhista e cível, ainda assim, o panorama se apresenta favorável em face de realização de trabalhos preventivos nas áreas operacional, jurídica, ambiental e de segurança do trabalho.

Por tudo isto, pode-se concluir que nos próximos anos a CASEMG confirmará sua efetiva viabilidade econômica, justificando a pretensão de se ver excluída do Plano Nacional de Desestatização – PND.

A direção recém empossada, em conjunto com o corpo organizacional, parceiros e acionista renovam a confiança de que possibiliterão uma gestão estratégica de qualidade e excelência à Companhia, elevando-a a patamares superiores no apoio ao agronegócio nacional e às políticas sociais do Governo Federal.

A Administração

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



3. DADOS COMPLEMENTARES

Da criação e finalidade: criada pela Lei Estadual nº. 1.643, de 6 de setembro de 1.957, a CASEMG foi federalizada como ente da Administração Pública Indireta da União, mediante autorização contida na Lei Estadual nº. 12.422, de 27 de dezembro de 1996 e Lei Federal nº. 9.496, de 11 de setembro de 1997. Incluída no Programa Nacional de Desestatização – PND por força do Decreto nº. 3.654, de 07 de novembro de 2000, seu Estatuto Social foi registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 21 de setembro de 2005.

Tem a finalidade de armazenar e ensilar produtos do agronegócio, exercer o comércio de produtos similares aos recebidos em depósito e executar os serviços conexos.

A partir de 19 de outubro de 2007, foi alterada a estrutura organizacional da companhia com extinção de uma diretoria e gerências administrativas e operacionais, bem como a fusão de atribuições em diretorias e gerências, conforme Assembléia Geral Extraordinária registrada na Junta Comercial em 07/11/2007.

Em 2008, a Companhia continuou operando com esta estrutura, o que lhe garantiu os bons resultados apurados, tanto financeiros quanto operacionais.

Complexo Armazenador Cadastrado no Estado de Minas Gerais

Capacidade Estática.....	7.294.287t
Armazenagem a granel.....	4.550.677t
Armazenagem convencional.....	2.743.610t

Complexo Armazenador da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais

Capacidade Estática.....	501.100 t
Armazenagem a granel.....	372.500 t
Armazenagem convencional.....	128.600 t

Capacidade da Casemg x Capacidade estadual..... 6,87%

Principais Produtos Agrícolas Armazenados

- Convencional..... Café, Açúcar, Algodão, Arroz, Sementes e Lácteos.
- A Granel..... Milho, Soja, Sorgo.

4. COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

Diretoria Executiva

Danuza Bias Fortes Carneiro
Diretora-Presidente Técnico-Operacional (Janeiro a Maio)

Eduardo Michel Jeha
Diretor Administrativo-Financeiro (Janeiro)
Diretor-Presidente Técnico-Operacional (Junho a Novembro)

Glycon Terra Pinto Junior
Diretor-Presidente Técnico-Operacional (Dezembro)

Nacib Duarte Bechir
Diretor Administrativo-Financeiro (Fevereiro a Maio)

Karla Renata França Carvalho
Diretora Administrativo-Financeiro (Junho a Dezembro)

Conselho de Administração

Silas Brasileiro
Presidente (Abril a Dezembro)
(Janeiro a Dezembro)

Célio Brovino Porto
(Janeiro a Maio)

Célio Gomes Floriani
(Junho a Dezembro)

Danuza Bias Fortes Carneiro
(Janeiro a Maio)

Euler De Paula Veloso
(Janeiro a Junho)

Glycon terra Pinto Junior
(Dezembro)

Milton Elias Ortolon
(Janeiro a Dezembro)

Rafael Souza Pena
(Janeiro a Dezembro)

Conselho Fiscal

Elias Jacó dos Santos
Presidente (Abril a Dezembro)
(Janeiro a Março)

Hugo Vasconcelos
Presidente (Janeiro a Março)
(Abril a Maio)

Cleide Edvirges Santos Laia
(Janeiro a Dezembro)

Gustavo Pereira da Silva Filho
(Janeiro a Maio)

José Carlos de Andrade
(Janeiro a Maio)

Manoel Vitorino de Souza Neto
(Junho a Dezembro)

Osvaldo Tolher Junior
(Junho a Dezembro)

Ricardo Cardoso Alves Meireles
(Junho a Dezembro)

5. AÇÕES, INDICADORES E ANÁLISE DE DESEMPENHO

5.1. ASSESSORIA TÉCNICA E COMERCIAL

5.1.1. PLANEJAMENTO

Já de posse de uma nova estrutura organizacional e superada, em parte, as dificuldades de 2007, iniciou-se um trabalho cuja premissa maior foi a busca efetiva de eficiência na prestação dos serviços, aliado à otimização de ações pautadas na ética e transparência administrativa.

Resultados significativos foram sentidos ao longo de 2008, quer seja no âmbito funcional e operacional, principalmente com a retomada de clientes em potencial nas diversas unidades da Companhia, bem como, a partir de julho, expressiva retomada no armazenamento de café, permanecendo-o nas instalações da Companhia até os dias atuais.

As receitas operacionais se comportaram em consonância ao planejado no orçamento até setembro do período em questão, quando se tinha uma expectativa do seu crescimento anual em torno de 6% (seis por cento). Os reflexos da crise mundial vivida a partir de outubro de 2008 impactaram a obtenção deste patamar, reduzindo estas receitas em 6% (seis por cento), considerando-se o valor reprogramado.

Independente destas ocorrências, o valor alcançado na aplicabilidade dos recursos financeiros atingiu um volume de, aproximadamente, R\$ 800 mil reais no decorrer do período.

Como política de gestão, não se promoveu a alienação de imóveis, salvo o caso específico do localizado no município de Gurinhatã, para fazer frente a investimentos físicos necessários, ao tempo que se iniciou a recuperação de outros ativos permanentes decorrentes de outras pendências.

No âmbito administrativo, há de se destacar o intenso monitoramento dos gastos, principalmente, os da sede administrativa, que foram reduzidos, independente das adequações organizacionais realizadas e os pagamentos das diferenças do enquadramento dos empregados no Plano de Cargos e Salários.

O exercício de 2008 sinalizou como um ano de efetivas recuperações no campo da saúde financeira da Companhia, todavia indicando que os trabalhos de saneamento devem continuar e, para tal, faz-se imprescindível a implementação de um planejamento estratégico visando a realização de ações para os próximos três anos, prioridade esta constante da proposta de exclusão da CASEMG do Programa Nacional de Desestatização-PND.

5.1.2. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Diante da realidade encontrada nesta área, a continuidade das ações iniciadas no período anterior fez-se presente, readequando apontamentos então diagnosticados, visto que a área se apresentava deficitária sob o ponto funcional, posto que, quando da elaboração do concurso público, não foi contemplado cargos técnicos para a área de Tecnologia de Informação.

No referido exercício, primou-se pela reorganização e criação de instruções normativas à área, adequação da estrutura de “hardware”, com a modernização de equipamentos da sede administrativa e interior, inclusive adaptações de segurança quanto à vulnerabilidade de acesso aos sistemas internos.

No campo de “softwares”, aventou-se a hipótese de troca do atual sistema, além de ter detectado a possibilidade de ampliação deste sistema em outros setores anteriormente não contemplados, de tal sorte que, no próximo exercício, possa ser viabilizada a sua ampliação, ou mesmo, de outro, de forma que haja integração com o Sistema Gerencial de Unidades – SGU, já atualizado e implantado.

Ao se reprogramar o valor orçado para dispêndios com a área de Tecnologia de Informação, pressupõe-se a viabilidade de ampliação e/ou substituição, ainda no exercício, daquele sistema. Todavia, diante da complexibilidade de definição do objeto proposto necessário à abertura do procedimento licitatório, a despesa programada não pode ser realizada, ficando o valor reprogramado muito além do necessário para o período.

Independentes dos avanços obtidos, destaca-se tratar de assunto prioritário para os próximos exercícios visando a constante continuidade dos avanços tecnológicos no campo de informática da CASEMG.

5.1.2.1. PROGRAMA E DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento (Em R\$1,00)

DESCRIPÇÃO	ORÇADO (R\$)	REPROGRAMADO (R\$)	REALIZADO (R\$)	REALIZADO / REPROGRAMADO (%)
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática e Tele-processamento	100.000	342.000	140.594	41%

5.1.3. JURÍDICO

Foram encerradas, neste exercício, 40 ações trabalhistas em que a CASEMG figurava como reclamada, sendo 10 (dez) ações não decorrentes do dissídio de 1991 e 08 (oito) ações decorrentes de descumprimento do dissídio de 1991, resultando em um desembolso global de R\$ 1.724.230,00, através de pagamentos ou mediante utilização de bloqueios judiciais e depósitos recursais.

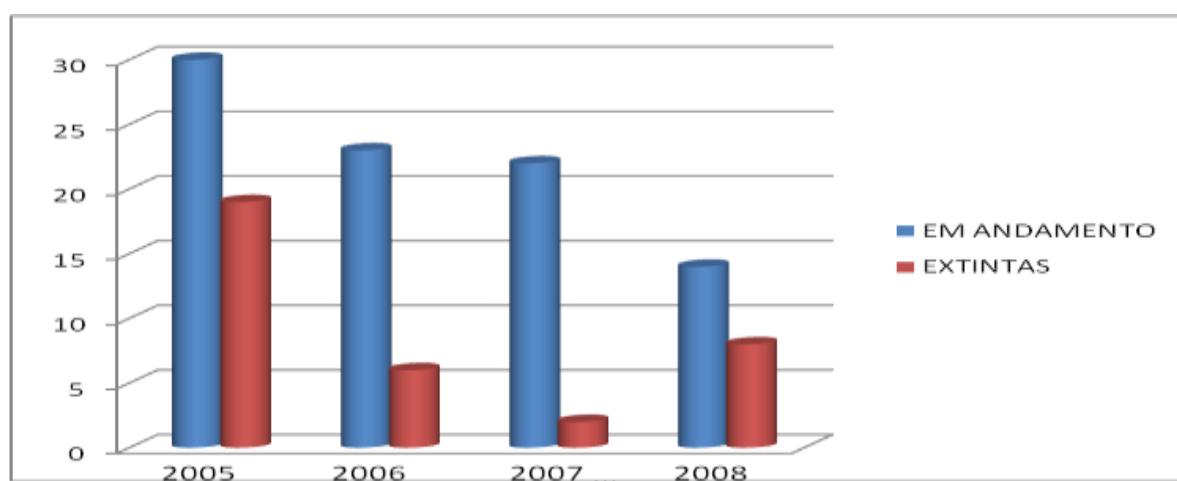
5.1.3.1. DO DISSÍDIO COLETIVO

No exercício de 2008, foram extintas 4 (quatro) ações decorrentes do não cumprimento do Dissídio Coletivo de 1991, totalizando um gasto de R\$1.207 mil para pagamento das condenações relativas às mesmas, vale dizer que, em relação aos 4 (quatro) últimos exercícios, a Companhia encerrou 35 ações das 49 ações anteriormente existentes, restando apenas 14 ações em andamento, conforme se infere nos gráficos abaixo:

AÇÕES JUDICIAIS TRABALHISTAS DECORRENTES DE DISSÍDIO COLETIVO								
ANO	2005		2006		2007		2008	
	AÇÕES	Nº	VALOR (R\$)	Nº	VALOR (R\$)	Nº	VALOR (R\$)	Nº
EM ANDAMENTO	30	R\$ 5.273.467	23	R\$ 5.028.514	22	R\$ 2.712.987	14	R\$1.472.912
EXTINTAS	19	R\$ 1.248.917	6	R\$ 244.953	2	R\$ 1.502.061	8	R\$1.207.829
TOTAL	49	R\$ 6.522.384	29	R\$ 5.273.467	24	R\$ 4.215.048	22	R\$2.680.741

* já foram bloqueados nas contas da CASEMG o valor total de R\$ 475.295,28

Gráfico das Ações Judiciais Trabalhistas Decorrentes de Dissídio Coletivo



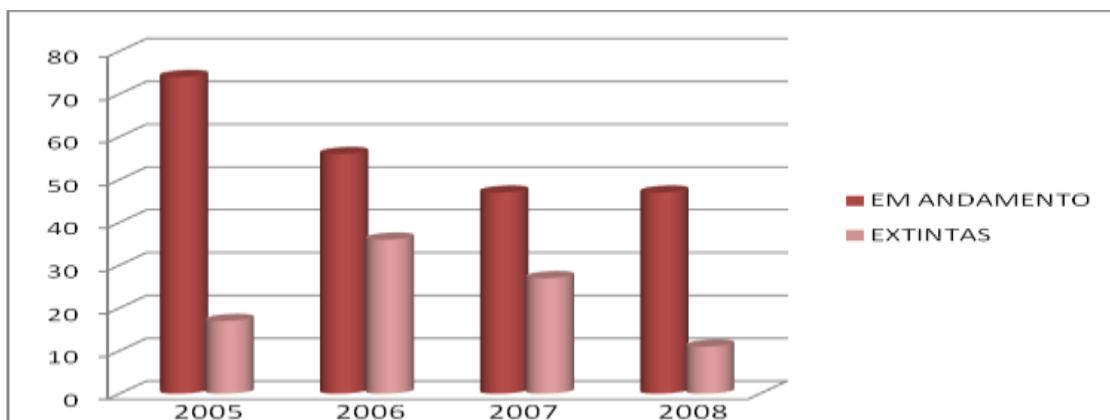
5.1.3.2. DAS AÇÕES NÃO DECORRENTES DO DISSÍDIO COLETIVO DE 1991

No exercício de 2008, foram ajuizadas 11 novas ações em desfavor da Companhia, todas não decorrentes do Dissídio Coletivo de 1991. Destas, 03 (três) já se encontram baixadas, uma por acordo e duas por incompetência do juízo, sendo as mesmas enviadas ao juízo competente para redistribuição. Das outras, duas estão em fase pericial, uma improcedente, porém com recurso da parte adversa, e as demais em fase recursal.

AÇÕES JUDICIAIS TRABALHISTAS NÃO DECORRENTES DE DÍSSIDIO COLETIVO								
ANO	2005		2006		2007		2008	
AÇÕES	Nº	VALOR (R\$)	Nº	VALOR (R\$)	Nº	VALOR	Nº	VALOR
EM ANDAMENTO	74	R\$ 1.177.686,47	56	R\$ 665.057,78	47	R\$ 1.007.231,62	47	R\$ 1.865.548
EXTINTAS	17	R\$ 67.236,99	36	R\$ 921.255,75	27	R\$ 265.262,64	11	R\$ 516.401
TOTAL	91	R\$ 1.244.923,46	92	R\$ 1.586.313,53	74	R\$ 1.272.494,26	58	R\$ 2.381.949

* já foram bloqueados nas contas da CASEMG o valor total de R\$642.967,19

Gráfico das Ações Judiciais Trabalhistas Não Decorrentes de Dissídio Coletivo



Assim, com o número de ações trabalhistas extintas no ano de 2008, restam somente 61 processos envolvendo a Companhia.

5.1.3.3. DAS AÇÕES CÍVEIS

Existem 19 processos cíveis em que a CASEMG figura como ré, sendo 3 com chances remotas de vitória e 6 com alguma probabilidade. Para condenações potenciais, somatórios das possíveis condenações do âmbito Cível, perfazem um valor estimado de R\$ 594 mil.

A provisão para contingências trabalhistas e cíveis no exercício de 2008 corresponde a R\$2.596 mil ante R\$1.602 mil em dezembro de 2007. Em uma análise mais profunda da realidade do passivo desta Companhia, a atual gestão, comprometida com a veracidade das situações processuais da grande maioria dos processos em comento, provisionou valores suficientes no intuito de satisfazer parte das possíveis execuções nos anos de 2009 e 2010, posto que o montante previsto de quitação desse passivo ultrapassava os valores anteriormente provisionados, bem como devido à falta de expectativa de êxito em ações cíveis.

Por outro lado, os créditos da CASEMG em cobrança judicial têm valor contábil de R\$3.039 mil, em sua maioria, originados de desapropriação e concessão de direito real de uso de imóveis, estando provisionada para eventuais perdas a quantia de R\$163 mil. O valor da provisão considera a perspectiva de êxito em cada uma das ações, com fundamento nos fatos e documentos que compõem os processos e na legislação civil, tributária, penal e de responsabilidade fiscal aplicável a cada parte ré.

Fazendo um cotejo com o ano de 2007, percebe-se um aumento da expectativa de recebimento dos créditos acima mencionados, eis que seu valor, deduzidas as eventuais perdas, permaneceu, aproximadamente, o mesmo, não obstante o recebimento, via acordo, de grande parte dos precatórios, conforme previsto ao final do exercício anterior. Além disto, ainda permanece a expectativa de recebimento de outros precatórios, com valor total estimado de R\$ 459 mil.

5.2. GERÊNCIA ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS HUMANOS

5.2.1. ADMINISTRATIVO

Dentre as principais atividades desenvolvidas pela área administrativa, destaque para a continuidade do controle físico do ativo patrimonial da Companhia, a regularização de imóveis junto às áreas competentes, os processos licitatórios em diversas modalidades realizados em conformidade com a legislação vigente, o monitoramento das despesas administrativas e operacionais através de acompanhamento sistêmico, bem como o acompanhamento dos investimentos realizados na manutenção e adequação do seu ativo imobilizado.

5.2.1.1. ATIVO PATRIMONIAL

MUNICÍPIO	TERRENO (m ²)	ESTRUTURA DE ARMAZENAGEM (T)	EDIFICAÇÕES DE APOIO	ENDEREÇO
Alfenas	39.550	9.000	SIM	Av. Alberto Vieira Romão, 675 - Distrito Industrial - CEP 37130-000 - Alfenas - MG
Araguari	33.934	9.000	SIM	Rua São Paulo, s/n. ^º - Bairro São Judas Tadeu - CEP 38440-000 - Araguari - MG
Bonfinópolis de Minas	50.000	7.500	SIM	Rodovia MG-181, s/n. ^º - CEP 38650-000 - Bonfinópolis de Minas - MG

MUNICÍPIO	TERRENO (m ²)	ESTRUTURA DE ARMAZENAGEM (T)	EDIFICAÇÕES DE APOIO	ENDEREÇO
Brasilândia	50.000	6.000	SIM	Bairro Planalto
Buritis	50.000	15.000	SIM	Estrada Rural Municipal 01, km 02 – Bairro Taboquinha - CEP: 38660-000 - Buritis - MG
Buritizeiro	3.000	-	NÃO	Av. patos de Minas, s/nº – Fazenda Currais
Canápolis	17.069	8.800	SIM	Rua Dezessete, 983 - Bairro Godoy - CEP 38380-000 - Canápolis - MG
Capelinha	50.000	-	NÃO	Prolongamento da Rodovia Capelinha/Aricanduva
Capinópolis	85.391	43.000	SIM	Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, 710 - B. Alvorada - CEP 38360-000 - Capinópolis - MG
Centralina	20.658	9.000	SIM	Rodovia BR-153, Km 18 - Zona Rural - CEP 38390-000 - Centralina - MG
Cisneiro/Palma	8.100	18.000	SIM	Fazenda Aliança – Palma – MG
Conceição das Alagoas	34.224	15.000	SIM	Avenida Brasil, s/n. ^o - Bairro Penha - CEP 38120-000 - Conceição das Alagoas - MG
Curvelo	10.000	7.000	SIM	Rua Ministro Gonçalves de Oliveira, 262
Felixlândia	54.314	12.000	SIM	Rodovia BR 040, Km 519/Rod. Municipal José Mauro Gonçalves, 3370 – Bairro Pioneiro
Formoso	50.400	9.000	SIM	Rodovia MG 400, Km 150 – Formoso/Buritis
Frutal	52.000	15.000	SIM	Rodovia BR-364, Km 30 - Zona Rural - CEP 38200-000 – Frutal - MG
Frutal (centro)	16.360	14.000	SIM	Av. Euvaldo Lodi, 320 – Centro
Ipiaçu	6.616	3.000	SIM	Rua Duque de Caxias, 40 – Bairro Porongaba – CEP 38350-000 – Ipiaçu – MG
Ituiutaba - Centro	23.621	20.800	SIM	Av. José de Magalhães Pinto, 1338 – Bairro Ipiranga – Ituiutaba – MG
Ituiutaba - Rodovia	200.000	10.000	SIM	Av Napoleão Faissol, 118 – Distrito Industrial – CEP 38300-000 – Ituiutaba -MG
Iturama	48.400	17.000	SIM	Prolongamento da Av. D. Pedro II, s/nº – Vila São Miguel – Fazenda Santa Rosa
Manga	11.000	3.000	SIM	Rodovia Manga – Montalvania, Km 2,5
Mato Verde	50.000	3.000	SIM	Rodovia MG 122 – Estrada Mato Verde – Monte Azul
Mocambinho	19.250	3.000	SIM	Distrito de Matias Cardoso – Município de Manga
Monte Carmelo	50.000	22.000	SIM	Rodovia MG-190 – Km 03 – Zona Rural – CEP 38500-000 – Ituiutaba – MG
Monte Azul	50.000	-	NÃO	Rodovia MG 122 – Baixa do Torosó
Muriaé	50.000	8.959	SIM	BR 356 Muriaé / Ipanema

MUNICÍPIO	TERRENO (m ²)	ESTRUTURA DE ARMAZENAGEM (T)	EDIFICAÇÕES DE APOIO	ENDEREÇO
Paracatu	20.000	22.000	SIM	Av. Brasília, 460 – Bairro Amreiras – CEP 38600-000 – Paracatu – MG
Passos	50.000	15.000	SIM	Estrada Rural Passos/Bananal, Km 121 – Bairro Penha – CEP 37900-000 – Passos – MG
Patos de Minas - Centro	16.700	12.000	SIM	Rua Dona Luiza, 1390 - Bairro Cristo Redentor - CEP 38700-164 – Patos de Minas – MG
Patos de Minas - Rodovia	50.000	15.000	SIM	Rodovia BR-354, Km 08 – Anel Rodoviário – Patos de Minas – MG
Patrocínio – Centro	93.932	27.000	SIM	Av. Gal. Astolfo F. Mendes, 1201 – Bairro Morada do Sol – CEP 38740-000 – Patrocínio – MG
Patrocínio - Rodovia	50.000	15.000	SIM	Av. Faria Pereira, s/nº - Bairro Boa Esperança – Patrocínio – MG
Sacramento	50.000	9.000	SIM	Av. Domingos Magnobosco, s/nº – Residencial Skaff – CEP 38190-000 – Sacramento – MG
Santa Vitória	48.067	18.000	SIM	Av. Genésio Franco Moraes, 2755 – CEP 38320-000 – Santa Vitória – MG
Tupaciguara	20.000	11.800	SIM	Rua Bueno Brandão, 337 – Bairro Tiradentes – CEP 38430-000 – Tupaciguara – MG
Tupaciguara (Centro)	1.980	850	NÃO	Rua Silviano Brandão, 11
Uberaba	157.873	45.000	SIM	Av. Cel. Zacarias Borges de Araujo, 200 – Distrito Industrial – Uberaba – MG
Uberlândia	256.031	110.800	SIM	Av. José Andraus Gassani, 1475 – Distrito Industrial – CEP 38405-389 – Uberlândia – MG
Uberlândia – EADI	52.474	21.000	SIM	Rua República do Piratini, 1145 – Distrito Industrial I
Unaí	35.000	31.000	SIM	Rodovia BR 251, Km 143 – Zona Rural – CEP 38610-000 – Unaí – MG

Da atual estrutura da Companhia, restam ainda 05 unidades com pendência de registros e averbações entre as 09 que estavam com pendências no ano anterior, quais sejam, Formoso, Mato Verde, Uberlândia, Patrocínio e Tupaciguara. Registre-se que a regularização destes imóveis não dependem só de tratativas da CASEMG, mas do envolvimento de outros órgãos públicos em diversas esferas, o que torna difícil prever um prazo fatal para suas regularizações.

Tais pendências, pela sua relevância, continuam sendo motivo de preocupação e as soluções, prioritárias no referido exercício e para administrações vindouras. O monitoramento das ações internas é prática do Conselho Fiscal, sendo feito através de relatório mensal circunstanciado de cada pendência.

Como destaque, cumpre registrar o retorno do armazém localizado no Município de Muriaé à administração da Companhia, em decorrência de acordo judicial em ação de execução de precatório, assinado e acordado entre a Procuradoria e a Secretaria da Fazenda do Município, bem como com o setor jurídico da CASEMG.

Ao longo do atual exercício, foi dada continuidade ao trabalho de controle físico dos bens móveis constantes do Ativo Permanente para conciliação com os dados contábeis, com vistas à conclusão final do INVENTÁRIO PATRIMONIAL, em conformidade com a Instrução Normativa nº INAH 16/2007.

5.2.1.2. PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

Foram realizados 28 (vinte e oito) procedimentos licitatórios nas diversas modalidades, envolvendo aquisições de bens e serviços, além de alienação de imóveis e leilões administrativos conforme demonstrado abaixo.

Processos licitatórios de Aquisição e Prestação de Serviços

MODALIDADE LICITATÓRIA		QUANTIDADE	VALOR (em R\$1,00)
PREGÃO PRESENCIAL	Aquisição	4	135.200,00
PREGÃO ELETRÔNICO	Prestação de Serviço	3	9.920,00
	Aquisição	18	520.979,46
TOTAL		25	666.099,46

Cumpre salientar que a modalidade licitatória de Carta Convite já não é mais adotada na Companhia. Idêntico procedimento ocorre com as modalidades excludentes de licitação, "Dispensa e Inexigibilidade", salvo casos estritamente especiais, sempre em cumprimento a legislação vigente.

O único processo de Dispensa de Licitação ocorrido no período referiu-se à aquisição de um veículo utilitário para atender à Unidade de Armazenagem e Negócios da CASEMG localizada no município de Monte Carmelo. Destaca-se que após a realização de três procedimentos licitatórios, um deserto e os outros, com preços acima dos valores de referência, este bem foi adquirido pelo valor de R\$ 41.100,00 (quarenta e um mil e cem reais), inferior ao definido no ultimo procedimento licitatório.

Os 04 processos licitatórios na modalidade Pregão Presencial de aquisição de bens resultaram em:

- 02 desertos.
- 02 homologados, referentes a aquisição de lenha nas UAN's de Paracatu, Monte Carmelo, Patos de Minas, Capinópolis e Uberaba.

Os 03 processos licitatórios na modalidade Pregão Eletrônico de prestação de serviços resultaram em:

- 01 revogado.
- 01 homologado, referente à contratação de empresa para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis e financeiras de 31/12/2008 da CASEMG.
- 01 em fase de conclusão.

Os 18 processos licitatórios na modalidade Pregão Eletrônico de aquisição de bens resultaram em:

- 03 desertos.
- 05 revogados.
- 10 homologados, referentes ao fornecimento de óleo BPF e as aquisições de material elétrico e mecânico, equipamentos de informática, móveis de escritório, impressos gráficos e formulários contínuos, veículo utilitário, lonas para expurgo e determinadores de umidade e balança comercial.

Observe-se que a cada exercício o aprimoramento tecnológico se faz cada vez mais presente, resultando em agilidade processual, maior economicidade nos custos médios, além de maior transparência no decorrer de todo processo licitatório.

MODALIDADE LICITATÓRIA	QUANTIDADE	VALOR (em R\$1,00)
CONCORRÊNCIA	1	179.856,00
LEILÃO ADMINISTRATIVO	2	3.700,00
TOTAL	3	183.556,00

Foi promovido na modalidade Concorrência Pública, 01 procedimento de alienação de imóvel com a devida autorização do Conselho Nacional de Desestatização – CND, situado no perímetro urbano do Município de Gurinhatã/Minas Gerais.

Além disto, foram realizados, 02 Leilões Administrativos de produtos armazenados por ordem judicial e em atendimento à legislação de armazenagem.

5.2.1.3. INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO

Investimentos no Ativo Imobilizado (Em R\$1,00)

DESCRÍÇÃO	ORÇADO (em R\$1,00)	REPROGRAMADO (em R\$1,00)	REALIZADO (em R\$1,00)	REALIZADO / REPROGRAMADO (%)
Manutenção e Adequação de Imóveis.	700.000	630.000	404.986	64,3
Manutenção e Adequação de Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos.	400.000	328.000	184.499	56,2
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática e Tele-processamento	100.000	342.000	140.594	41,1
TOTAL	1.200.000	1.300.000	730.078	56,2

A necessidade de modernização e implementação tecnológica da Companhia se faz cada vez mais constante, objetivando o intuito devê-la no exercício de suas ações, tornando-a cada vez mais ágil, dentro de padrões de eficácia e fiel à sua missão institucional.

Em 2008, avanços nos programas de investimento em seus ativos imobilizados ocorreram em uma faixa de 64% (sessenta e quatro por cento), portanto acima do realizado no período anterior, não se atingindo o valor reprogramado em função de dois fatores primordiais:

1 – A não realização da implantação de um silo armazensor no município de Araguari, com capacidade de 3.000 t devido a adoção de medidas prudentes em função da vulnerabilidade do mercado futuro, tendo em vista a crise econômica instalada a partir de outubro do corrente ano.

Optou-se realizar o referido investimento no exercício de 2009 na perspectiva de melhoria do contexto global.

2 - Instalação de parte dos filtros de manga na Unidade de Armazenagem de Uberlândia.

Independente do adiamento deste investimento ocorreram avanços no controle ambiental da unidade com o fechamento das moegas e conclusão do projeto ambiental, exigência do Corpo de Bombeiro do município.

Embora os recursos financeiros estivessem disponíveis, a gestão buscou, de forma prudente, aprofundar os estudos técnicos do projeto, decidindo pela sua implantação no próximo exercício, sendo que estes já se encontram contemplado no orçamento de 2009.

5.2.1.4. PDG - DISPÊNDIOS CORRENTES

(Em R\$1,00)

DESCRÍÇÃO	ORÇADO (em R\$1,00)	REPROGRAMADO (em R\$1,00)	REALIZADO (em R\$1,00)	REALIZADO / REPROGRAMADO (%)
Materiais e Produtos	873.215	1.412.667	1.497.995	106,0
Serviços de Terceiros	3.015.600	2.860.770	2.948.424	103,0
Utilidades e Serviços	1.850.000	2.058.824	2.194.796	106,6
Aluguéis	273.540	231.303	236.798	102,3
TOTAL	6.012.355	6.563.564	6.878.013	104,7

No caso específico do item Materiais e Produtos, a ocorrência de uma safra com umidade elevada, consequência de chuvas abundantes, impactou os custos com aquisição de lenha e, em especial, de óleo BPF, situação atípica se comparada ao exercício anterior.

No que concerne a Serviços de Terceiros, a redução dos valores realizados nessa rubrica, se comparados os períodos 2007/2008, foi da ordem de 20% (vinte por cento), embora o realizado nesse período tenha ficado 3% (três por cento) acima do reprogramado. Tal fato demonstra a preocupação da gestão no controle dos gastos administrativos e operacionais.

Especificamente no item Utilidades e Serviços, a energia elétrica, mesmo diante de um monitoramento de gastos e controles energéticos para cada unidade, desporta ainda custos acentuados, necessitando a cada exercício, de um desenvolvimento tecnológico no sistema de comando dos equipamentos, aliada à maior conscientização dos profissionais encarregados das operações pertinentes.

Em relação a Aluguéis, verifica-se a ocorrência de uma redução dos valores realizados, se comparado aos do exercício anterior em função da redução do espaço alugado para funcionamento da sede administrativa.

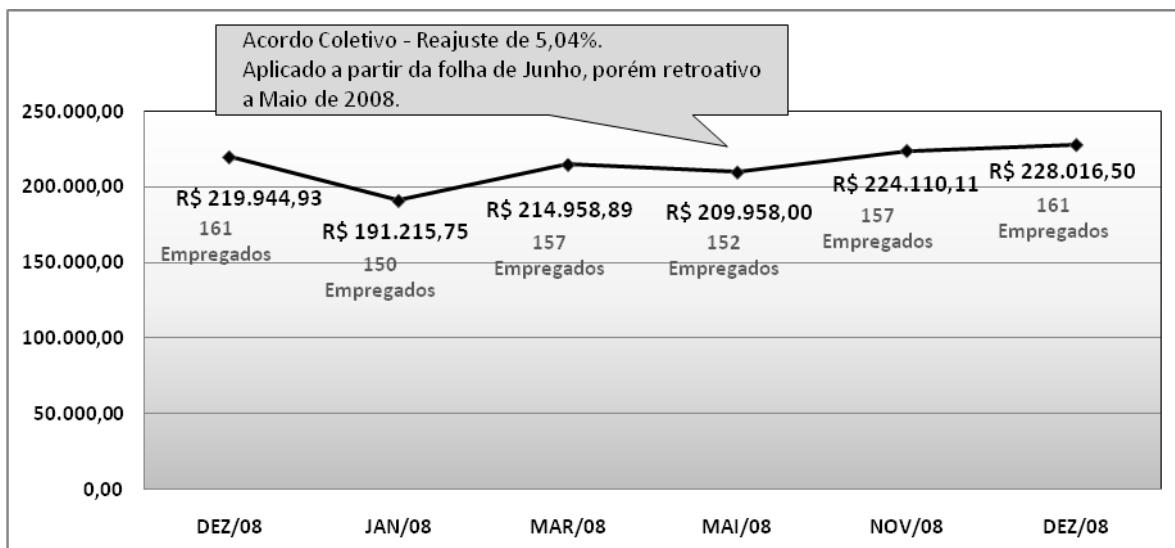
5.2.2. RECURSOS HUMANOS

Em 2008, comparando-se ao ano de 2007, não ocorreram grandes mudanças no quadro de pessoal da CASEMG. As duas diretorias – PRESI e DIRAF – permaneceram, assim como toda a estrutura organizacional da Companhia, definida em 19/10/2007 em Ata da Assembléia Extraordinária.

Estruturalmente, na área operacional, também não houve alterações consideráveis. Apenas a nomeação de um gerente na Unidade de Paracatu, totalizando, ao final de 2008, 11 gerências.

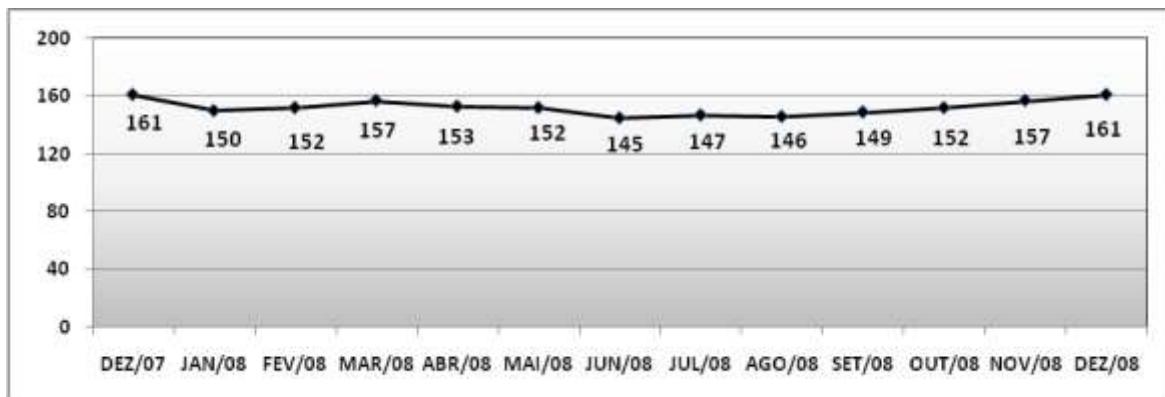
Em 2007 ocorreram 46 demissões em função da política de redução de custos, sendo que em 2008 houve apenas 13 demissões.

Evolução do Custo da Folha de Pagamento Em 2008



No ano de 2008, o custo médio com a Folha de Pagamento no período compreendido de 12 meses, foi de R\$ 214.054,00, sem encargos trabalhistas. A evolução da folha de pagamento de janeiro a dezembro de 2008 evidencia um crescimento de 19,25% (dezenove vírgula vinte e cinco por cento); no entanto, verificou-se apenas um pequeno acréscimo de 3,67% (três vírgula sessenta e sete por cento), se confrontado à dezembro do exercício anterior, devido, principalmente, ao Acordo Coletivo ocorrido no mês de maio, de 5,0% (cinco por cento), fator preponderante ao acréscimo na folha de pagamento, aliado a um equilíbrio de custo entre demissões e contratações.

Evolução do Quantitativo de Empregados 2008



Folha de Pagamento¹ - Custo referente à remuneração dos empregados (não incluídos os estagiários nem os conselheiros), ou seja, somatório dos itens: Salário Contratual, Verbas Unificadas, Gratificação de Função, Complemento Variação Adicional de Função (CVAF). Honorários da Diretoria, Periculosidade e Adicional de Transferência. Tais itens correspondem, respectivamente, aos eventos (Logix): 1; 134; 118; 119; 408, 409, 412 e 417; 114; 120 e 122.

Em função da realização do Concurso Público, em 2006, e da implantação do Plano de Cargos e Salários – PCS, a Companhia tem reestruturado seu quadro funcional com a contratação de concursados de acordo com a necessidade da Sede Administrativa e, principalmente, das Unidades de Armazenagem e Negócios da CASEMG, foco de todas as ações da Companhia.

É importante lembrar que a CASEMG não patrocina entidades fechadas de previdência privada nem contribui para qualquer fundo com a finalidade de complementar aposentadorias ou pensões de seus empregados.

Entre contratações e demissões, coincidentemente, a Companhia fechou o exercício de 2008 de forma equivalente ao ano de 2007: 161 empregados compõem o quadro de pessoal da CASEMG.

Dos 161 empregados, 150 possuem contrato de trabalho ativo, ou seja, representam a força de trabalho real da CASEMG, 08 estão em licença sem remuneração e 03 estão cedidos a entidades sindicais, conforme quadro abaixo:

Funcionários Com Contrato de Trabalho Ativo

SITUAÇÃO	2007			2008		
	Qtdade	%	Rem. Mensal (R\$)	Qtdade	%	Rem. Mensal (R\$)
Força de Trabalho Real	150	93,17	213.748,65	150	93,17	218.337,15
Licença sem Remuneração (inclui INSS)	8	4,97	0,00	8	4,97	0,00
Cedidos a Entidades Sindicais	3	1,86	6.196,28	3	1,86	9.679,35
TOTAL	161	100	219.944,93	161	100	228.016,50

5.3. NÚCLEO COMERCIAL E OPERACIONAL

Complexo Armazenador em Operação

MUNICÍPIO	ARMAZ. GRANEL (t)	ARMAZ. CONVENCIONAL (t)	TOTAL
Alfenas	9.000	-	9000
Araguari	9.000	-	9000
Bonfinópolis de Minas	4.500	3.000	7500
Buritis	15.000	-	15000
Capinópolis	34.000	9.000	43000
Centralina	-	9.000	9000
Conceição das Alagoas	15.000	-	15000
Frutal	15.000	-	15000
Ituiutaba	10.000	20.800	30800

Complexo Armazenador em Operação (Continuação)

MUNICÍPIO	ARMAZ. GRANEL (t)	ARMAZ. CONVENCIONAL (t)	TOTAL
Monte Carmelo	10.000	12.000	22000
Paracatu	10.000	12.000	22000
Passos	15.000	-	15000
Patos de Minas	15.000	12.000	27000
Patrocínio	15.000	12.000	27000
Sacramento	9.000	-	9000
Santa Vitória	9.000	9.000	18000
Tupaciguara	9.000	2.800	11800
Uberaba	45.000	-	45000
Uberlândia	84.000	-	84000
Unaí	25.000	6.000	31000
TOTAL	357.500	107.600	465.100

As Unidades de Armazenagem e Negócios, especificamente as de Patrocínio e Uberlândia/EADI, estão contempladas, para efeito de estudo, como unidades operacionais, apesar das mesmas estarem sob regime de Concessão Real de Direito de Uso.

Patrocínio – Rodovia.....	15.000 t
Uberlândia/EADI.....	21.000 t
Total.....	36.000 t

Receita Operacional (em R\$1,00)

MESES	CONTRATO DE ARMAZENAGEM	CONTRATO DE TRANSBORDO	TOTAL
Janeiro	614.596	102.460	717.056
Fevereiro	798.845	268.290	1.067.135
Março	943.535	443.800	1.387.335
Abril	1.705.422	545.290	2.250.712
Maio	1.762.294	430.984	2.193.278
Junho	1.429.117	317.426	1.746.543
Julho	1.144.794	388.820	1.533.614
Agosto	1.136.072	167.924	1.303.996
Setembro	1.110.443	31.828	1.142.271
Outubro	1.034.830	48.169	1.082.999
Novembro	725.465	37.508	762.973
Dezembro	581.357	72.317	653.674
TOTAL	12.986.765	2.854.821	15.841.586

Contrato de armazenagem: comprehende todos os contratos de “Adesão” que obedecem as tarifas oficiais de prestação de serviço, em conformidade ao Regulamento Interno e a Lei de Armazenagem, sendo estas devidamente registradas na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, bem como os de “Tarifação Especial”, nos quais os contratantes, em sua grande maioria, correspondem a pessoas jurídicas que atuam no setor do agronegócio nacional, estando constante em Instrução Normativa devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, em razão de adequações de cláusulas

contratuais relacionadas à quantidade, prazo de vigência, produto, período de safra e entressafra, utilização de energia elétrica, contratação de mão-de-obra de braçagem, etc.

Neste exercício, foram firmados 736 contratos de adesão, os quais corresponderam a um estoque médio de 11% (onze por cento) em relação à capacidade estática do complexo armazenador em operação, gerando uma movimentação de 320.000 toneladas, ao longo do exercício.

No que concerne a contratos de tarifação especial, ocorreu uma utilização de 24% (vinte e quatro por cento) do espaço armazenador, gerando uma movimentação de 690.000 toneladas, ao longo do exercício.

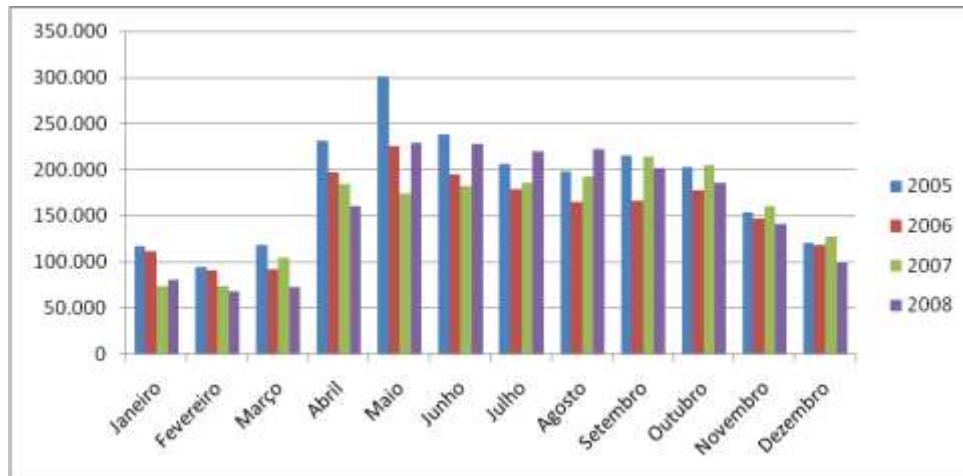
Assim, a média operacional de armazenagem situou-se entre 32% (trinta e dois por cento) a 35% (trinta e cinco por cento) do complexo armazenador operacional, acima da média do exercício anterior, não sendo considerado, ainda, o percentual ideal de utilização da estrutura física da Companhia.

Como fator preponderante na contínua elevação dos estoques médios, pode-se considerar a identificação de novos nichos de mercado e continuidade dos trabalhos com os atuais, melhoria na captação de novos clientes e promoções tarifárias.

Contrato de transbordo: compreende os contratos relativos às operações de transbordo de mercadorias destinadas ao Corredor de Exportação; eventualmente, são realizadas operações com mercadorias destinadas ao mercado interno.

Evolução do Estoque Mensal

PERÍODO	2005		2006		2007		2008	
	Estoque Mensal (t)	Índice de Ocupação	Estoque Mensal (t)	Índice de Ocupação (%)	Estoque Mensal (t)	Índice de Ocupação (%)	Estoque Mensal (t)	Índice de Ocupação (%)
Janeiro	117.311	26,33	112.097	22,88	74.305	14,83	81.044	16,17
Fevereiro	94.981	21,32	91.379	18,65	74.487	14,86	68.807	13,73
Março	118.074	26,50	92.414	18,86	105.251	21,00	73.433	14,65
Abril	231.252	51,90	197.440	40,30	184.288	36,78	160.361	32,00
Maio	301.265	67,61	225.547	46,04	174.102	34,74	228.856	45,67
Junho	238.472	53,52	194.588	39,72	182.805	36,48	228.302	45,56
Julho	205.837	46,19	179.033	36,54	185.454	37,01	220.529	44,01
Agosto	198.848	44,62	165.395	33,76	192.133	38,34	222.825	44,47
Setembro	215.846	48,44	166.117	33,91	213.815	42,67	201.582	40,23
Outubro	202.815	45,52	177.739	36,28	205.752	41,06	186.289	37,18
Novembro	153.844	34,53	146.689	29,94	160.449	32,02	141.107	28,16
Dezembro	120.681	27,08	118.030	24,09	127.367	25,42	99.041	19,41
MÉDIA	183.269	41,13	155.539	31,75	156.684	31,27	159.348	31,80

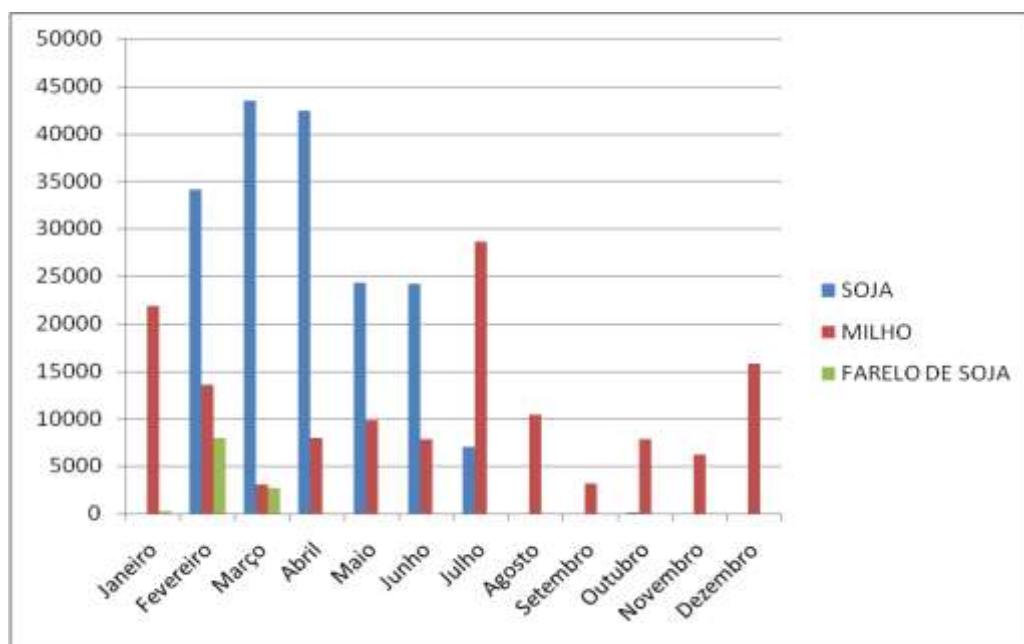
Gráfico - Evolução do Estoque Mensal (t)


Cumpre salientar que nestas duas modalidades – armazenagem e transbordo, o índice de rotatividade em relação ao complexo armazenador foi de 1,06, índice superior ao do período anterior, que foi de 0,84. Em relação aos volumes transbordados, havia a expectativa de um implemento nas operações; todavia, esta expectativa se viu frustrada devido a performance das operações realizadas nos últimos quatro meses do exercício em consequência da crise econômica que se instalou de forma global.

A Unidade de Armazenagem e Negócios de Uberlândia foi a responsável pelos resultados apresentados, mas faz-se necessário a implementação desta operação em outras unidades, principalmente, em Araguari, Patrocínio e Uberaba, durante os próximos exercícios, em função da rentabilidade por ela apresentada.

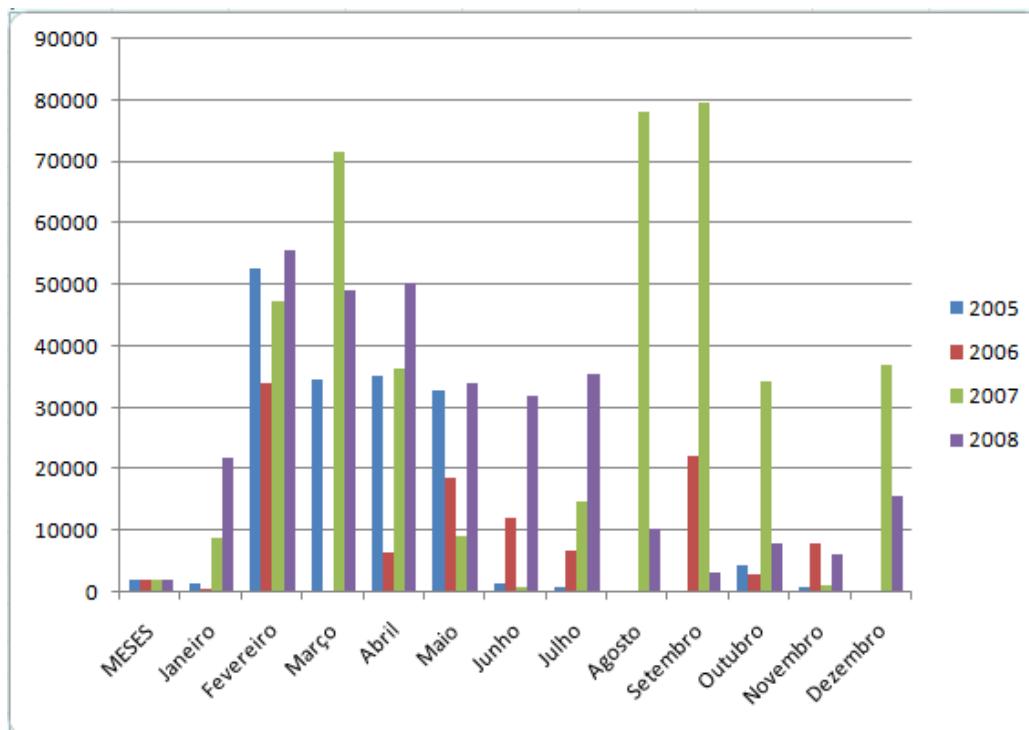
PRODUTOS TRANSBORDADOS EM 2008 (t)

PERÍODO	SOJA	MILHO	FARELO DE SOJA	TOTAL
Janeiro	0	21.794	213	22.007
Fevereiro	34.114	13.557	7.891	55.562
Março	43.486	3.082	2.708	49.276
Abri	42.368	7.995	0	50.363
Maio	24.269	9.828	0	34.097
Junho	24.159	7.812	0	31.971
Julho	6.984	28.643	0	35.627
Agosto	0	10.417	0	10.417
Setembro	0	3.181	0	3.181
Outubro	148	7.777	0	7.925
Novembro	37	6.168	0	6.205
Dezembro	0	15.753	0	15.753
Total	175.565	136.007	10.812	322.384

Gráfico – Produtos Transbordados em 2008 (t)


Comparativo de Operação de Transbordo(t) - 2005/2008

MESES	OPERAÇÃO DE TRANSBORDO (t)							
	2005		2006		2007		2008	
	Mensal	Acumulado	Mensal	Acumulado	Mensal	Acumulado	Mensal	Acumulado
Janeiro	1.303	1.303	371	371	8.778	8.778	22.007	22.007
Fevereiro	52.607	53.910	34.038	34.409	47.255	56.034	55.562	77.569
Março	34.498	88.408	0	34.409	71.541	127.575	49.276	126.845
Abril	35.247	123.655	6.312	40.721	36.519	164.094	50.363	177.208
Maio	32.651	156.306	18.533	59.254	9.257	173.351	34.097	211.305
Junho	1.386	157.692	12.064	71.318	918	174.269	31.971	243.276
Julho	557	158.249	6.808	78.126	14.800	189.069	35.627	278.903
Agosto	0	158.249	181	78.307	78.247	267.316	10.417	289.320
Setembro	94	158.343	22.190	100.497	79.689	347.005	3.181	292.501
Outubro	4.338	162.681	2.973	103.470	34.472	381.477	7.925	300.426
Novembro	549	163.230	7.830	111.300	1.293	382.770	6.205	306.631
Dezembro	0	163.230	0	111.300	36.865	419.616	15.753	322.384

Quadro Comparativo de Operação de Transbordo(t) - 2005/2008 – MENSAL


Computadas todas as modalidades operacionais, houve uma movimentação global de produtos no complexo armazenador na faixa de 1.400.000 toneladas, ou seja, 15% (quinze por cento) acima da movimentação ocorrida no exercício anterior.

5.4. GERÊNCIA FINANCEIRA E CONTÁBIL

A CASEMG apresentou prejuízo de R\$ 2.543 mil, no exercício, com resultado operacional negativo de R\$ 2.727 mil, e resultado não operacional positivo de R\$ 183 mil, correspondente a ganhos de capital no Ativo Imobilizado.

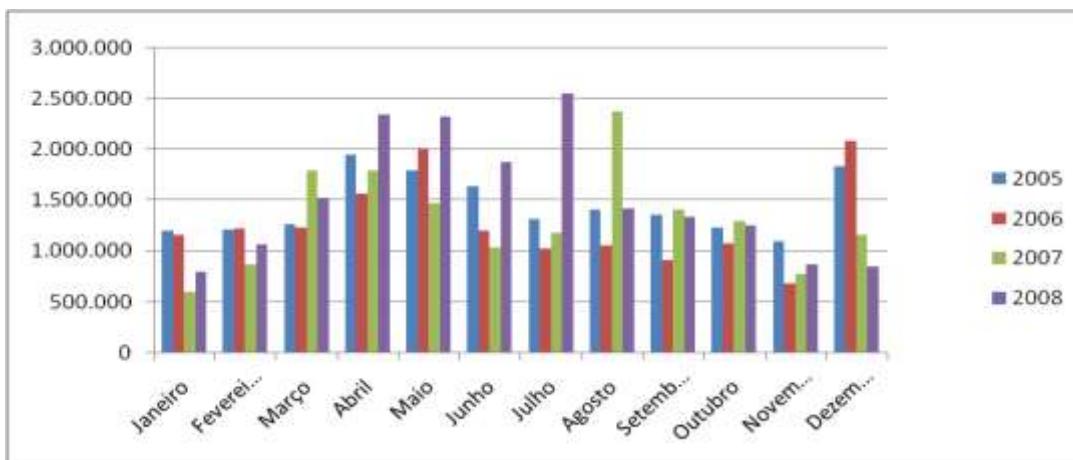
A receita total alcançou R\$ 18.280 mil, com acréscimo de 16% em relação a 2007.

O implemento de vendas de serviços, sempre deve ser a tônica principal de gestão para juntamente com receitas não operacionais, suprirem as necessidades de custeio e de modernização das Unidades de Armazenagem e Negócio, evitando-se assim a redução do Ativo Patrimonial por intermédio de procedimentos licitatórios de alienação de bens imóveis, opção essa, adotada pela Diretoria Executiva em não enfatizar alienação de imóveis. .

Evolução da Receita Total - 2005/2008 (em R\$1,00)

MÊS	2005	2006	2007	2008
Janeiro	1.196.617	1.160.493	600.061	798.814
Fevereiro	1.215.322	1.220.318	869.886	1.163.076
Março	1.266.861	1.235.247	1.789.610	1.523.649
Abril	1.943.468	1.557.222	1.789.497	2.341.120
Maio	1.786.715	2.007.190	1.468.278	2.318.832
Junho	1.630.460	1.203.588	1.034.306	1.870.074
Julho	1.318.107	1.019.796	1.182.669	2.542.082
Agosto	1.409.733	1.054.353	2.372.517	1.415.538
Setembro	1.351.985	913.420	1.404.818	1.336.661
Outubro	1.231.231	1.078.329	1.291.999	1.256.707
Novembro	1.097.769	678.630	778.918	867.851
Dezembro	1.834.370	2.078.217	1.163.260	845.788
Total	17.282.638	15.206.803	15.745.819	18.280.192

Gráfico - Evolução da Receita Total - 2005/2008 (R\$1,00)



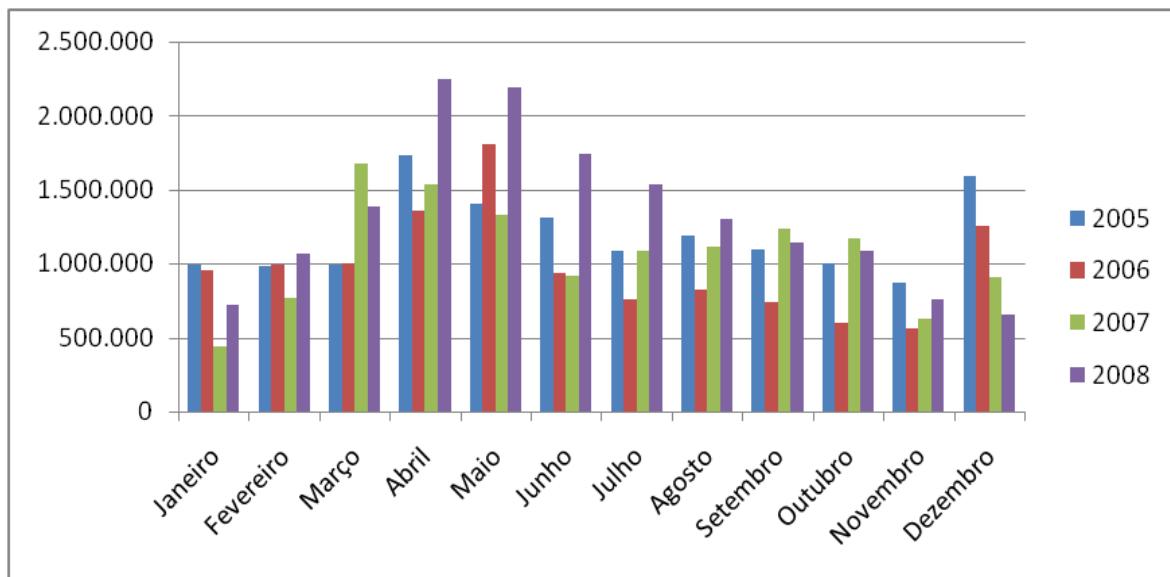
A receita bruta só não alcançou o limiar de R\$17milhões devido à frustração ocorrida nas receitas operacionais relativas ao 4º trimestre do exercício em questão.

A receita bruta de vendas e serviços, no total de R\$ 15.841 mil, situou-se na faixa de 23% (vinte e três por cento) acima da do exercício anterior.

**Receita Bruta de Venda de Serviços e Mercadorias - 2005/2008
(em R\$1,00)**

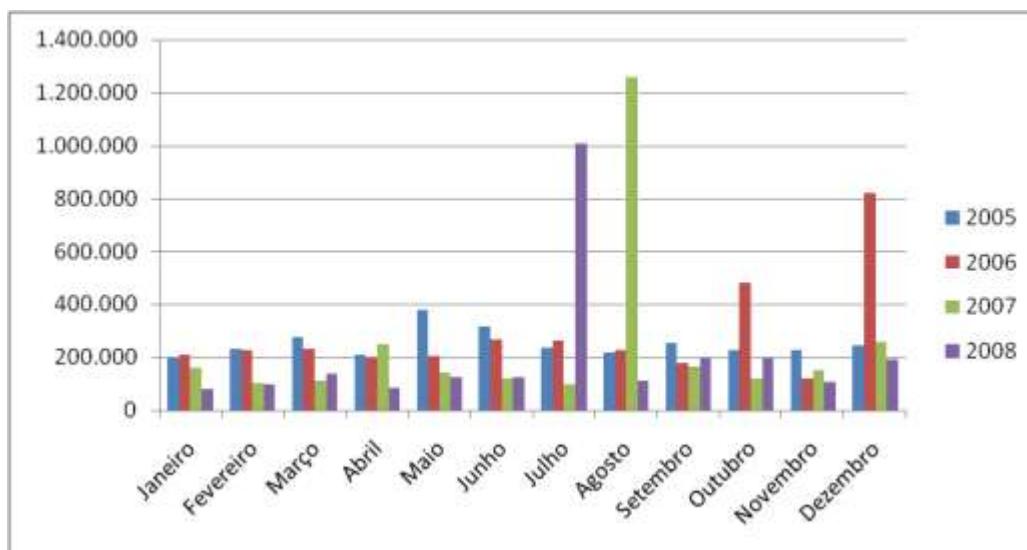
MÊS	2005	2006	2007	2008
Janeiro	996.850	950.961	439.729	717.056
Fevereiro	983.016	991.528	766.379	1.067.135
Março	991.391	1.002.128	1.679.907	1.387.335
Abril	1.734.550	1.358.731	1.537.622	2.250.712
Maio	1.409.130	1.802.831	1.327.282	2.193.278
Junho	1.312.796	935.142	913.384	1.746.543
Julho	1.081.469	756.245	1.086.184	1.533.614
Agosto	1.189.080	825.103	1.114.292	1.303.996
Setembro	1.098.534	735.130	1.240.000	1.142.271
Outubro	1.004.617	596.498	1.169.578	1.082.999
Novembro	871.070	559.799	627.377	762.973
Dezembro	1.587.398	1.256.527	904.060	653.674
Total	14.259.901	11.770.623	12.805.793	15.841.586

Gráfico - Receita Bruta de Venda de Serviços e Mercadorias - 2005/2008



Outras Receitas, Inclusive Não-Operacionais - 2005/2008 (em R\$1,00)

MÊS	2005	2006	2007	2008
Janeiro	199.767	209.531	160.331	81.759
Fevereiro	232.306	228.790	103.507	95.941
Março	275.470	233.119	109.704	136.314
Abril	208.918	198.491	251.875	90.407
Maio	377.585	204.358	140.997	125.554
Junho	317.664	268.446	120.922	123.531
Julho	236.638	263.552	96.486	1.008.457
Agosto	220.653	229.249	1.258.225	111.539
Setembro	253.451	178.290	164.819	194.389
Outubro	226.614	481.831	122.421	173.709
Novembro	226.699	118.830	151.542	104.878
Dezembro	246.972	821.689	259.200	192.114
Total	3.022.737	3.436.176	2.940.029	2.438.592

Gráfico - Outras Receitas, Inclusive Não-Operacionais - 2005/2008


As demais receitas não operacionais, somaram R\$ 2.438 mil, valor este abaixo ao de 2007 em torno de 26% (vinte e seis por cento). O ganho com capital imobilizado foi de R\$ 183 mil, decorrente praticamente da alienação de Gurinhatã.

O restante se deu através das concessões e de recuperação de despesas através de gastos contratuais (energia e impostos), taxas de permanência, juros e multas e, principalmente a apropriação de encargos referentes ao acordo firmado com a prefeitura de Muriaé, sendo que este último, gerou rendimentos em aplicação financeira.

Pode-se verificar que nos anos anteriores, ocorreu maior arrecadação de receitas não operacionais, face às alienações realizadas do ativo imobilizado.

As despesas totais correspondentes a R\$18.269 mil se situaram acima da faixa de 21% (vinte e um por cento) em relação ao exercício passado. O aumento se deu, principalmente, em função do provisionamento para o exercício de 2009, num montante de R\$2.411 mil e a presença de uma safra úmida, o que elevou os custos referentes às rubricas “Materiais e Produtos” (lenha e óleo BPF) e “Utilidades e Serviços” (energia elétrica).

Contudo, uma ação preventiva se faz necessária no sentido de evitar novos passivos trabalhistas, posto que essas provisões, uma vez reduzidas ou não existentes, trariam resultado positivo no exercício financeiro.

Dispêndios Correntes - 2005/2008 (em R\$1,00)

Mês	2005	2006	2007	2008
Janeiro	1.042.100	1.007.433	923.551	864.715
Fevereiro	1.009.655	1.026.492	970.706	992.166
Março	1.647.572	1.247.194	1.506.451	1.365.993
Abril	1.493.834	1.617.348	1.741.986	1.866.787
Maio	1.411.430	1.932.089	1.546.558	1.786.377
Junho	1.300.467	1.225.144	1.213.728	1.563.905
Julho	1.158.400	1.082.975	989.315	1.445.238
Agosto	1.117.740	1.144.200	1.061.634	1.152.339
Setembro	1.090.812	1.160.306	1.167.569	1.150.549
Outubro	998.376	1.092.305	1.082.178	1.527.947
Novembro	984.171	1.032.736	947.728	1.074.011
Dezembro	1.074.591	1.107.058	1.878.895	3.479.303
TOTAL	14.329.148	14.675.279	15.030.299	18.269.330

Dispêndios de Capital - 2005/2008 (em R\$1,00)

Mês	2005	2006	2007	2008
Janeiro	46.631	20.500	16.420	11.322
Fevereiro	94.959	48.494	86.197	46.785
Março	180.273	113.914	150.710	67.746
Abril	149.557	259.096	66.984	119.912
Maio	104.697	115.803	113.423	45.222
Junho	34.430	101.038	8.510	74.813
Julho	16.734	60.365	-	20.009
Agosto	39.096	139.776	-	23.032
Setembro	9.492	143.059	336	81.005
Outubro	56.348	10.510	-	104.264
Novembro	1.859	35.720	-	75.199
Dezembro	62.106	39.152	-	60.770
TOTAL	796.182	1.087.427	442.580	730.079

O endividamento total aumentou de R\$7.587 mil no encerramento de 2007 para R\$8.551 mil em 31/12/2008. Tal endividamento foi composto pelo saldo devedor do REFIS, no valor de R\$5.906 mil somado ao valor de R\$ 2.597 mil referente às contingências trabalhistas e R\$48 mil ao parcelamento CEMIG.

Registra-se uma disponibilidade da Companhia destinada a custear despesas com contencioso oriunda de valores já existentes de depósitos recursais e bloqueios judiciais, projetando, assim, uma dívida líquida de R\$7.305 mil.

Registra-se também dívida de R\$734 mil junto a Prefeitura Municipal de Frutal originada de ISSQN e IPTU, em processo de negociação com vistas à compensação com os créditos contratuais da CASEMG no valor de R\$ 888 mil.

Os resultados obtidos mantiveram, em termos agregados, consonância com as estimativas contidas no orçamento de 2008, elaborado em cumprimento às disposições do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no seu Programa de Dispêndios Globais - PDG - Usos e Fontes, considerando-se o histórico das receitas e despesas globais da Companhia e projetando-se o resultado do exercício a partir do esperado de cada uma das unidades que compõem a Empresa. O quadro abaixo sintetiza o comparativo entre receitas e despesas orçadas e realizadas no exercício.

Programa e Evolução do Dispêndio Global
Valores Reprogramados (em R\$1,00) - Exercício de 2008 – Usos E Fontes

Descrição	RECEITAS			DISPÊNDIOS			
	Valor		Realizado x Reprogramados	Descrição	Valor		Realizado x Reprogramado
	Reprogramado	Realizado			Reprogramado	Realizado	
Receitas Operacionais	17.150.000	15.841.586	92,37%	Dispêndios de Capital	1.300.000	730.079	56,15%
Receitas Não Operacionais	2.475.351	2.438.606	98,51%	Dispêndios Correntes	15.728.730	18.269.330	116,15%
TOTAIS	19.625.351	18.280.192	93,14%	TOTAIS	17.028.730	18.999.409	111,57%

5.5. AUDITORIA INTERNA

A programação da Auditoria Interna prevista para 2008 foi executada na sua totalidade, conforme quadro abaixo. Todos os trabalhos abrangeram auditoria contábil, de gestão administrativa e operacional, sendo realizados na sede administrativa, Núcleos e Unidades Armazenadoras.

Proposição de Trabalho, Ações Desenvolvidas e Resultado Obtido

Descrição da Tarefa	Quantidade Planejada	Quantidade Realizada	Proposição Inicial (%)
Auditoria de Gestão Administrativa e Operacional	19	19	100
Auditoria Contábil e Financeira	03	03	100
Gestão Orçamentária	01	01	100

No período, foram expedidas 146 recomendações, das quais 135 foram atendidas e apenas 11 encontram-se pendentes. As impropriedades apontadas têm sido objeto de acompanhamento permanente pelos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva, buscando-se a eliminação das fragilidades identificadas no controle interno da Companhia.

Em 2008 foram implementadas ações de fortalecimento da Unidade de Auditoria Interna com o desenvolvimento de metodologias para auxiliar o trabalho do auditor e melhorar as operações da

Companhia. Deu-se início a elaboração de Programas de Auditoria para todos os setores auditados, inclusive as Unidades Armazenadoras; foram feitas alterações na elaboração dos Relatórios de Auditoria; maior monitoramento das recomendações dos órgãos de controle interno e Conselhos.

A auditoria tem focado na análise de resultados das áreas auditadas, centrada mais nos riscos do que nos aspectos de conformidade.

6. ANÁLISE DO RESULTADO

O desempenho da CASEMG em 2008 foi condicionado pelo aumento de R\$3.035 mil na receita operacional com serviços de armazenagem e transbordo o que equivale a 23% (vinte e três por cento) do faturamento alcançado no ano anterior.

Apesar da melhoria do nível de atividade da Companhia, os dispêndios totais cresceram em relação ao exercício anterior originados, principalmente, pelo aumento de receita, elevando-se, assim, os gastos com impostos, materiais de consumo e serviços terceirizados. Também houve aumento na rubrica Provisão para Contingências Trabalhistas e Demandas Cíveis, sendo provisionado, no exercício, o valor de R\$2.411 mil devidas, conforme previsão jurídica das ações em andamento para 2009.

Os dispêndios das rubricas “Materiais e Produtos” e “Utilidades e Serviços” foram superiores em relação a 31/12/2007, enquanto os dispêndios com “Serviços de Terceiros” e “Despesas com Pessoal” situaram-se em patamares inferiores.

Ativo Circulante

Em 31/12/2008, verifica-se o aumento de 11,6% (onze vírgula seis por cento) no Ativo Circulante, de R\$ 2.741 mil para R\$ 3.059 mil, em função, principalmente, do aumento das aplicações financeiras e o precatório em fase de recebimento de acordo firmado com a Prefeitura de Muriaé.

Ativo Realizável a Longo Prazo

O aumento de 9,8% (nove vírgula oito por cento), de R\$4.718 mil para R\$5.180 mil tem por causa principal o valor a longo prazo referente ao precatório de acordo firmado com a Prefeitura de Muriaé.

Ativo Imobilizado

O decréscimo de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do Ativo Imobilizado, de R\$32.177 mil para R\$29.753 mil, origina-se na depreciação de bens e nas baixas efetuadas no período, relativas à alienação de imóveis. Esta redução foi parcialmente compensada pela adição de R\$730 mil nesta rubrica, correspondente aos investimentos em manutenção e modernização.

Passivo Circulante

Apresenta aumento de 21,1% (vinte e um vírgula um por cento), de R\$ 3.713 mil para R\$ 4.497 mil, decorrente, principalmente, da provisão para contingências trabalhistas e ações cíveis, bem como o parcelamento com o fornecedor CEMIG. Em compensação, houve uma redução nos acordos trabalhistas em função da liquidação no valor de R\$ 1.724 mil referente a acordos firmados em 2007 e 2008.

Passivo Exigível a Longo Prazo

O aumento de 3,3% (três vírgula três por cento), de R\$6.465 mil para R\$6.681 mil é função, essencialmente, da provisão para contingências trabalhistas de R\$251 mil e a ultima parcela do parcelamento com a CEMIG de R\$48 mil.

Patrimônio Líquido

O decréscimo de 9,0% (nove por cento) no PL, de R\$29.458 mil para R\$26.814 mil, decorre do prejuízo do exercício de R\$2.543 mil e de ajustes de exercícios anteriores, no valor de R\$100 mil.

Índices Financeiros
Análise Horizontal e Vertical do Ativo (em R\$1,00)

Discriminação	31/12/2007	%	31/12/2008	%	Índice Horizontal %
ATIVO CIRCULANTE	2.741.737	6,92	3.059.579	8,05	11,59
Disponibilidades	282.447	0,71	906.756,79	0,00	221,04
Contas a Receber líquidas	986.377	2,49	970.567,72	2,55	-1,60
Adiantamentos	21.853	0,06	39.404,86	0,10	80,32
Créditos e Valores	1.273.958	3,21	893.062,10	2,35	-29,90
Estoques	96.815	0,24	85.635,45	0,23	-11,55
Despesas Antecipadas	80.287	0,20	109.919,57	0,29	36,91
Ressarcimento de Clientes	0	0,00	54.232,35	0,14	
Transf.Numerário (conta transitória)				0,00	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.718.359	11,90	5.180.409	13,63	9,79
Créditos e Valores	2.897.446	7,31	3.448.143	9,08	19,01
Cobranças Judiciais	2.417.976	6,10	1.734.488	4,57	-28,27
(-) Provisão p/ Créditos Liquid.Duvidosa	-553.973	-1,40		0,00	-100,00
Dupls.à receber em cobrança judicial	89.410	0,23	161.328	0,42	80,44
(-)Dupls.venc. E não liquidadas	-132.502	-0,33	-163.550	-0,43	23,43
ATIVO PERMANENTE	32.177.259	81,18	29.753.504	78,31	-7,53
Imobilizado	32.177.259	81,18	29.753.504	78,31	-7,53
TOTAL DO ATIVO	39.637.355	100	37.993.492	100,00	-4,15

Análise Horizontal e Vertical do Passivo (em R\$1,00)

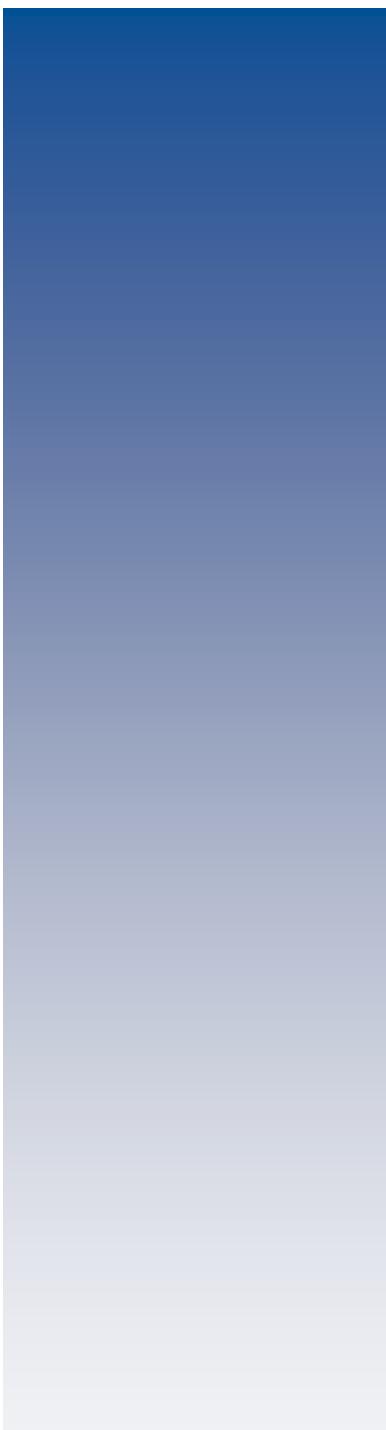
Discriminação	31/12/2007	%	31/12/2008	%	Índice Horizontal %
PASSIVO CIRCULANTE	3.713.707	9,37	4.497.273	11,84	21,10
Fornecedores	906.720	2,29	278.258	0,73	-69,31
Obrigações Fiscais	118.840	0,30	112.083	0,30	-5,69
Salários e Contribuições Previdenciárias	793.742	2,00	874.801	2,30	10,21
Obrigações à Terceiros	48.988	0,12	37.446	0,10	-23,56
Adiantamento de Clientes		0,00	9.750		
Parcelamento REFIS	243.343	0,61	259.064	0,68	6,46
Parcelamento CEMIG		0,00	581.082	1,53	
Provisão para Contingências	654.373	1,65	2.166.003	5,70	231,00
Acordo Trabalhista	947.700	2,39	178.787	0,47	-81,13
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	6.465.212	16,31	6.681.508	17,59	3,35
Provisões a Contingências	0	0,00	251.940	0,66	
Parcelamento REFIS	5.743.572	14,49	5.646.811	14,86	-1,68
ISSQN e IPTU Frutal	721.640	1,82	734.334	1,93	1,76
Parcelamento CEMIG			48.423	0,13	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29.458.436	74,32	26.814.711	70,58	-8,97
Capital Social	161.176.620		161.176.620		0,00
Prejuízo Acumulado	129.325.439		131.818.271		1,93
Lucro(Prejuízo) do Período	-2.392.745		-2.543.638		6,31
TOTAL DO PASSIVO	39.637.355	100,00	37.993.492	100,00	-4,15

Análise Horizontal e Vertical da DRE (em R\$1,00)

Discriminação	31/12/2007	%	31/12/2008	%	Em Reais R\$
					Indice Horiz. %
Receita Bruta de Venda de Serv. e Merc.	12.805.793	100	15.841.586	100,00	23,71
Receita Bruta de Venda de Serv.	12.805.793	100,00	15.841.586	100,00	23,71
Receita Bruta de Venda de Mercadorias		0,00		0,00	
Deduções da Receita	1.161.113	9,07	1.498.328	9,46	
Receita Operacional Líquida	11.644.680	90,93	14.343.258	90,54	23,17
Custos Operacionais	8.857.104	69,16	8.936.572	56,41	0,90
Pessoal e Encargos Sociais	3.090.961	24,14	2.656.276	16,77	-14,06
Outros Custos Operacionais	5.766.143	45,03	6.280.295	39,64	8,92
		0,00		0,00	
LUCRO BRUTO	2.787.576		5.406.686	34,13	
Despesas Administrativas	4.497.058	35,12	6.454.984	40,75	43,54
Pessoal e Encargos Sociais	2.272.394	17,75	2.431.808	15,35	7,02
Outras Despesas Administrativas	2.224.664	17,37	4.023.176	25,40	80,84
		0,00			
Outras Receitas	1.286.077	10,04	1.903.684	12,02	48,02
Outras Despesas	169.568	1,32	197.203	1,24	16,30
Resultado Operacional Líquido	-592.973	-4,63	658.183	4,15	-211,00
Receita (Despesa) Financeira Líquida	33.200	0,26	-277.005	-1,75	
Receitas Financeiras	377.954	2,95	351.266	2,22	-7,06
Despesas Financeiras	344.754	2,69	628.271	3,97	82,24
Depreciação	3.109.011	24,28	3.108.472	19,62	-0,02
Variação Monetária Ativa	0	0,00	0	0,00	
Variação Monetária Passiva	0	0,00	0	0,00	
Ganhos e (perdas) no Imobilizado	1.276.039	9,96	183.656	1,16	-85,61
LUCRO(PREJUIZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	-2.392.745		-2.543.638		
OBS: 1-Indices apurados da Análise Vertical em Relação a Receita Operacional Líquida					
2-Indice Horizontal ano 2008 em Relação ao mesmo período ano anterior					

Índices Financeiros do Balanço (em R\$1,00)

Índices Financeiros do Balanço	Em Reais	
	31/12/07	31/12/08
1 - Capitais de Giro (Quanto maior melhor) em R\$		
Capital de Giro Próprio (PL - AP)	-2.718.823	-2.938.793
Capital Circulante Líquido (AC - PC)	-971.970	-1.437.694
2 – Índices de Liquidez (Quanto maior melhor)		
Liquidez Corrente (AC / PC)	0,74	0,68
Liquidez Geral - (AC + RLP / PC + ELP)	0,73	0,74
Liquidez Seca - (AC - Estoques / PC)	0,71	0,66
Liquidez Imediata - (Disponibilidades / PC)	0,08	0,20
3 - Índices de Endividamento (Quanto menor melhor)		
Endividamento Geral - (PC + ELP / AT)	0,26	0,29
Endividamento a Curto Prazo - (PC / AT)	0,09	0,12
Endividamento a Longo Prazo - ELP / AT	0,16	0,18
4 - Estrutura de Capitais (Quanto maior melhor)		
Garantia de Capital de Terceiros - (PL / PC + ELP)	2,89	2,40
Grau de Imobilização dos Recursos Próprios - (AP / PL)	1,09	1,11



Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais
Rua dos Timbiras, 1754 – 14º/15º Andares.
CEP: 30140-061 – Belo Horizonte/MG
Fone: (31) 3272.2833 – Fax: (31)3272.2829
E-mail: presidencia@casemg.com.br
Site: www.casemg.com.br



CASEMG